



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

A Zona Franca de Manaus sob a perspectiva do desenvolvimento histórico-econômico da Amazônia brasileira ocidental (2002-2014)

Lucas Nunes Pellegrino

Orientador: Prof. Adjunto III Enrique Amayo Zevallos, Ph.D.

Área de Concentração: Teoria e História Econômica

Banca: Prof. Dr. Adilson Marques Gennari

ARARAQUARA

2015

“Pense-se na dificuldade em romper certos marcos geográficos, certas realidades biológicas, certos limites da produtividade e até reações espirituais: também os enquadramentos mentais representam prisões de longa duração.”

(Fernand Braudel)

ÍNDICE

Lista de siglas.....	7
Resumo.....	11
Introdução.....	12
Objetivos.....	13
Capítulo I: História da Zona Franca de Manaus.....	14
1.1 Empresariado internacional e reprodução capitalista.....	15
1.1.1 Caracterização do Empresariado.....	15
1.1.2 Configurações do Capitalismo.....	16
1.2 Zona Franca de Manaus	19
1.2.1 Caracterização das Zonas Francas.....	19
1.2.2 Conjuntura Econômica pré-ZFM.....	20
1.2.3 Implantação da ZFM e Primeira Fase (1967-1975).....	21
1.2.4 Segunda Fase da ZFM (1975-1991).....	24
1.2.5 Terceira Fase da ZFM (1991-1996).....	25
1.2.6 Quarta fase da ZFM (1996-2002).....	27
1.2.7 Fase atual da ZFM (2002-).....	28
Capítulo II: Produtividade do PIM.....	31
2.1 Indicadores e Dados Quantitativos.....	32
2.2. Mão-de-obra do PIM.....	32
2.3. Faturamento, custos, importações e exportações do PIM.....	37
2.4 Subsetores do PIM.....	42
2.5 Comércio Exterior do PIM.....	44
2.5.1 Principais Países de Origem dos Insumos.....	44
2.5.2 Principais Países de Destino das Mercadorias.....	49

2.2.6 Investimento em Áreas Educacionais, Científicas e Tecnológicas de Inovação.....	50
Capítulo III: A Questão Fiscal.....	55
3.1 Guerra fiscal e aplicação de recursos.....	56
3.3 Dados tributários e produtivos.....	63
3.4. Interiorização do Desenvolvimento.....	72
Capítulo IV: Questões ambiental, política e logística.....	74
4.1 Impacto ambiental e político da Zona Franca de Manaus e prorrogação do modelo de incentivos fiscais.....	75
4.1.1 Pesquisa: Impacto Virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a Proteção da Floresta Amazônica.....	75
4.1.2 Desdobramentos políticos da pesquisa.....	76
4.2 Prorrogação do Modelo ZFM.....	79
4.3 Medidas ambientais do PIM.....	79
4.4 Questão logística: Projeto Norte Competitivo.....	80
4.5.1 Integração internacional da ZFM.....	86
V. Conclusões.....	90
VI. Bibliografia.....	93
Apêndice metodológico.....	101

ÍNDICE DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Tabela 1. Dólar comercial média anual, cotação de venda - PTAX - valores de conversão (2002-2014).....	32
Tabela 2.1. Setor industrial, evolução da mão-de-obra efetiva do pólo industrial de Manaus (porcentagens relativas em parênteses).....	33
Tabela 2.2. Evolução da mão-de-obra temporária e terceirizada no PIM.....	34

Tabela 2.3. Salários, encargos e benefícios sociais X faturamento: 1990, e período de 2002 a 2014 (em US\$ 1,00).....	36
Tabela 3. Setor industrial, aquisição de insumos do pólo industrial de Manaus (em US\$ 1,00).....	37
Tabela 4. Setor industrial, faturamento do pólo industrial de Manaus (em US\$ 1,00)...	37
Tabela 4.1. Proporção entre faturamento e insumos.....	39
Tabela 5.1. Setor industrial, balança comercial do pólo industrial de Manaus (em US\$ 1.000) – Mercado Externo.....	40
Tabela 5.2. Setor industrial, balança comercial do pólo industrial de Manaus (em US\$ 1.000) – Mercado Interno e Saldo Final.....	41
Tabela 6.1. Principais países de importação por ordem decrescente - Manaus/AM; Principais Blocos Econômicos.....	45/46
Tabela 6.2. Principais países de destino por ordem decrescente - Manaus/AM; Principais Blocos Econômicos.....	48/49
Tabela 7. Relação entre ICMS Recolhido e ICMS Devido, e Relação entre ICMS Restituído e ICMS Devido – 2002 a 2014 (em US\$ 1,00).....	63
Tabela 8. Participações Estaduais no Valor da Transformação Industrial (VTI) Nacional, estados selecionados, 2002-2013 (em porcentagem) - empresas industriais com 30 ou mais pessoas ocupadas.....	66
Tabela 9. Receitas líquidas estaduais de vendas no GI, GII e GIII – dados gerais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, estados selecionados, 2007-2013.....	68
Tabela 10. Composição das estruturas industriais estaduais: participação do GI, GII e GIII nas receitas líquidas totais de vendas – Dados gerais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas – estados selecionados, 2007-2013 (em porcentagem).....	70
Tabela 11. Incentivos fiscais federais, estaduais e municipais.....	72
Gráfico 1. Evolução da mão-de-obra efetiva, terceirizada e temporária.....	34

Gráfico 2. Evolução do faturamento e dos gastos em insumos (em US\$ bilhões).....	40
Gráfico 3. Participação dos principais subsetores de atividades no faturamento total do PIM – 2010.....	43
Figura 1. Eixos de integração nacional existentes.....	82
Figura 2. Potenciais eixos de integração nacional.....	83
Figura 3. Potenciais eixos de integração internacional.....	83
Figura 4. Corredores potenciais internacionais na Amazônia Legal.....	87

LISTA DE SIGLAS

ACA - Associação Comercial do Amazonas

ACEAM - Associação de Comércio Exterior da Amazônia

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

AFICAM - Associação dos Fabricantes de Bens de Informática e Componentes da Amazônia

ALADI - Associação Latino-Americana de Integração

ALCs – Áreas de Livre Comércio

AM – Amazonas

BA – Bacia Amazônica

BP – Bacia do Pacífico

CAN - Comunidade Andina

CBA – Centro de Biotecnologia da Amazônia

CDLM - Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e Caribe

CGU – Controladoria-Geral da União

CIEAM - Centro das Indústrias do Estado do Amazonas

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COGEC-SUFRAMA - Coordenação-Geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Superintendência da Zona Franca de Manaus

CODAM - Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas

COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CONFAZ - Conselho Fazendário

CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras

FAEA - Federação da Agricultura do Estado do Amazonas

FAPEAM - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FECOMERCIO - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FIAM - Feira Internacional da Amazônia

FIESP – Federação da Indústria do Estado de São Paulo

FIEAM - Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

FMI – Fundo Monetário Internacional

FPE - Fundos de Participação dos Estados

FPM - Fundos de Participação dos Municípios

GF – Guerra Fiscal

GRAN - Grupo Andino

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICM(S) - Imposto sobre Circulação de Mercadorias (e Serviços)

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

II - Imposto de Importação

IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras

IPEM – AM - Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas

IPI - Imposto de Produtos Industrializados

IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISS - Imposto Sobre Serviços

ITBI - Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis

JICA - Agência Japonesa de Cooperação Internacional

LC – Lei Complementar

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MG – Minas Gerais

MMA - Ministério do Meio Ambiente

NFIs – Novas Formas de Investimento

PBM – Plano Brasil Maior

PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

P&D – Pesquisa e Desenvolvimento

PIATAM - Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia

PIM – Polo Industrial de Manaus

PIS - Programa Integração Social

PITCE - Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PPB - Processo Produtivo Básico

PROBEM - Programa Nacional de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

SEPLANCTI - Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, do governo do estado do Amazonas

SG/PR - Secretaria-Geral da Presidência da República

SINAEES - Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus

SM – Salário Mínimo

SP – São Paulo

SUDAM - Superintendência da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

TSA – Taxas de Serviços Administrativos

UE – União Europeia

UF – Unidade Federativa

UN COMTRADE – Base de Dados de Comércio Internacional da Organização das Nações Unidas

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

VTI - Valor de Transformação Industrial

ZFM – Zona Franca de Manaus

Resumo: Dada a atual importância ambiental e econômico-política da Amazônia, busca-se analisar e compreender a totalidade da Zona Franca de Manaus (ZFM) em relação à Amazônia Ocidental, à Amazônia Brasileira, ao Brasil, aos outros países amazônicos e à Comunidade Internacional, sob os âmbitos histórico-econômico, ambiental, político e social. A escolha da Zona Franca de Manaus como recorte se deve à forma pontual com que este projeto geopolítico se desenvolveu gerando um pólo industrial regional/nacional/internacional e, simultaneamente, evitando a exploração e devastação da floresta amazônica ocidental. A escolha do período de 2002 a 2014 se dá em função da necessidade de um maior aprofundamento de análise somada ao fato de que a República Federativa do Brasil se encontra - neste período - sob a mesma linha diretiva política, evidenciando assim a necessidade de pesquisar o que tem sido feito na ZFM pelo Partido dos Trabalhadores (PT) nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rouseff (2011-2018). Os dados têm mostrado que a ZFM busca estar em consonância com o Governo Federal à medida que esta tem investido em instituições locais de ciência, tecnologia e inovação (como por exemplo o Centro de Biotecnologia da Amazônia – CBA), buscando internacionalizar a indústria local, assim como interiorizar o desenvolvimento para a região.

Palavras-Chave: Economia, Geopolítica, Amazônia, Zona Franca, Manaus, Desenvolvimentismo.

INTRODUÇÃO

Segundo Amayo Zevallos, “a Amazônia é importante por sua biodiversidade e recursos genéticos, recursos hídricos, madeiras, polpas, e porque poderia produzir quantidades substanciais de produtos tropicais típicos da região (frutas, frutos, cortiças, resinas, óleos essenciais, etc.) tendo também grande quantidade de minerais, gás, petróleo etc.” (AMAYO ZEVALLOS, 2007, p.19). Além de que a Bacia Amazônica (BA) possui “a maior floresta tropical contínua da terra e a mais rica em biodiversidade da massa continental mundial”, também é a mais rica em “água doce de superfície”(AMAYO ZEVALLOS, 2007, p.19). E à medida que projetos geopolíticos nacionais - como a Zona Franca de Manaus (ZFM) - transformaram a Região Amazônica Brasileira no sentido exposto por Becker de que “a Amazônia não é mais mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores” (BECKER, 2005, p.82), torna-se de prima importância entender a dinâmica desta região, ou seja, segundo Ab’Saber, “saber como ela vem sendo ‘tocada’. E, realizar ao mesmo tempo, um esforço imenso para planejar um desenvolvimento econômico com o máximo de floresta em pé.”(AB’SABER, 2005, p.18).

Reiterando, tal estudo é primordial, pois como o modelo de integração da ZFM ocorreu de forma extremamente pontual e concentrada aos arredores da cidade de Manaus (mantendo-se ainda preservadas, segundo a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL -, 98% das florestas do estado do Amazonas), as relações e os intrincamentos econômicos com outras regiões e estados brasileiros, assim como com o comércio exterior, pressionam pela criação e expansão de possíveis investimentos baseados na potencial exploração dos recursos ali presentes (CEPAL, 2007). Becker atesta que “[...] a floresta só deixará de ser destruída se tiver valor econômico para competir com a madeira, com a pecuária e com a soja. Mesmo com os grandes avanços na sua proteção, a questão de manter a capacidade sustentável da floresta ainda não foi solucionada” (BECKER, 2005, p.85).

OBJETIVOS

Mediante esses levantamentos, busca-se entender a totalidade dos seguintes pontos: 1) a importância econômica, política e social, hoje, da ZFM em relação a todo o país e 2) o seu papel no cenário econômico internacional. Partindo das concepções de Becker (2005, p.79), ou seja: 1) de que a união dos países amazônicos fortaleceria os blocos Sul-Americanos, sendo importante para construir contrapontos nas relações com a Alca e a União Europeia (UE); 2) estabeleceria uma presença coletiva e uma estratégia comum desta região perante o comércio internacional; 3) geraria projetos conjuntos quanto ao aproveitamento da biodiversidade e da água. Assim, a totalidade se daria pelo entendimento das atuais relações político-econômicas entre a ZFM e a Amazônia Brasileira Ocidental¹, a Amazônia Brasileira, o Brasil, os outros países amazônicos e a Comunidade Internacional, tendo por fundo de apoio as medidas implementadas nos governos antes de 2002 em contraste com as que foram implementadas após esta data, a fim de se analisar qual/como tem sido a relação do governo federal com a ZFM nesses últimos dez anos.

Além disso, em 16/07/2014 foi aprovada no Senado Federal a prorrogação dos benefícios para a Zona Franca de Manaus até 2073. Logo, chega-se na indagação acerca da relevância dos incentivos fiscais para o modelo da ZFM e como se dá a composição deste modelo atual em contraste com o passado.

Assim, o capítulo 1 apresenta a evolução histórico-econômica da ZFM; o capítulo 2 visa tratar os dados produtivos do Pólo Industrial de Manaus, já que este ramo industrial da ZFM se constitui na massiva provedora dos recursos da mesma; o capítulo 3 levanta as questões tributária e de guerra fiscal, permeando a influência destas na manutenção da ZFM; e, por fim, o capítulo 4 busca trazer outros elementos de importância como fatores ambientais, políticos e de logística.

¹A Amazônia Brasileira Ocidental compõe-se dos seguintes estados: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

CAPÍTULO I:
HISTÓRIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

1.1 EMPRESARIADO INTERNACIONAL E REPRODUÇÃO CAPITALISTA

O processo de reprodução social, observado de maneira ampla, nos revela os agentes, os grupos que o compõem (empresários, trabalhadores, proprietários, marginalizados, etc.), assim como as relações que estabelecem entre si. As posições destas classes na sociedade sofrem correlação direta em função de suas respectivas apropriações e usos das forças produtivas, e evidenciam-se também fragmentações e diferenças internamente em cada uma delas, resultando em conflitos de interesses. Buscaremos descrever aqui a camada empresarial - apresentando as características e contornos desses agentes – e também as configurações do desenvolvimento capitalista a fim de, posteriormente, tecer sua influência na constituição da ZFM.

1.1.1 Caracterização do Empresariado

Além de fazer a distinção entre proletariado e burguesia, Marx aprofunda a relação da acumulação capitalista atestando que, entre as próprias classes “há infinita fragmentação de interesses e de posicionamentos em que a divisão do trabalho social separa tanto os trabalhadores quanto os capitalistas e os proprietários de terra” (MARX, 1988, vol. V, pp. 298 *apud* SERÁFICO, 2009, pp.26). Em relação a isso, complementa Marcelo Seráfico:

As várias funções econômicas – financeiras, industriais, agropecuárias e comerciais – do empresariado articulam-se no processo de (re)produção da sociedade burguesa em ‘categorias diferentes de pessoas’. [...] Acrescente-se a isso que um mesmo empresário pode desempenhar diversas funções no processo produtivo, o que pode fazer com que sua posição de “apropriador” se realize em diversos momentos e sob variadas formas, simultaneamente. (SERÁFICO, 2009, pp.26-27).

Ou seja, a multiplicidade de funções e interesses dos agentes (no caso, o empresariado) no processo de mutação das relações sociais geram conflitos intraclasses também. Porém, estes – assim como os demais indivíduos componentes da sociedade – não podem ser definidos somente pela ótica da racionalidade econômica, pois também se constituem em um “ator social (MARTINS, 1968), um ator político (DINIZ, 1978), um sujeito social (MILLÁN, 1988), um agente da mudança e do

desenvolvimento econômico (ARRIAGADA, 2004)” (SERÁFICO, 2009, pp.28). Isto se dá porque seu êxito está diretamente relacionado à sua ação para além da empresa e do próprio mercado; dependendo também, como explicita Cardoso, “das condições de realização do lucro no mercado e da inversão com a capacidade de formação de grupos de pressão operando tanto no âmbito das assembleias de acionistas, quanto do Estado” (CARDOSO, 1964, pp. 28 *apud* SERÁFICO, 2009, pp.28).

Assim, na tentativa de assegurar sua própria reprodução social, o empresário e sua classe como um todo, buscam a criação das “melhores condições possíveis para acumular, para reproduzir o capital” (MARX, 1988, vol. II, pp.163 *apud* SERÁFICO, 2009, pp.30-31).

1.1.2 Configurações do Capitalismo

Michalet, analisando o desenvolvimento capitalista ao longo da história recente e, observando sua relação com o mundo do trabalho e os modos de produção, propôs a existência de três principais configurações do capitalismo. Se valeu de quatro critérios para qualificá-las de forma que, a cada uma, corresponda uma respectiva dimensão espacial, uma lógica econômica, as interdependências entre as dimensões (que resultam dessa lógica) e os atores dominantes, detentores do poder econômico (o que inclui também o território sobre o qual exercem influência) (MICHALET, 2003, p.29-30).

A primeira configuração foi a internacional. Sua lógica econômica é representada pela predominância das trocas comerciais de bens e serviços entre países via especialização internacional (sem a necessidade de implantar a produção no exterior); o agente dominante das relações era o Estado-nação: controlador dos fluxos de bens e serviços, compreendido por instituições políticas e por um povo, com base em um território². Segundo o autor, os historiadores em geral aceitam o século XV como início desta configuração, que se estende até a década de 1960, quando emerge a configuração multinacional (o que não implica no fim desta primeira) (MICHALET, 2003, p.35-43).

² Michalet exemplifica as instituições políticas como “governo, parlamento, justiça, forças armadas, polícia”, um povo como possuidor de mesma língua, cultura e história, e o território – um país – como “definido por fronteiras políticas reconhecidas internacionalmente” (MICHALET, 2003, p.42).

A segunda configuração foi a multinacional (que se desenvolveu principalmente no período 1960-1980). Houve dinamização das relações comerciais de bens e serviços de modo que, se na configuração anterior imperava a lógica da produtividade, nesta imperava a da competitividade, pois as empresas, orientadas pela busca de menores custos de produção (a fim de auferir maiores lucros e defenderem seus interesses mundialmente), passaram a se deslocar para países que oferecessem condições para tal³. Assim, as grandes corporações assumem parte do controle das relações de troca (os Estados nacionais o cedem devido à gestão da produção que estas necessitam fazer em/de diferentes localidades do mundo) (MICHALET, 2003, p.65-68).

A terceira configuração é a global (vigente a partir da década de 1980). Nesta intensificam-se as relações de trocas entre firmas e Países. Estabelece-se a força e a predominância dos capitais financeiros, de maneira que a sua lógica econômica se dá pela relação de rentabilidade obtida pelas operações das empresas nas aplicações no mercado financeiro. E é a arbitrariedade sobre as taxas dos mercados de câmbio e financeiros internacionais – possibilitada via desregulamentação - que determina a circulação do capital, a direção e velocidade de seus fluxos⁴. Os agentes dominantes nesta configuração são as instituições financeiras privadas (MICHALET, 2003 apud SERÁFICO, 2009, pp.35).

Michalet afirma ainda que “cada uma dessas configurações ao mesmo tempo redefine e inclui a precedente, transformando as relações entre os agentes sociais que as produzem a partir de diferentes localizações no processo produtivo e em diferentes escalas territoriais”⁵ (MICHALET, 2003 apud SERÁFICO, 2009, pp.35).

³ Ao contrário da configuração internacional, que encerra suas relações comerciais exclusivamente no comércio de bens entre Estados-Nação, Michalet atesta que a multinacional se caracteriza pelo amplo crescimento dos fluxos de investimento direto em relação ao crescimento das trocas, sendo o primeiro pelo menos três vezes maior do que o segundo no período 1960-1980 (MICHALET, 2003, p.65-66).

⁴ Segundo Michalet, a desregulamentação foi o principal instrumento a serviço das reformas neoliberais realizadas desde o final da década de 1980, principalmente sob a orientação do Consenso de Washington, documento elaborado em 1989 pelo economista estadunidense J. Williamson. Suas três principais instruções podem ser resumidas em: i) diminuição da intervenção estatal via contração fiscal e de gastos públicos; ii) favorecimentos às iniciativas privadas por meio de privatizações de empresas públicas, redução de impostos sobre lucros e eliminação de subvenções públicas a fim de estimular a concorrência; e iii) liberalização do ambiente econômico através do relaxamento de legislações, regulamentações e de procedimentos burocráticos que permeiam os negócios (MICHALET, 2003, p. 107-112).

⁵ Segundo Milton Santos, a divisão territorial do trabalho – oriunda da divisão internacional do trabalho - é um processo que gera “hierarquia entre lugares” e redefine “a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições” (SANTOS, 2004 apud BRIANEZI, 2013, pp.50).

É a partir da década de 1970 que se verifica a transição de configurações do capitalismo multinacional para o global. Atesta-se que esse processo de desterritorialização-reterritorialização das empresas foi possibilitado pela relação entre os países e as firmas, de modo que os primeiros, anseando uma maior inserção econômica internacional, alteram suas condições jurídico-políticas de modo a permitir a transnacionalização das empresas, através de mecanismos como o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) e as Novas Formas de Investimento (NFI). Um exemplo desse movimento liberalizante das economias é o surgimento e fortalecimento de órgãos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comercio (OMC), e a Conferência das Nações Unidas sobre Comercio e Desenvolvimento (UNCTAD) que, segundo Seráfico, passam a elaborar recomendações aos Estados nacionais, “a ocupar-se da análise sobre as condições políticas necessárias para que a reterritorialização técnica e social da produção capitalista se efetive” (SERÁFICO, 2009, pp.41). E o neoliberalismo, cuja essência Gros define como o “privilégio concedido à empresa privada e ao mercado como momentos da organização da vida econômica, e também social e política” (GROS, 2003 apud SERÁFICO, 2009, pp.41), é a ideologia disseminada para justificar este mesmo processo.

Podemos então considerar assim o movimento capitalista: para que ele se desenvolva é necessária a sua continuidade, ou seja, torna-se essencial a expansão e inserção de novos agentes e regiões no processo de acumulação capitalista (de modo que os antigos sejam reestruturados e redefinidos). Marx & Engels descrevem, no Manifesto do Partido Comunista, este processo da seguinte maneira:

Através do rápido aperfeiçoamento de todos os instrumentos de produção, através das comunicações infinitamente facilitadas, a burguesia arrasta todas as nações, mesmo as mais bárbaras, para dentro da civilização. Os módicos preços de suas mercadorias são a artilharia pesada com que ela põe abaixo todas as muralhas da China, com que ela constrange à capitulação mesmo a mais obstinada xenofobia dos bárbaros. Ela obriga todas as nações que não queiram desmoronar a apropriar-se do modo de produção da burguesia; ela as obriga a introduzir em seu próprio meio a assim chamada civilização, isto é, a tornarem-se burguesas. Em uma palavra, ela cria para si um mundo à sua própria imagem. (MARX & ENGELS, 1848).

1.2 ZONA FRANCA DE MANAUS

1.2.1 Caracterização das Zonas Francas

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho - OIT - (1998), “as zonas francas constituem mecanismos através dos quais são elaboradas as cadeias produtivas globais. De modo mais específico, elas se revelam como conjuntos de regulamentos que criam em determinados locais – áreas de cidades, cidades inteiras ou regiões – incentivos fiscais e infraestruturais atrativos do investimento direto estrangeiro”. (OIT, 1998 *apud* SERÁFICO, 2009, pp.77)

Eis então o sentido das zonas francas: propiciar as condições necessárias para a transnacionalização da economia. Um modelo econômico através do qual os Estados nacionais asseguram o processo das cadeias produtivas globais mediante o ajuste das superestruturas jurídico-políticas nacionais, respondendo assim, à uma dinâmica transnacional. Como mecanismos de desnacionalização das relações/estruturas sociais nacionais, Seráfico expõe três causas fundamentais que possibilitaram a difusão do modelo das Zonas Francas⁶:

Primeiramente, estavam circunstâncias políticas nos países industrializados que limitavam o avanço da acumulação de capital e forçavam as grandes corporações a encontrar novas alternativas de redução dos custos de produção e de incremento de sua competitividade internacional. Em segundo lugar, coloca-se o desenvolvimento da microeletrônica e dos sistemas de transportes, que permitiram organizar a produção industrial para além das fronteiras nacionais daqueles países industrializados. E, em terceiro lugar, considera-se a conjuntura político-econômica internacional marcada pelo interesse de governos nacionais [como o Brasil] em promover a industrialização e [marcada também] pela bipolaridade da Guerra Fria. (SERÁFICO, 2009, pp.78).

Assim vemos que este modelo, oriundo do circuito ampliado de reprodução do capital, efetiva-se somente à medida que mobiliza agentes situados nos pequenos circuitos do capital⁷; ou seja, este movimento só se torna possível se a empresa, que

⁶ Segundo François Bost, “em 2008, 133 países tinham legislado sobre as zonas francas; a somatória nestes países atinge a expressiva marca de 1.735 zonas francas [excluindo-se as zonas francas urbanas, as maquiladoras e outros pontos francos, o que aumentaria sobremaneira este número]” (BOST, 2010 *apud* TREVISAN, 2012, pp. 18).

⁷ Segundo Milton Santos, “o circuito superior é resultado direto da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. A maioria de suas relações se dão com organizações localizadas fora da cidade e de sua região circundante porque este circuito se baseia em um quadro de referências nacional e internacional. O circuito inferior, composto por atividades em pequena escala e

pretende transferir seus processos produtivos para regiões “marginais” do planeta, encontra nestas as condições técnicas e políticas para tal, de modo a reduzir seus custos de produção.

1.2.2 Conjuntura Econômica pré-ZFM

A integração da região Amazônica Brasileira ao contexto nacional iniciou-se no final do século XIX em decorrência, segundo Brum, do “aperfeiçoamento do processo de vulcanização do látex” (BRUM, 2000, pp.139 apud COGEC-SUFRAMA, 2010) – tornando-o mais resistente ao calor e ao frio – o que gerou forte demanda mundial e um efêmero, porém significativo, ciclo econômico da borracha⁸ (cabe ressaltar que este ciclo ocorreu não apenas do Brasil, mas em todos os países que compartilham a Amazônia; porém, nossa pesquisa se limitará à Amazônia Brasileira). Wilson Cano compara o desenvolvimento da economia amazônica brasileira com o do estado de São Paulo sendo que, no período de 1870-1920, a região amazônica tinha “população equivalente a um terço da paulista e suas exportações médias oscilavam em torno de 40% das exportações paulistas” (CANO, 2007, pp.52 apud TREVISAN, 2012, pp.42)⁹.

Mahar cita que houve ainda, entre o fim deste ciclo (1912) e o fim da II Guerra Mundial (1945), duas tentativas de recuperar a economia regional da borracha na região: o “Plano de Defesa da Borracha” e a “Batalha da Borracha” (MAHAR, 1978,

envolvendo primordialmente a população pobre, está, em contraste, bem estabelecido na cidade e mantém relações privilegiadas com sua região. Cada circuito constitui por si só um sistema, ou melhor, um subsistema do sistema urbano”(SANTOS 2003 pp.172 apud TREVISAN 2012 pp.97).

⁸Segundo Garcia este ciclo, com seus lucros exorbitantes, fez com que Manaus ganhasse “fisionomia europeia”. Esta cidade “executou um arrojado plano de urbanização, saneamento básico, energia e transportes, redimensionando a incipiente infraestrutura implementada nos tempos do Império. Fez a drenagem e o aterramento de igarapés. Construiu pontes, praças, grandes avenidas, magníficos prédios públicos e comerciais e belas casas residenciais. Passou a usufruir dos recursos que a moderna tecnologia daqueles tempos oferecia ao mundo civilizado” (GARCIA, 2004, pp.24 apud TREVISAN, 2012, pp.41-42).

⁹ Em 2012 observamos que, excetuando-se o importantíssimo fato da Amazônia Brasileira ser 16,9 vezes territorialmente maior do que o estado de São Paulo, essa relação se mantém muito similar: a região amazônica brasileira exporta (em US\$ FOB) o equivalente 42,38% das exportações do estado de São Paulo, e sua população equipara-se a 36,6% da população paulista. Os dados acima foram baseados primariamente na definição geográfica do bioma amazônico realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobre a qual adaptamos os dados de território, exportações e população para as respectivas porcentagens de bioma cabidas a cada estado, ficando assim: Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Pará (100%), Rondônia (98,8%), Mato Grosso (54%), Maranhão (34%) e Tocantins (9%).

pp.9 apud ALMEIDA, 1992, pp.7). E que o erro fundamental de projetos de desenvolvimento regional como o “Plano de Defesa da Borracha” foi o de depositar num único produto, o qual era comercializado num mercado no qual o Brasil tinha pouco ou nenhum controle, as esperanças de desenvolvimento socioeconômico da Amazônia (MAHAR, 1978, pp.10-11 apud ALMEIDA, 1992, pp.8-9).

1.2.3 Implantação da ZFM e Primeira Fase (1967-1975)

É durante o Plano de Metas, com claro enfoque geopolítico, que o governo federal criou a Zona Franca de Manaus – Lei 3.173 de 06/07/1957 – caracterizada como área de livre comércio de importação, um entreposto comercial. Porém, faltavam instrumentos adequados para sua efetiva implementação, pois “regulamentada em 02/02/1960 pelo Decreto 47.757, seus parques incentivos e sua restrita área de atuação – 200 hectares doados pelo Governo Estadual à margem do Rio Negro, tratados de maneira fechada – não chegaram a fomentar a produção local.” (SÁ, 1998, pp.33 apud POSSIGNOLO, 2000, pp.5). Então, com a intenção de concretizar as medidas até então não efetivadas, é em 1967 que, através do Decreto-lei nº 288 assinado pelo Presidente Castelo Branco, o Governo Federal regulamentou a ZFM com o intuito de “criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário, dotado de condições econômicas que permitam seu desenvolvimento em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontram os centros consumidores de seus produtos” (Decreto-lei nº 288 de 28/02/1967, art. 1º). E com o objetivo de administrar esta política de desenvolvimento da Amazônia, em especial na ZFM, foi criada neste mesmo ano a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Segundo Samuel Benchimol, o argumento definitivo para a institucionalização deste centro veio em decorrência das ações que os outros países estavam tomando como, por exemplo, o projeto “Carretera Marginal de la Selva” do Peru (aprovado por seu Congresso em 25 de agosto de 1965) que “criava um sistema de incentivos fiscais e facilidades especiais de importação, exportação e industrialização”¹⁰; assim como as imensas reservas de petróleo na Venezuela, a bauxita nas Guianas, o carvão metalúrgico

¹⁰ Nos estados de Loreto, Amazonas, San Martín, Madre de Dios, Cajamarca, Libertad, Huanuco, Pasco, Junín, Ayacucho, Apurímac, Cuzco e Puno.

da Colômbia - dentre outros – geravam um dinamismo amazônico. Dessa maneira, havia a necessidade de uma medida brasileira para “competir com o grande potencial de recursos que, àquela altura, já estavam sendo esboçados, trabalhados e/ou ativados” nos outros países que compartilhavam a Amazônia (BENCHIMOL, 2010, pp.927).

Outro fator determinante segundo Garcia, é que a banda oriental da Amazônia brasileira – por possuir uma infraestrutura socioeconômica maior do que a banda ocidental – respondia melhor a incentivos e políticas governamentais do que a Amazônia brasileira ocidental. Corrobora esta ideia o fato de que, no período de 1964-1966, 71,9% dos investimentos incentivados na Amazônia Legal localizaram-se no Estado do Pará; apenas 4,6% situaram-se no Estado do Amazonas” (GARCIA, 2004, pp.47 *apud* TREVISAN, 2012, pp.46).

A base do funcionamento da ZFM, desde então, foi consolidada via concessão de incentivos fiscais federais e estaduais, ou seja, a isenção ou redução de impostos como o Imposto de Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM, posteriormente adicionando o termo “e Serviços”, virando ICMS), Imposto Sobre Serviços (ISS), Imposto de Importação (II), Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), entre outros (Decreto 288/67). Tais incentivos foram (e ainda são) concedidos em parte pela SUFRAMA, Superintendência da Amazônia (SUDAM) e Prefeitura de Manaus (COSTA, 2002, pp.6). Quanto aos incentivos extra-fiscais, a SUFRAMA oferece “área a baixo custo, devidamente urbanizada, servida por telecomunicações, transporte, água tratada e energia” (SERÁFICO, 2009, pp.87).

A ideologia de desenvolvimento da Amazônia ocidental, conforme evidenciada pelos programas federais e o investimento de capital público na ZFM, é aquela que busca deslocar o centro dinâmico da economia para longe da indústria extrativista do passado. Foi dada prioridade para a industrialização de substituição de importações, por meio do apoio à implantação de indústrias urbanas do setor privado voltadas à produção e exportação de uma ampla gama de bens de consumo duráveis destinados principalmente a mercados localizados fora da região. (DESPRES, 1991, pp.36 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.46, tradução da autora).

Segundo Freitas, foi nesse período que Manaus se transformou em uma plataforma de importação de bens (FREITAS PINTO, 1987 *apud* SERÁFICO, 2009, pp.90), de modo que a circulação destes foi proibida em outras unidades federativas.

Seráfico atesta que através desta política a ditadura militar visava concomitantemente, via abertura econômica, alçar um desenvolvimento de regiões nacionais periféricas (que por sua vez não apresentavam condições históricas favoráveis ao investimento privado) e proteger a industrialização da região Sul-Sudeste do País frente à concorrência de empresas estrangeiras (SERÁFICO, 2009, pp.88).

Até meados de 1975 este pólo industrial teve um significativo crescimento em suas atividades (que por sinal eram de cunho comercial), ocasionado pelas possibilidades de importação via comércio e pelos frutos do “milagre econômico” colhidos pela população – aumento de seu poder aquisitivo – pelo turismo de compras em Manaus.

Embora Mahar (MAHAR, 1978, pp. 195 *apud* SERÁFICO, 2009, pp.112) mostre que a “crescente concentração populacional e de renda em Manaus, combinada com o reaquecimento da economia local, redundaram na formação de nova capacidade empresarial e na ampliação do mercado consumidor de Manaus, esta decorrente, em particular, do aumento das oportunidades de emprego na cidade”, Benchimol e Anciães expõem que esse tipo de política de desenvolvimento levou a um detrimento das relações entre Manaus e o interior do Amazonas:

Avalia-se que a instalação em Manaus de uma estrutura industrial com pouca ligação com a economia da região foi determinada pelo tipo de incentivos fiscais oferecidos pela SUFRAMA. A liberdade, total ou relativa, de importar mercadorias, e a isenção e redução de tributos em sua comercialização, selecionaram as atividades econômicas estimuladas. Do ponto de vista do Estado nacional, representado pela SUFRAMA, tratava-se de estimular, primeiramente, atividades industriais desenvolvidas por grandes corporações transnacionais e, em segundo plano, atividades comerciais locais que favorecessem a circulação e consumo, no Brasil, dos bens por aquelas produzidos em outros países. (BENCHIMOL, 1980; ANCIÃES, 1983 *apud* SERÁFICO, 2009, pp.111).

O ideal vigente das políticas industriais da época era de que o desenvolvimento industrial - quando implantado em regiões/países periféricos - traria consigo um fator "linkage", "arrasto", beneficiando a economia e a sociedade como um todo, em decorrência dos desdobramentos ocasionados por este.

O que ocorreu também foi o estabelecimento de relações de dependência do empresariado local frente à lógica internacional; como sugere Wright Mills, o

empresariado local que anteriormente defendia sua condição individual e econômica de pequeno empresário, vê-se, mediante a alteração dos processos produtivos de Manaus, obrigado a se organizar e defender politicamente seus interesses, pois foi privado de sua antiga função empreendedora e convertido em agente dependente do “grande negócio”. (WRIGHT MILLS, 2000, pp.26 *apud* SERÁFICO, 2009, pp.31-32).

Nesta fase, o deslocamento do empresariado local das atividades extrativistas e de comércio tradicionais rumo ao comércio de produtos importados e ao turismo, denota o duplo caráter comentado acima: tanto o constrangimento socioeconômico do interior do estado, quanto a dependência do empresariado local.

1.2.4 Segunda Fase da ZFM (1975-1991)

Segundo Possignolo, devido aos efeitos da I Crise do Petróleo e conseguintes dificuldades na balança de pagamentos nacional durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-79), ocorreram importantes mudanças constitucionais como o aumento do grau de nacionalização dos produtos fabricados e o estabelecimento de cotas anuais de importação para as empresas instaladas na ZFM¹¹.

Essas medidas tinham os objetivos de: orientar o padrão de investimentos na ZFM; poupar divisas; incentivar o processo de industrialização produtiva mediante investimentos de capital das indústrias multinacionais e nacionais; evitar a possibilidade de que esta viesse a ser um corredor de exportações (POSSIGNOLO, 2000, pp.9-10), e fomentar a nacionalização dos produtos produzidos nas indústrias da ZFM (CORRÊA, 2002; e SALAZAR, 2004 *apud* SERÁFICO, 2009, pp.91).

Paiva atesta que os anos 80, marcados por elevados crescimentos inflacionários e déficits no balanço de pagamentos, resultaram numa estagnação econômica ainda mais profunda devido à elevação das disparidades produtivas e competitivas entre a indústria nacional e a internacional (PAIVA, 1997, p.21). Em respeito a isso, ressaltamos três fatores determinantes para o empresariado nacional, em especial o amazonense.

¹¹ Até 1991 (durante o governo Collor) a SUFRAMA, para a concessão das cotas de importação, utilizava como critério o “índice mínimo de nacionalização”, que consistia no cálculo da proporção de insumos – produzidos no país – que era incorporada à produção dos bens manufaturados na Zona Franca de Manaus.

Primeiramente, a falta de instrumental técnico e social do empresariado local, como relata um empresário de Manaus:

O problema não era de capitalização, de disponibilidade de capital para investimento. O problema era de know-how em relações comerciais internacionais que os colocasse [aos empresários locais] em condições de importar produtos ou converterem-se em sócios locais do capital externo. Era como querer que um artesão se tornasse Leonardo Da Vinci! (SERÁFICO, 2009, pp.109).

Outro fator é a confrontação que estes sofreram mediante as “alterações jurídicas, econômicas e sociais” promovidas pela implantação da ZFM, de modo a privilegiar a ação do capital externo. E, por último, o fato de não haver irradiação local e socioeconômica dos benefícios que empresas transnacionais obtêm, mediante sua produção:

[...] a maioria das empresas de Manaus são [sic] de fora. Portanto, a renda gerada aqui não fica em Manaus e dessa forma, não promove o aumento da renda local, ficando concentrada nas mãos de empresários que a enviam para seus Estados ou país de origem, sem sequer realizar investimentos. (FIEAM, 2005, pp.3 *apud* SERÁFICO, 2009, pp.110).

1.2.5 Terceira Fase da ZFM (1991-1996)

A partir de 1988 – com o governo Sarney - iniciou-se no Brasil um processo de abertura econômica e liberalização comercial, sendo fortemente intensificado durante a década de 90 (PAIVA, 1997, pp.21-22). Este processo implicou em uma exposição das empresas instaladas na ZFM à medida que retirou “proteções” via: redução das taxas de importação, eliminação de barreiras não-alfandegárias e (significativa) valorização cambial (PAIVA, 1997, pp.28)¹². E, em consequência, ocasionou uma total reavaliação e racionalização dos planos produtivos, organizacionais e administrativos destas, a fim de obter eficiência e competitividade.

¹² Garcia ressalta o impacto gerado na ZFM pela abertura econômica e pela liberalização comercial: “o faturamento bruto e os empregos diretos que em 1990 atingiam a marca de US\$ 8,4 bilhões e 76.798 respectivamente, caíram para US\$ 4,5 bilhões e 40.361 [em 1992]” (GARCIA, 2004 *apud* TREVISAN, 2012, pp.53).

Uma das principais mudanças foi a substituição do Índice Mínimo de Nacionalização pelo Processo Produtivo Básico (PPB); este último constitui-se, segundo a lei nº 8.387 (de 30/12/1991) como "o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto, incidindo sobre operações de industrialização, transformação, beneficiamento, montagem e recondicionamento". Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) "o PPB consiste de etapas fabris mínimas necessárias que as empresas deverão cumprir para fabricar determinado produto como uma das contrapartidas aos benefícios fiscais estabelecidos por lei", ou seja, institui-se esse processo a fim de atingir um adensamento das cadeias produtivas, agregando valor às mesmas e almejando ganhos competitivos frente ao comércio internacional.

Em relação a este período, Leandro Trevisan (PORTAL SUFRAMA *apud* TREVISAN, 2012, pp.52-53) destaca os principais fatos:

- a Lei 8.387/91 também estabeleceu que as indústrias de produção de bens e serviços de informática, para fazer jus aos incentivos do modelo ZFM, devem aplicar, anualmente, no mínimo 5% do seu faturamento bruto em atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia;

- Por meio do Decreto nº 783 de 25 de março de 1993, as indústrias ficaram obrigadas a implantar normas técnicas de qualidade, conforme padrões de entidades credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);

- as empresas do Pólo Industrial de Manaus deram início a um amplo processo de modernização industrial, com ênfase na automação, qualidade e produtividade; em 1996, a reestruturação do parque fabril refletiu em faturamento recorde para aquela década, da ordem de US\$ 13,2 bilhões;

- foi criada a Área de Livre Comércio de Macapá-Santana, no Amapá, únicos municípios da Amazônia Oriental que integram a área de jurisdição da SUFRAMA".

Vemos, segundo Belluzo e Almeida, que esta abertura econômica e comercial também foi intensificada em função do Plano Real:

Tal estratégia de desenvolvimento, em geral associada às recomendações do Consenso de Washington e adotada pelos governos da América Latina, está apoiada em quatro supostos: a estabilidade de preços cria condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado; a abertura comercial (e a valorização cambial) impõe disciplina competitiva

aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade; as privatizações e o investimento estrangeiro removeriam gargalos de oferta na indústria e na infra-estrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência; a liberdade cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia poupança externa em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e financiar o déficit em conta corrente. (BELLUZO & ALMEIDA, 2002, pp.373-374 *apud* CARDOZO, 2010, pp.6).

1.2.6 Quarta fase da ZFM (1996-2002)

Segundo a SUFRAMA¹³ a quarta fase pode ser compreendida, dentro do governo de Fernando Henrique Cardoso, como o “período em que a política industrial de referência do país caracterizava-se por sua adaptação aos cenários de uma economia globalizada e pelos ajustes demandados pelos efeitos do Plano Real, como o movimento de privatizações e desregulamentação”. Estão entre os principais fatos do período:

- A inclusão da função exportação como política intencional, com objetivo de estimular as vendas externas do Pólo Industrial de Manaus, que saíram de pouco mais de US\$ 140 milhões em 1996 para US\$ 2 bilhões em 2005;
- Esgotamento das Áreas de Livre Comércio (ALCs) como instrumentos de interiorização do modelo ZFM. Nos moldes em que foram criadas, com incentivos para importação, perderam relevância com a abertura da economia do país;
- Estabelecimento de critérios para repasse de recursos financeiros da SUFRAMA para promoção do desenvolvimento regional, por meio da Resolução nº 052, de 01 de agosto de 1997, tornando a distribuição mais equânime;
- Busca de ampliação da competitividade tecnológica das indústrias de Manaus, que teve como marco inicial a criação do Centro de Ciência, Tecnologia e Inovação do Pólo Industrial de Manaus (CT-PIM);
- Iniciativas para criação de um pólo de bioindústrias na Amazônia que culminou com a implantação do Centro de Biotecnologia da Amazônia, inaugurado em 2002 (SUFRAMA)¹⁴.

Notamos também que a abertura econômica, por “lacear” as restrições às importações às quais os outros estados eram submetidos, alterou a organização socioeconômica do Amazonas e de Manaus à medida que o empresariado local, observando uma brusca queda do turismo comercial e do setor de serviços em Manaus, viu-se obrigado a reestabelecer os vínculos comerciais com o interior do estado e com

¹³Disponível no site http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm.

¹⁴ Idem nota 13.

os produtores nacionais. É o que Almir Rivas et al atestam, quando mostram que, no período 1996-2000, o movimento de migração intra-estadual em direção aos municípios do interior foi consideravelmente maior do que o mesmo movimento em direção à Manaus (dos 100 mil migrantes, Manaus recebeu apenas 41 mil; na década anterior a razão era praticamente de 50% para cada)(RIVAS et al, 2008 pp.37).

1.2.7 Fase atual da ZFM (2002-)

Como fato fundamental da fase atual, destacamos em 2008 (durante o governo Lula) a implementação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) que, segundo a SUFRAMA, se tratando de um “aprofundamento da Política Industrial Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), [...] prevê maior eficiência produtiva e capacidade de inovação das empresas e expansão das exportações. A PDP define macrometas para o país, até 2010, que prevêem o aumento da formação bruta de capital fixo, maior dispêndio do setor privado em pesquisa e desenvolvimento (P&D), e ampliação das exportações brasileiras, em especial, das micro e pequenas empresas” (SUFRAMA). Em 2011, no governo Rousef, é lançado o Plano Brasil Maior (PBM), que substitui o PDP e estabelece as diretrizes das políticas “industrial, tecnológica e de comércio exterior”; resumidamente, são estas:

O desafio do Plano Brasil Maior é: 1) sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso; 2) sair da crise internacional em melhor posição do que entrou, o que resultaria numa mudança estrutural da inserção do país na economia mundial. Para tanto, o Plano tem como foco a inovação e o adensamento produtivo do parque industrial brasileiro, objetivando ganhos sustentados da produtividade do trabalho. (MDIC, Plano Brasil Maior).

De igual modo, a própria ZFM assumiu um caráter predominantemente industrial no que diz respeito à seus processos produtivos, tanto que ultimamente vem sendo tratada como Pólo Industrial de Manaus (PIM). Defendemos que isso se deve principalmente ao fato de que os recursos que a SUFRAMA gere, em função da ZFM e seus três ramos de atuação (agropecuário, comercial e industrial), são captados majoritariamente através das Taxas de Serviços Administrativos (TSA) cobradas das empresas instaladas no PIM, em contrapartida aos benefícios fiscais.

Os reflexos na ZFM, segundo a SUFRAMA podem ser destacados como:

- Os PPBs são definidos com o propósito de adensar as cadeias produtivas de valor nacionais (incorporando até o setor de biocosméticos);
- Investimentos em institutos de pesquisa regionais realizados pela indústrias do PIM¹⁵ (fomentando o adensamento tecnológico do parque industrial);
- Busca da sustentação da balança comercial via aumento das exportações;
- Busca de projeção internacional do modelo por meio de “missões comerciais, participação em acordos de comércio exterior e realização de eventos de promoção comercial”, vide exemplo da Feira Internacional da Amazônia (FIAM);
- Investimentos realizados pela SUFRAMA em “projetos de modernização produtiva e infraestrutural nos municípios da sua área de atuação, envolvendo construção de aeroportos, estradas, estruturas turísticas, projetos pilotos de produção e capacitação de mão-de-obra” (PORTAL SUFRAMA¹⁶).

Assim, as orientações fundamentais guiadas pela SUFRAMA, em consonância com as indústrias, foram as de: 1) promover a internacionalização da indústria local; e 2) interiorizar o desenvolvimento na Amazônia Ocidental. A primeira meta seria atingida via estímulo às exportações, assim como à promoção comercial e aos acordos de cooperação internacional. Trabalha-se com a segunda meta, como atesta Seráfico, mediante convênios firmados com governos estaduais, prefeituras municipais e entidades civis dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, que representam recursos captados via TSAs e aplicados em projetos produtivos de cunho empresarial ou cooperativo (SERÁFICO, 2009, pp.98).

Ao longo de sua história, segundo Leandro Trevisan, podemos observar que na ZFM a força do capital transnacional sempre esteve presente, “seja na forma de investimento direto, seja na forma de associação com grupos nacionais” (TREVISAN,

¹⁵ Investimentos oriundos, de acordo com determinação da Lei de Informática vigente (Decretos nº6.008 de 29/12/2006, nº4.928 de 23/12/2003, nº4.401 de 01/10/2002 e nº3.800 de 20/04/2001) majoritariamente dos recursos destinados à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Estes, por sua vez se constituem em condição do PIM para que uma empresa desse segmento possa integrar o modelo ZFM (SUFRAMA).

¹⁶ Disponível no site: http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm.

2012, pp.70). Segundo Lyra e Valle “também existem casos em que a ligação entre grupos nacionais e estrangeiros ocorre através do ‘licenciamento de tecnologia, assistência técnica, etc.’” (LYRA, 1995, pp.97; VALLE, 2007, pp.130 *apud* TREVISAN, 2012, pp.70-71). Podemos citar como exemplos os casos da Philco, cuja natureza e controle eram nacionais, mas utilizava tecnologia da japonesa Mitsubishi; Semp Toshiba, joint-venture de controle nacional, que utilizava-se da tecnologia da Toshiba, também japonesa; e CCE – natureza e controle nacionais – que utilizava tecnologia da Aiwa e RCA, empresas de origem japonesa e norte-americana respectivamente (VALLE, 2007, pp.130 *apud* TREVISAN, 2012, pp.70-71). Assim, vemos que a ZFM foi uma porta de entrada às empresas transnacionais que buscavam “furar” o protecionismo brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 (TREVISAN, 2012, pp.71).

CAPÍTULO II:
PRODUTIVIDADE DO PIM

2.1 Indicadores e Dados Quantitativos

A SUFRAMA, a fim de elaborar seu relatório de indicadores de desempenho do PIM (de 1988 a 2010, e de 2009 a 2014), utilizou-se dos valores médios de cotação do dólar comercial (fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas – FGV DADOS) como referência, demonstrados pela tabela a seguir:

TABELA 1. DÓLAR COMERCIAL MÉDIA ANUAL COTAÇÃO DE VENDA – PTAX – VALORES DE CONVERSÃO

ANO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
MÉDIA ANUAL DO DÓLAR	2,9206	3,0757	2,9259	2,4352	2,1761	1,9479	1,8346

ANO	2009	2010	2011	2012	2013	2014
MÉDIA ANUAL DO DÓLAR	1,9976	1,7602	1,6751	1,9547	2,031	2,3545

Fonte: SUFRAMA e Portal de Finanças, elaboração própria.

2.2. Mão-de-obra do PIM

A concepção da ZFM sempre teve em vista o desenvolvimento socioeconômico da região, de forma a irradiar a riqueza produzida para a população da mesma, buscando suprimir as desigualdades sociais. Para tanto, analisamos a seguir a condição dos trabalhadores do PIM.

TABELA 2.1 SETOR INDUSTRIAL, EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA EFETIVA DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS (PORCENTAGENS RELATIVAS EM PARÊNTESES)¹⁷

ANO	MÉDIA DE EMPRESAS	FAIXAS SALARIAIS							MÉDIA MENSAL (100%)
		ATÉ 1,5 S.M.	1,5 A 2,0 S.M.	2,0 A 4,0 S.M.	4,0 A 6,0 S.M.	6,0 A 10,0 S.M.	10,0 A 15,0 S.M.	ACIMA DE 15 S.	
2002	346	6.518 (12,7%)	11.596 (22,6%)	20.154 (39,4%)	5.039 (9,8%)	3.760 (7,3%)	2.050 (4,0%)	2.016 (3,9%)	51.146
2003	354	9.138 (15,8%)	14.465 (25,1%)	20.807 (36,1%)	5.117 (8,9%)	3.971 (6,9%)	2.031 (3,5%)	1.994 (3,4%)	57.524
2004	366	10.619 (15,1%)	18.392 (26,2%)	25.648 (36,6%)	5.884 (8,4%)	4.688 (6,7%)	2.342 (3,3%)	2.442 (3,5%)	70.013
2005	397	15.837 (19,3%)	22.209 (27,1%)	24.970 (30,5%)	7.552 (9,2%)	5.937 (7,2%)	2.565 (3,3%)	2.798 (3,4%)	81.868
2006	417	22.790 (25,5%)	24.900 (27,9%)	23.404 (26,2%)	7.378 (8,2%)	5.476 (6,1%)	2.481 (2,7%)	2.560 (2,8%)	89.259
2007	411	27.150 (30,5%)	22.758 (25,5%)	23.167 (26,0%)	6.793 (7,6%)	4.973 (5,6%)	2.170 (2,4%)	2.012 (2,2%)	89.024
2008	419	32.471 (33,5%)	22.150 (22,8%)	24.778 (25,5%)	7.650 (7,9%)	5.522 (5,7%)	2.228 (2,3%)	2.106 (2,1%)	96.905
2009	417	27.710 (32,6%)	18.066 (21,2%)	24.193 (28,4%)	6.570 (7,7%)	4.694 (5,5%)	1.976 (2,3%)	1.723 (2,0%)	84.932
2010	431	35.761 (38,5%)	19.167 (20,6%)	23.037 (24,8%)	6.677 (7,1%)	4.657 (5,0%)	1.939 (2,1%)	1.625 (1,7%)	92.862
2011	448	41.516 (37,5%)	25.892 (23,3%)	26.105 (23,5%)	7.769 (7,0%)	5.369 (4,8%)	2.204 (1,9%)	1.831 (1,6%)	110.684
2012	467	46.642 (41,7%)	24.411 (21,8%)	24.929 (22,3%)	7.292 (6,5%)	5.004 (4,4%)	1.971 (1,7%)	1.573 (1,4%)	111.821
2013	480	48.637 (42,9%)	23.951 (21,1%)	24.726 (21,8%)	7.357 (6,5%)	5.015 (4,4%)	2.021 (1,8%)	1.513 (1,3%)	113.220
2014	490	48.529 (42,6%)	23.988 (21,0%)	25.424 (22,3%)	7.438 (6,5%)	5.022 (4,4%)	1.995 (1,7%)	1.470 (1,3%)	113.865

Fonte: SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus– 1988 a 2010, e Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015.

Elaboração própria.

Legenda: Salário Mínimo (S.M.);

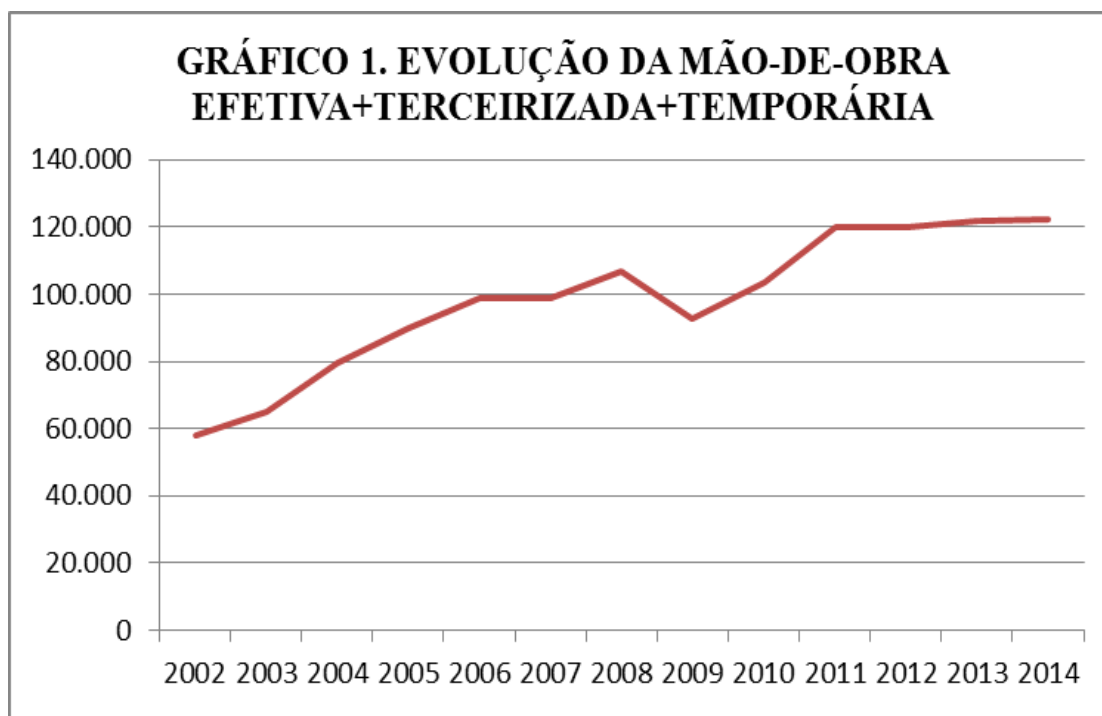
(*) Exceto mão-de-obra Terceirizada e Temporária

¹⁷ Embora não seja uma hipótese a explorar neste trabalho, vemos que a participação relativa de trabalhadores que ganham até 1,5 salário mínimo aumenta mais de três vezes, ao passo que a dos que ganham entre 1,5 S.M. e 2 S.M. se mantém, e acima de 2 S.M. todas as demais categorias com maiores salários apresentam quedas no período (com uma queda agregada de 28,2%).

TABELA 2.2 EVOLUÇÃO DA MÃO-DE-OBRA TEMPORÁRIA E TERCEIRIZADA NO PIM

ANO	MÉDIA EMPRESAS	MÉDIA TEMPORÁRIA	MÉDIA TERCEIRIZAD	MÉDIA TOTAL C= A + B
2002	346	3.443	3.232	6.675
2003	354	3.579	3.868	7.447
2004	365	5.418	4.017	9.435
2005	397	4.052	3.950	8.002
2006	417	4.859	4.548	9.407
2007	411	4.948	4.749	9.696
2008	419	5.640	4.367	10.007
2009	431	4.029	3.739	7.768
2010	448	6.170	4.631	10.801
2011	467	4.616	4.685	9.301
2012	479	3.901	4.209	8.110
2013	489	não fornecido diretamente	não fornecido diretamente	8.411
2014	475	não fornecido diretamente	não fornecido diretamente	8.250

Fonte: SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015, elaboração própria.



Fonte: SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015, elaboração própria.

Podemos notar, através da tabela 2.1, que houve uma compressão dos salários da mão-de-obra do PIM, à medida que em 2002 os trabalhadores que ganhavam até dois salários mínimos representavam 35,41% (18.114 trabalhadores de um total de 51.146), ao passo que em 2014 representavam 63,68% (72.517 trabalhadores de um total de 113.865). Logo vemos que aumentou-se significativamente a média mensal de postos de trabalho, mas aumentou-se também a proporção de trabalhadores que recebem até 2 (dois) salários mínimos, ocorrendo assim um aumento desproporcional: neste período de 2002-2014 aumentou-se o número geral de postos de trabalho em 122,62%, enquanto o aumento dos trabalhadores que recebem até dois (dois) salários mínimos foi de 300,33%. A média de trabalhadores contratados sob os regimes temporário e terceirizado, na tabela 2.2, também evidencia um aumento de 23,59% no período¹⁸.

Segundo Didier Ramousse, em 2008 o número de empregos diretos gerados pelas zonas francas da América do Sul era de 180.000 postos de trabalho (o que corresponde neste ano a 0,094% do emprego direto total sul-americano, segundo a base de dados da CEPAL - CEPALSTAT¹⁹); as mesmas também respondem por “cerca de 5 à 10% das importações totais e à 3% das exportações sul-americanas” (RAMOUSSE, 2010 *apud* TREVISAN, 2012, pp.24); no mesmo ano somente o PIM empregava aproximadamente 59% deste total (cerca de 106.900 trabalhadores, segundo as tabelas 2.1 e 2.2), e respondia por 1,88% das importações sul-americanas e por 0,23% das exportações²⁰. Estas porcentagens são muito baixas em proporção ao emprego gerado pelo PIM; caso fossem proporcionais, ou seja, significando igual produtividade do trabalho entre as diversas zonas francas, as importações do PIM estariam entre 2,95% (para 5% do total sul-americano) e 5,9% (para 10%), um valor de importação entre 1,5 e 3,1 vezes maior do que o de 2008; as exportações corresponderiam a 1,77% (para 3% do total sul-americano), mais de 7,5 vezes o valor das exportações deste ano.

¹⁸ Não estavam disponibilizados os dados salariais dos trabalhadores temporários e terceirizados.

¹⁹ Os países sul-americanos disponíveis para consulta na CEPALSTAT para o ano de 2008 são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. É possível também perceber a participação expressiva do Brasil, sendo que este responde por 53,09% do emprego direto total sul-americano em 2008 (com uma população economicamente ativa igual a 100.688.578 de um total de 189.656.175).

²⁰ Foram utilizados os bancos de dados da UN COMTRADE de exportação e importação em relação com o mundo, em 2008, dos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Ilhas Malvinas, Guiana Francesa, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

TABELA 2.3 – SALÁRIOS, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS X FATURAMENTO: 1990, E PERÍODO DE 2002 A 2014 (EM US\$ 1,00)

ANOS	Salários, Encargos e Benefícios Sociais (*)			Faturamento (D)	Participação (%) (E = C / D)
	Salários (A)	Encargos e Benefícios Sociais	Total (C = A + B)		
1990	372.414.396	455.413.476	827.827.872	8.380.407.755	9,88
2002	182.723.491	237.605.990	420.329.482	9.112.939.186	4,61
2003	208.565.095	267.007.897	475.572.992	10.622.444.765	4,48
2004	291.438.286	351.036.609	642.474.895	14.190.897.750	4,53
2005	464.371.787	497.766.220	962.138.007	18.901.682.280	5,09
2006	612.685.364	651.845.368	1.264.530.732	22.748.004.704	5,56
2007	675.062.419	735.913.203	1.410.975.622	25.669.856.080	5,50
2008	840.419.212	926.758.078	1.767.177.290	30.100.335.633	5,87
2009	727.504.483	786.265.947	1.513.770.430	25.953.651.605	5,83
2010	922.367.900	1.046.405.189	1.968.773.089	35.105.103.879	5,61
2011	1.231.302.777	1.364.482.325	2.595.785.102	41.097.368.253	6,32
2012	1.155.082.891	1.314.003.403	2.469.086.294	37.542.956.178	6,58
2013	1.139.439.063	1.277.489.681	2.416.928.744	38.540.674.512	6,27
2014	1.129.147.450	1.249.030.631	2.378.178.081	37.122.505.419	6,41

Fonte: SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus– 1988 a 2010, e Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015. Elaboração própria.

Além dos dados de redução salarial expostos pela Tabela 2.1, observamos pela Tabela 2.3 que, as relações entre o total de salários e encargos sociais e o faturamento assumem um distanciamento desde 1990 (em função da abertura econômica e comercial), quando os salários que representavam 9,88% do faturamento, atingem seu ponto mais baixo em 2003 (4,48%), e terminam 2014 com quase dois pontos percentuais a mais (6,41%). Podemos depreender que esse distanciamento – entre outras hipóteses - possa se caracterizar como ganhos de mercado (inovação, novos clientes, redução de custos industriais) que não são repassados aos trabalhadores.

2.3. Faturamento, custos, importações e exportações do PIM

TABELA 3. SETOR INDUSTRIAL, AQUISIÇÃO DE INSUMOS DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS (EM US\$ 1,00)

ANOS	AQUISIÇÃO DE INSUMOS						TOTAL (US\$ 1,00)
	REGIONAL		NACIONAL		EXTERIOR		
2002	1.372.758.831	27,74%	991.479.209	20,04%	2.583.787.344	52,22%	4.948.025.384
2003	1.780.055.858	29,24%	1.083.899.680	17,80%	3.224.771.192	52,96%	6.088.726.730
2004	2.452.538.295	32,38%	1.362.417.028	17,99%	3.758.994.128	49,63%	7.573.949.451
2005	3.204.917.626	32,33%	1.946.140.757	19,63%	4.762.242.227	48,04%	9.913.300.610
2006	3.816.005.314	31,98%	2.197.767.949	18,42%	5.917.620.652	49,60%	11.931.393.915
2007	3.803.266.305	29,49%	2.795.143.574	21,67%	6.299.075.661	48,84%	12.897.485.540
2008	4.252.358.218	25,81%	3.665.747.932	22,25%	8.555.322.515	51,93%	16.473.428.665
2009	3.021.123.582	25,55%	2.459.868.423	20,80%	6.344.656.262	53,65%	11.825.648.267
2010	3.883.494.403	22,31%	3.339.170.382	19,19%	10.181.265.939	58,50%	17.403.930.724
2011	5.205.664.811	25,65%	3.841.771.494	18,93%	11.246.324.182	55,42%	20.293.760.488
2012	4.438.811.393	24,12%	2.836.534.516	15,41%	11.126.594.860	60,46%	18.401.940.769
2013	4.384.535.269	22,35%	2.855.691.714	14,56%	12.374.136.902	63,09%	19.614.363.884
2014	4.057.433.065	22,10%	2.731.060.390	14,88%	11.570.265.955	63,02%	18.358.759.411

Fonte: SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus– 1988 a 2010, e Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015.

TABELA 4. SETOR INDUSTRIAL, FATURAMENTO DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS (EM US\$ 1,00)

ANOS	FATURAMENTO						TOTAL (US\$ 1,00)
	REGIONAL		NACIONAL		EXTERIOR		
2002	1.611.745.822	17,69%	6.474.865.769	71,05%	1.026.327.595	11,26%	9.112.939.186
2003	1.940.607.034	18,27%	7.454.131.031	70,17%	1.227.706.699	11,56%	10.622.444.764
2004	2.907.377.546	20,49%	10.197.590.478	71,86%	1.085.929.725	7,65%	14.190.897.749
2005	3.963.410.058	20,97%	12.913.744.761	68,32%	2.024.527.461	10,71%	18.901.682.280
2006	4.771.911.249	20,98%	16.493.364.299	72,50%	1.842.729.155	6,52%	22.748.004.703
2007	4.271.481.770	16,64%	20.353.580.347	79,29%	1.044.793.963	4,07%	25.669.856.080
2008	4.881.671.064	16,22%	24.026.660.079	79,82%	1.192.004.489	3,96%	30.100.335.632
2009	4.056.367.780	15,63%	21.039.835.748	81,07%	857.448.076	3,30%	25.953.651.604
2010	5.343.329.737	15,22%	28.724.277.034	81,82%	1.037.497.108	2,96%	35.105.103.879
2011	6.742.336.497	16,41%	33.514.443.866	81,55%	840.587.890	2,05%	41.097.368.253
2012	5.250.511.612	13,99%	31.424.058.646	83,70%	868.385.919	2,31%	37.542.956.178
2013	4.818.618.081	12,50%	32.859.323.662	85,26%	862.732.769	2,24%	38.540.674.512
2014	4.533.524.638	12,21%	31.870.733.837	85,85%	718.246.944	1,93%	37.122.505.419

Fonte: SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus– 1988 a 2010, e Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015. Elaboração própria.

Vemos pelas tabelas 3 e 4 que o PIM é de fato superavitário, já que apresenta faturamentos superiores aos seus respectivos gastos com insumos. Podemos perceber também que houve uma hipertrofia do setor nacional no faturamento, passando de US\$ 6,4 bilhões (em 2002, tabela 4) para US\$ 31,8 bilhões (em 2014, tabela 4) (somando-se ao faturamento regional, o faturamento interno aumentou de 88,74% para 98,06% neste período, em relação ao faturamento total). O problema maior está no detalhamento das mesmas: percebemos que, além de haver uma contínua redução dos insumos de origem regional e nacional (passando no agregado, como mostra a tabela 3, de 47,78% em 2002 para 36,98 % em 2014), há um aumento progressivo da aquisição de insumos com origem externa (de 52,22% em 2002, para 63,02% em 2014, também na tabela 3); é dizer, intensificou-se a desvinculação produtiva das empresas instaladas na ZFM em relação ao Brasil e à região Amazônica.

Thaís Brianezi sugere que a grande dependência de insumos importados da ZFM decorre principalmente do caráter das empresas instaladas, que são em sua maioria das áreas de "eletroeletrônica, veículos de duas rodas, produtos ópticos, produtos de informática e indústria química" (BRIANEZI, 2013, pp.55).

A autora ressalta também, mediante apresentação de reportagem sobre a greve dos fiscais da receita federal em 2008, possíveis impactos da dependência da ZFM em relação aos insumos de origem externa: em casos de greve como este, aonde as cargas com insumos provenientes de outros países ficaram "presas" nas alfândegas, os custos para as empresas podem assumir quantias tão grandes a ponto de poder gerar demissões, segundo o Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (SINAEES) (BRIANEZI, 2013, pp.53-54).

TABELA 4.1 PROPORÇÃO ENTRE INSUMOS E FATURAMENTO

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Relação insumos/faturamento	54,30%	57,32%	53,37%	52,45%	52,45%	50,24%

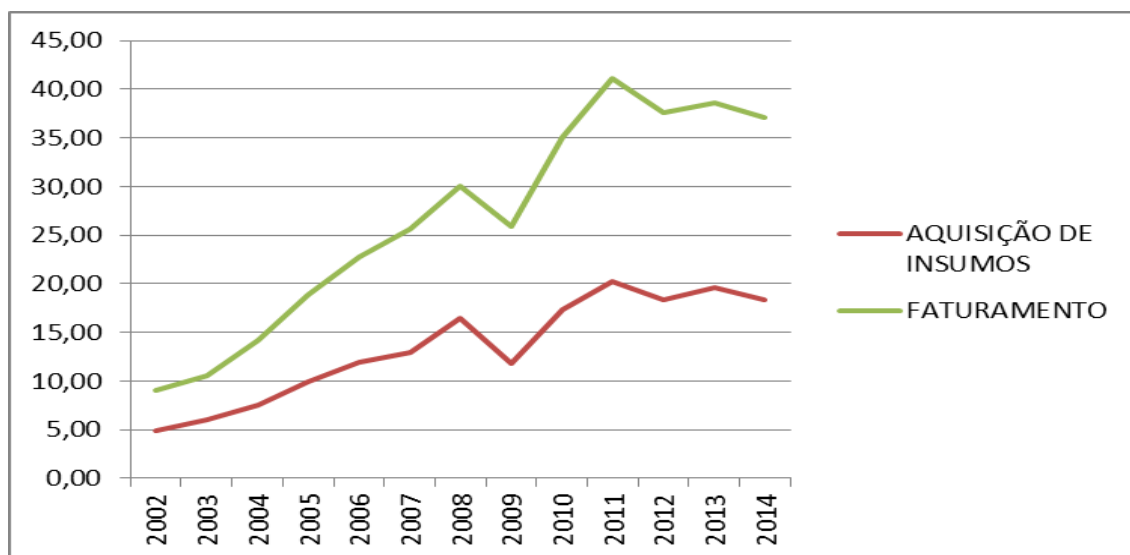
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Relação insumos/faturamento	54,73%	45,56%	49,58%	49,38%	49,02%	50,89%	49,45%

Fonte: SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 1988 a 2010, e Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015, adaptado.

Através da Tabela 4.1 podemos perceber que há uma tendência a queda nos gastos realizados com insumo em referência ao faturamento, e pelos gráficos dos subsetores vemos que isto pode ser devido a uma diminuição das vendas dos setores que demandam insumos mais caros (eletroeletrônico e duas rodas) e/ou que houve uma otimização dos processos produtivos das empresas de modo a gastar menos com insumos e, logo, elevar o faturamento em proporção (por exemplo o subsetor eletroeletrônico que gastava 60,85% de seu faturamento com insumos em 2002, passou a gastar 52,66% em 2014). Também percebemos que no ano de 2009 essa relação caiu bastante (para 46,73%) o que pode significar uma diminuição das vendas dos produtos do PIM em função da crise de 2008.

Podemos visualizar essa relação no gráfico 2, a seguir:

GRÁFICO 2. EVOLUÇÃO DO FATURAMENTO E DOS GASTOS EM INSUMOS (EM US\$ BILHÕES)



Percebemos então que, em um balanço geral, as empresas instaladas no PIM vêm obtendo faturamentos cada vez maiores, tendo um saldo positivo de US\$ 8,6 bilhões em 2014 (recuperando-se da significativa queda pós-crise de 2008).

TABELA 5.1 SETOR INDUSTRIAL, BALANÇA COMERCIAL DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS (EM US\$ 1.000)

ANOS	MERCADO EXTERNO		
	EXPORTAÇÃO (A)	IMPORTAÇÃO (B)	SALDO C=A+B
2002	1.026.328	2.583.787	-1.557.460
2003	1.227.707	3.224.771	-1.997.064
2004	1.085.930	3.758.994	-2.763.064
2005	2.024.527	4.762.242	-2.737.715
2006	1.842.729	5.917.621	-4.434.891
2007	1.044.794	6.299.076	-5.254.282
2008	1.192.004	8.555.322	-7.363.318
2009	857.448	6.344.656	-5.487.208
2010	1.037.497	10.181.266	-9.143.769
2011	840.588	11.246.324	-10.405.736
2012	868.386	11.126.595	-10.258.209
2013	862.733	12.374.137	-11.511.404
2014	718.247	11.570.266	-10.852.019

Fonte: SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus– 1988 a 2010, e Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015. Elaboração própria.

TABELA 5.2 SETOR INDUSTRIAL, BALANÇA COMERCIAL DO PÓLO INDUSTRIAL DE MANAUS (EM US\$ 1.000)

ANOS	MERCADO INTERNO			SALDO FINAL G=C+F
	EXPORTAÇÃO (D)	IMPORTAÇÃO (E)	SALDO F=D-E	
2002	8.086.612	2.364.238	5.722.374	4.164.914
2003	9.394.738	2.863.955	6.530.783	4.533.718
2004	13.104.968	3.814.955	9.033.277	6.360.213
2005	16.877.155	5.151.058	11.726.096	8.988.382
2006	21.265.276	6.013.733	15.251.543	10.816.651
2007	24.625.062	6.598.410	18.026.652	12.772.370
2008	28.908.331	7.918.106	20.990.225	13.626.907
2009	25096203	5.480.992	19.615.211	14.128.003
2010	34.067.607	7.222.665	26.844.942	17.701.173
2011	40.256.780	9.047.436	31.209.344	20.803.608
2012	36.674.570	7.275.346	29.399.224	19.141.015
2013	37.677.942	7.240.227	30.437.715	18.926.311
2014	36.404.258	6.788.493	29.615.765	18.763.746

Nota: O item “C” desta tabela faz referência ao “C” da tabela anterior, no caso, 5.1.

Fonte: SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus– 1988 a 2010, e Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015. Elaboração própria.

Outro fato notório diz respeito às exportações, sendo que o que em 2002 representava 11,26% do faturamento do pólo, atingiu o patamar de 1,93% em 2014 (tabela 4). Pelas tabelas 5.1 e 5.2 vemos que o aumento expressivo nos gastos com insumos de origem externa (um aumento de 347,80% nesse período, ao passo que os de origem interna aumentaram 187,13%) apoiou-se principalmente na hipertrofia da participação nacional no faturamento (com um aumento de 350,18%, ao passo que as exportações diminuíram 30,01%), embora – novamente – o saldo final das balanças comerciais seja positivo (aumentando 350,51% de 2002 a 2014).

Estes são fatores críticos, pois aumentou-se a dependência nacional dos insumos externos²¹ e, concomitantemente, reduziu-se a competitividade no setor

²¹ Para José Alberto Machado, o déficit da balança comercial da Zona Franca se torna muito perigoso à medida que “contribui para a desindustrialização pois [...] importa assombrosas quantidades de insumos enquanto exporta pouco e com pouco valor agregado.” (MACHADO, 2011 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.53).

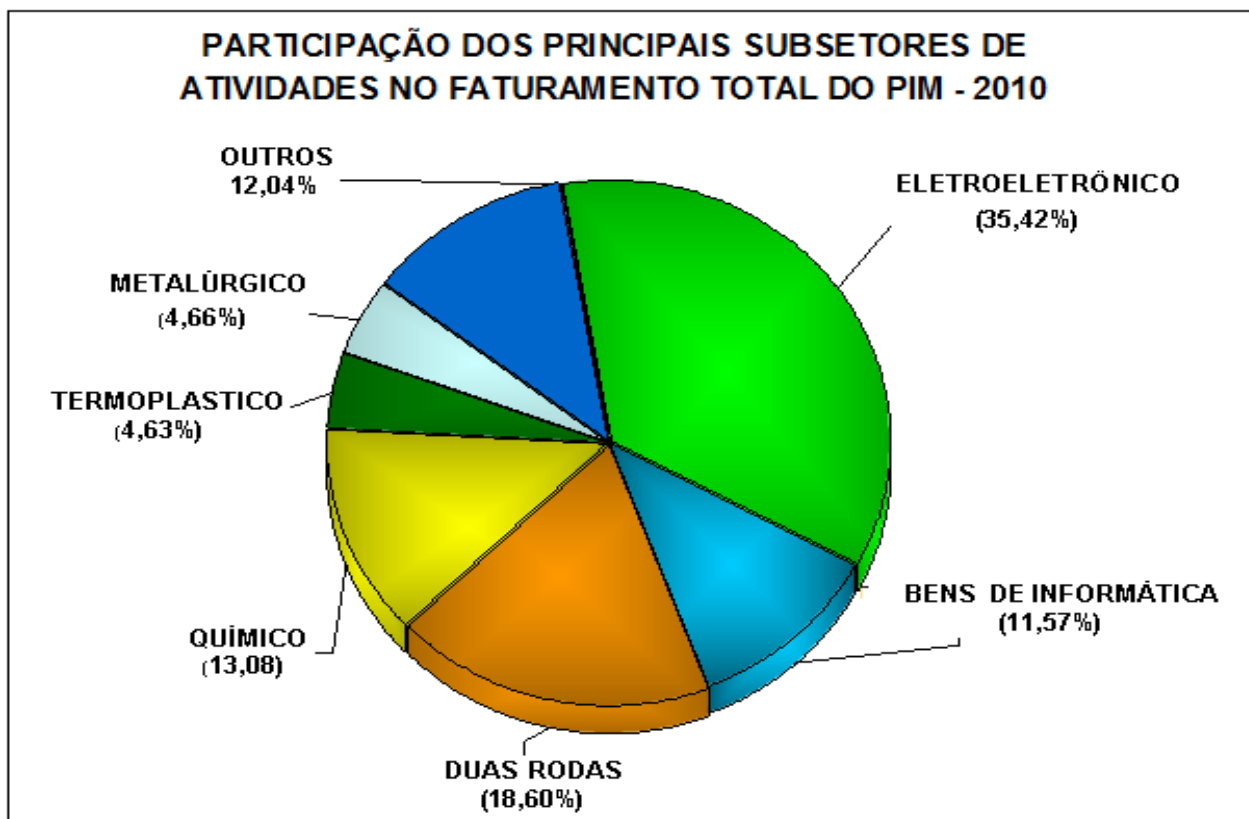
externo, assim como sua participação no faturamento total. Sendo assim, há um retrocesso no concernente à missão do modelo de tornar-se um pólo tecnológico de referência mundial, com “inserção internacional competitiva”; faz-se necessário reavaliar suas áreas prioritárias de desenvolvimento a fim de buscar sua consolidação como centro inovador e produtivo.

2.4 Subsetores do PIM

Em 2002, segundo o relatório de indicadores da SUFRAMA de 1988 a 2010, os faturamentos eram assim divididos pelos subsectores: eletroeletrônicos com 31,61%, bens de informática com 21,82%, duas rodas com 14,56% e químicos com 10,73%. Como podemos observar no gráfico 3, segundo a SUFRAMA, as tendências se mantiveram (a não ser pelo setor de bens de informática, que caiu quase 10%) sendo que o subsector de materiais elétricos, eletrônicos e de comunicação continuou liderando os indicadores do PIM em 2010. Em 2014 este apresentava dados expressivos como: quase 43% dos trabalhadores (52.330 empregados) e um faturamento de 18,31 bilhões de dólares (32,80% do faturamento total)²². Os subsectores conseguintes, que representaram os maiores faturamentos foram os de bens de informática (16,43%), duas rodas (15,66%) e químicos (12,59%), respectivamente.

²² Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para o ano de 2012, somente a empresa finlandesa Nokia foi responsável por 12,14% das exportações do estado do Amazonas.

GRÁFICO 3.



Fonte: SUFRAMA

Podemos perceber, de acordo com os dados da SUFRAMA, o peso do subsector de eletroeletrônicos em âmbito de comércio internacional: no que se refere aos insumos, em 2014 as importações corresponderam a 79,69% do gasto total neste mesmo subsector. Além disso, no mesmo ano suas importações representaram 66,40% das importações de todos os subsectores PIM. Mas em relação às exportações observamos que esta expressividade não se reflete proporcionalmente nas exportações do PIM: se dividirmos as exportações deste subsector (segundo a SUFRAMA, US\$ 104,7 milhões pelo total das exportações de 2014 (na Tabela 5.1), vemos que os eletroeletrônicos foram responsáveis por 14,58% das exportações (SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus - 2009 a 2015, pp.16). Da mesma forma, obtemos a informação de que o subsector químico foi o setor que mais exportou neste ano, com 39,34% de representação (US\$ 282,56 milhões); o segundo subsector que mais exportou foi o “duas rodas”, com 25,94% (US\$ 186,31 milhões) (SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus - 2009 a 2015, pp.24 e 18).

2.5 Comércio Exterior do PIM

Trevisan (2012, pp.192-193) utilizou o seguinte método para tentar filtrar as informações sobre as principais relações comerciais do PIM, como por exemplo quais são os principais países de origem/destino dos insumos/produtos do PIM: a partir dos dados do site do MDIC, que infelizmente não dispõe de um filtro somente para o PIM, o autor valeu-se dos dados do estado do Amazonas, já que a produção industrial neste estado se concentra majoritariamente em Manaus e no PIM. Assim, é possível, ao cruzar esses dados com os dados do relatório de indicadores de desempenho do PIM, conseguir uma noção bastante segura dos dados no que se refere ao PIM.

2.5.1 Principais Países de Origem dos Insumos

Segundo o MDIC, o município de Manaus adquiriu no exterior em 2014, US\$ 12,88 bilhões em insumos (Tabela 6.1, a seguir). Os dados da SUFRAMA (Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2009 a 2015) apontam que, para esta mesma variável, o PIM adquiriu US\$ 11,57 bilhões, ou seja, 89,78% do conjunto do município.

TABELA 6.1. PRINCIPAIS PAÍSES DE IMPORTAÇÃO POR ORDEM DECRESCENTE – MANAUS/AM

	2005 (Jan/Dez)			2014 (Jan/Dez)	
	US\$ F.O.B.	Part. %		US\$ F.O.B.	Part. %
TOTAL DA ÁREA	5.216.698.102	100	TOTAL DA ÁREA	12.886.629.580	100
TOTAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO	5.115.184.303	98,05	TOTAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES DESTINOS	12.690.161.302	98,48
1 JAPAO	1.232.767.906	23,63	1 CHINA	4.931.046.015	38,26
2 ESTADOS UNIDOS	853.661.554	16,36	2 COREIA DO SUL	2.510.882.155	19,48
3 COREIA, REPUBLICA DA (SUL)	680.041.015	13,04	3 ESTADOS UNIDOS	1.109.171.985	8,61
4 CHINA	418.577.271	8,02	4 JAPAO	752.933.738	5,84
5 MALASIA	295.918.554	5,67	5 TAIWAN (FORMOSA)	660.110.747	5,12
6 VENEZUELA	284.494.543	5,45	6 TAILANDIA	470.623.414	3,65
7 TAIWAN (FORMOSA)	177.666.865	3,41	7 MALASIA	306.401.918	2,38
8 ALEMANHA	160.920.828	3,08	8 HONG KONG	204.417.308	1,59
9 PERU	130.846.859	2,51	9 ALEMANHA	196.456.443	1,52
10 FILIPINAS	129.304.676	2,48	10 ANTILHAS HOLANDESAS	161.308.400	1,25
11 HONG KONG	108.616.196	2,08	11 VIETNA	158.705.143	1,23
12 FRANCA	99.383.191	1,91	12 MEXICO	137.748.237	1,07
13 INDONESIA	86.144.594	1,65	13 INDONESIA	106.035.862	0,82
14 ARGENTINA	59.630.586	1,14	14 CINGAPURA	99.851.490	0,77
15 REINO UNIDO	55.517.704	1,06	15 REINO UNIDO	98.163.557	0,76
16 MEXICO	40.916.483	0,78	16 AFRICA DO SUL	87.462.774	0,68
17 AUSTRIA	40.725.698	0,78	17 ITALIA	85.162.720	0,66
18 FINLANDIA	31.708.415	0,61	18 RUSSIA	84.370.095	0,65
19 AFRICA DO SUL	29.977.100	0,57	19 INDIA	62.845.276	0,49
20 TAILANDIA	27.419.820	0,53	20 SUICA	61.955.075	0,48
21 COREIA, REPUBLICA POPULAR DEMOCRATICA (NORTE)	24.506.570	0,47	21 BELGICA	60.429.748	0,47
22 ITALIA	23.574.649	0,45	22 FRANCA	55.782.787	0,43
23 MALTA	21.509.091	0,41	23 CANADA	50.399.157	0,39
24 CINGAPURA	20.524.682	0,39	24 FILIPINAS	45.349.061	0,35
25 COLOMBIA	18.458.562	0,35	25 ESPANHA	40.773.981	0,32
26 PAISES BAIXOS (HOLANDA)	15.011.697	0,29	26 MALTA	40.357.285	0,31
27 CANADA	13.163.952	0,25	27 IRLANDA	34.853.551	0,27
28 URUGUAI	12.559.579	0,24	28 AUSTRIA	27.803.791	0,22
29 SUICA	11.012.750	0,21	29 URUGUAI	24.395.332	0,19
30 SUECIA	10.622.913	0,2	30 COLOMBIA	24.364.257	0,19
31 DEMAIS PAÍSES	101.513.799	1,95	31 DEMAIS PAÍSES	196.468.278	1,52

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS

	2005 (Jan/Dez)			2014 (Jan/Dez)	
	US\$ F.O.B.	Part. %		US\$ F.O.B.	Part. %
1 ASIA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO)	3.780.178.809	72,46	1 ASIA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO)	10.318.458.348	80,07
2 UNIAO EUROPEIA - UE	602.326.135	11,55	2 ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO)	1.109.695.028	8,61
3 ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO)	419.243.110	8,04	3 UNIAO EUROPEIA - UE	721.777.641	5,60
4 ALADI (EXCLUSIVE MERCOSUL)	234.164.353	4,49	4 ASSOCIACAO LATINO AMERICANA DE INTEGRACAO - ALADI	231.220.471	1,79
5 AFRICA (EXCLUSIVE ORIENTE MÉDIO)	29.583.339	0,57	5 DEMAIS DA AMERICA	161.987.003	1,26
6 DEMAIS BLOCOS	151.202.356	2,9	6 DEMAIS BLOCOS	343.491.089	2,67
TOTAL	5.216.698.102	100	TOTAL	12.886.629.580	100

Fonte: MDIC, dados de importação para Manaus/AM. Elaboração própria.

Podemos observar que as importações de Manaus aumentam em quase 2,5 vezes no período de 2005 a 2014 (de US\$ 5,21 bi para US\$ 12,88 bi). A China passa a assumir uma posição expressiva nas importações manauaras, passando de menos de um décimo (8,02%) para mais de um terço do total (38,26%), além de quase multiplicar por doze a sua participação. A Coréia do Sul e os Estados Unidos²³ passaram a ser respectivamente o segundo e o terceiro maiores exportadores (aumentando suas vendas em 3,6 e 1,3 vezes, respectivamente), o Japão vai da primeira à quarta colocação como exportador (diminuindo suas exportações em 38,9%) no período.

Ao analisarmos as importações de Manaus por blocos econômicos percebemos que a ligação com os países da Bacia do Pacífico (BP) é majoritária no período: a Ásia

²³ Segundo Amayo Zevallos os Estados Unidos, mediante suas políticas exteriores se transformaram “quase no único mercado para a América Latina” no período da II Guerra Mundial (e com participação assombrosa nas décadas subsequentes) (AMAYO ZEVALLOS, 1990, pp.148-149). Em 2014, para a ZFM, vemos que esta participação é determinante (16,36% das importações de Manaus), mas bem distante de uma hegemonia comercial, como a que a China parece reclamar para si. Em âmbito nacional percebemos a posição de liderança dos EUA (embora seja uma “vantagem não tão confortável”): este país exportou, de acordo com os dados de comércio internacional da ONU de 2014, US\$42,4 bilhões em commodities para o Brasil (representando cerca de 18,5% do total das importações brasileiras), ao passo que a China exportou US\$37,3 bilhões (16,3% do total) (UN COMTRADE).

(exclusive oriente médio) chega a representar 80,07% das importações, seguida dos Estados Unidos (inclusive Porto Rico) com 8,61%, União Européia (5,6%), Associação Latino-Americana de Integração²⁴ (ALADI; nesse caso exclusive Mercado Comum do Sul²⁵) com 1,79% e Demais Países da América (1,26%); outros blocos econômicos representam 2,67%. Novamente, se destacarmos na tabela 6.1 os países que integram a BP²⁶ (totalizando 16 países), observamos que – em 2014 – estes perfazem 90% das importações da cidade de Manaus (se estimarmos para o PIM esta projeção teríamos 90% de um total de US\$ 12,9 bilhões, resultando em US\$ 11,6 bilhões gastos em importações oriundas de países da BP).

²⁴Os países membros da ALADI são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.

²⁵ Bloco econômico atualmente composto pelos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela (único membro pleno que não participou da formação do bloco em 1991, passando a integrá-lo em 2012).

²⁶Para o ano de 2014, na tabela 6.1, os países destacados que integram a Bacia do Pacífico – em ordem decrescente de importação (e excetuando-se os que possivelmente integrem o item 31 da tabela “demais países”, pois o MDIC não os discriminou) - são: China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Japão, Taiwan, Tailândia, Malásia, Hong Kong, Vietnã, México, Peru, Indonésia, Cingapura, Rússia, Filipinas e Colômbia (sendo que o Peru consta discriminado somente nas importações de 2005).

TABELA 6.2 PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO POR ORDEM DECRESCENTE – MANAUS/AM

	2005 (Jan/Dez)			2014 (Jan/Dez)	
	US\$ F.O.B.	Part. %		US\$ F.O.B.	Part. %
TOTAL DA ÁREA	2.111.224.355	100	TOTAL DA ÁREA	899.627.954	100
TOTAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO	1.997.796.639	94,63	TOTAL DOS PRINCIPAIS PAÍSES DESTINOS	882.421.638	98,09
1 ESTADOS UNIDOS	740.832.769	35,09	1 ARGENTINA	248.752.325	27,65
2 ARGENTINA	336.778.734	15,95	2 VENEZUELA	190.641.114	21,19
3 VENEZUELA	138.734.281	6,57	3 COLOMBIA	67.882.514	7,55
4 CHILE	127.692.520	6,05	4 ESTADOS UNIDOS	53.278.868	5,92
5 HUNGRIA	106.799.368	5,06	5 MEXICO	42.708.807	4,75
6 COLOMBIA	103.961.083	4,92	6 PROVISAO DE NAVIOS E AERONAVES	37.345.461	4,15
7 MEXICO	76.955.761	3,65	7 PARAGUAI	31.750.826	3,53
8 ALEMANHA	68.698.015	3,25	8 PANAMA	26.092.315	2,9
9 PERU	61.224.871	2,9	9 PERU	26.023.909	2,89
10 EQUADOR	25.901.989	1,23	10 CHILE	25.914.067	2,88
11 COREIA, REPUBLICA DA (SUL)	22.032.598	1,04	11 CHINA	17.415.078	1,94
12 PROVISAO DE NAVIOS E AERONAVES	16.512.202	0,78	12 ALEMANHA	13.310.100	1,48
13 CANADA	14.786.341	0,7	13 VIETNA	10.797.916	1,2
14 PARAGUAI	13.957.966	0,66	14 HONG KONG	10.756.790	1,2
15 PANAMA	13.841.931	0,66	15 EQUADOR	8.462.159	0,94
16 BOLIVIA	13.175.087	0,62	16 AUSTRALIA	8.079.500	0,9
17 FRANCA	12.749.761	0,6	17 CANADA	8.056.486	0,9
18 AUSTRALIA	12.239.317	0,58	18 URUGUAI	6.833.740	0,76
19 JAMAICA	12.147.307	0,58	19 GUATEMALA	6.015.602	0,67
20 ESPANHA	11.349.441	0,54	20 COREIA DO SUL	5.911.175	0,66
21 GUATEMALA	11.142.798	0,53	21 BOLIVIA	4.954.587	0,55
22 CHINA	9.620.733	0,46	22 TAIWAN (FORMOSA)	4.400.074	0,49
23 URUGUAI	8.648.179	0,41	23 MALASIA	4.249.399	0,47
24 REINO UNIDO	8.362.869	0,4	24 IRLANDA	4.049.500	0,45
25 COSTA RICA	7.560.762	0,36	25 REINO UNIDO	4.016.226	0,45
26 AFRICA DO SUL	6.177.398	0,29	26 COSTA RICA	3.916.549	0,44
27 PAISES BAIXOS (HOLANDA)	6.061.696	0,29	27 ESPANHA	3.280.328	0,36
28 HONG KONG	3.589.422	0,17	28 FRANCA	2.659.172	0,3
29 REPUBLICA DOMINICANA	3.424.535	0,16	29 AFRICA DO SUL	2.594.583	0,29
30 TRINIDAD E TOBAGO	2.836.905	0,13	30 PORTUGAL	2.272.468	0,25
31 DEMAIS PAÍSES	113.427.716	5,37	31 DEMAIS PAÍSES	17.206.316	1,91

PRINCIPAIS BLOCOS ECONÔMICOS

	2005 (Jan/Dez)			2014 (Jan/Dez)	
	US\$ F.O.B.	Part. %		US\$ F.O.B.	Part. %
1 ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO)	742.212.592	35,16	1 ASSOCIACAO LATINO AMERICANA DE INTEGRACAO - ALADI	680.179.168	75,61
2 ALADI (EXCLUSIVE MERCOSUL)	547.645.592	25,94	2 ASIA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO)	58.590.095	6,51
3 MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL	359.384.879	17,02	3 ESTADOS UNIDOS (INCLUSIVE PORTO RICO)	53.278.868	5,92
4 UNIAO EUROPEIA - UE	274.662.215	13,01	4 PROVISAO DE NAVIOS E AERONAVES	37.345.461	4,15
5 ASIA (EXCLUSIVE ORIENTE MEDIO)	47.448.651	2,25	5 UNIAO EUROPEIA - UE	32.542.770	3,62
6 DEMAIS BLOCOS	139.870.426	6,63	6 DEMAIS BLOCOS	37.691.592	4,19
TOTAL	2.111.224.355	100	TOTAL	899.627.954	100

Fonte: MDIC, dados de exportação para Manaus/AM. Elaboração própria.

2.5.2 Principais Países de Destino das Mercadorias

Quanto às exportações (Tabela 6.2), o MDIC evidencia que - no ano de 2014 - foi exportado por Manaus um total de US\$ 899,67 milhões (o que significa uma redução de 57,38% das exportações de 2005). Segundo a SUFRAMA (Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2009 a 2015), as exportações das empresas sediadas no PIM (para o mesmo ano) totalizaram um montante de US\$ 718,25 milhões, ou seja, 79,83% do correspondente ao município.

Podemos observar, segundo a tabela fornecida pela SUFRAMA, que os países da América Latina são os principais países importadores²⁷ dos produtos de Manaus – e logo da ZFM -, sendo que estes (Argentina, Venezuela, Colômbia, México, Paraguai, Panamá, Peru, Chile, Equador, Uruguai, Guatemala, Bolívia e Costa Rica) responderam, em 2014, por US\$ 689,95 milhões, totalizando 76,69% (sem contar as destinações para

²⁷ Os trinta principais produtos exportados pelo PIM segundo a SUFRAMA em 2010, em ordem alfabética, foram: alarme eletrônico para veículos, aparelhos de barbear não elétricos, artigos de matéria plástica, artigos e equipamentos para cultura física, auto-rádio, câmera de televisão, canetas e lapiseiras, cartas de jogar, cartucho de lâmina para aparelho de barbear, cartão com circuito integrado eletrônico, cera, compactdisc, concentrados para bebidas não-alcoólicas, dispensador automático de cédulas, escova dental, forno de microondas, lentes, lâminas de duplo fio, madeira beneficiada, madeira serrada, motocicletas, papel fotográfico para fotografia, porteiro eletrônico com vídeo, receptor de sinal de televisão via satélite, relógio de pulso e de bolso, telefone celular, televisor em cores, televisor em cores com tela de cristal líquido, televisor com tela de plasma e terminal de caixa bancário.

“provisões de navios e aeronaves” e “demais países” que certamente devem abranger outros países latino-americanos, somando por sua vez 6,06% do total exportado). Individualmente, a Argentina aparece como principal destino, com 27,65%, seguida pela Venezuela (21,19%), Colômbia (7,55%), Estados Unidos (5,92%) e México (4,75%).

Percebemos uma queda drástica nas exportações anteriormente direcionadas aos Estados Unidos (em 2005): o fluxo comercial que antes representava US\$ 740,8 milhões (e 35,09% do total) é praticamente mitigado ao passar para US\$ 53,3 milhões (5,92% do total), evidenciando uma redução de 92,8%. De fato, dos dez maiores importadores dos produtos de Manaus em 2005, somente a Venezuela intensifica suas importações (com um aumento de 37,41%) em 2014, os demais apresentaram fortes restrições: Alemanha (-80,6), Chile (-79,7%), Equador (-67,3%), Peru (-57,5%), México (-44,5%), Colômbia (-34,7%), Argentina (-26,1%) e Hungria (que deixou de constar nesta classificação; essa informação sobre os EUA está no começo do parágrafo).

Na análise por relações com blocos econômicos, percebemos a ALADI como principal destino das mercadorias (75,61%); seguido pela Ásia (exclusive Oriente Médio) com 6,51%, Estados Unidos (inclusive Porto Rico) com 5,92%, “Provisão de Navios e Aeronaves” com 4,15%, União Europeia com 3,62%, e demais blocos com 4,19%.

2.2.6 Investimento em Áreas Educacionais, Científicas e Tecnológicas de Inovação

A Suframa, TSAs cobradas das empresas instaladas no PIM (sua principal fonte de recursos), tem realizado diversos investimentos a fim de estimular um desenvolvimento amazônica, endógeno. Seráfico, assim como Menezes, descrevem outras formas de adensamento das cadeias produtivas incentivadas por esta autarquia a partir dos anos 2000, como por exemplo:

1) Investimentos em instituições locais de Ciência, Tecnologia e Inovação, como a implantação do “Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), e os investimentos em

cursos de pós-graduação *stricto e latu senso*, em parceria com as universidades públicas locais”;

Brianezi destaca a problemática referente ao CBA: embora tenha sido criado em 2002, sob os auspícios do Programa Nacional de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem), só entrou em funcionamento em 2005 (BARBOSA, 2008 *apud* BRIANEZI, 2013 pp.69). Porém o mesmo carece de servidores, equipamentos e orçamento, sendo que uma das principais causas seria o fato do CBA não possuir personalidade jurídica própria, o que o sujeitaria a um contingenciamento dos recursos por parte da SUFRAMA, como por exemplo o ano de 2008, em que recebeu R\$ 1 milhão de repasse²⁸, enquanto a mesma possuía R\$ 192,2 milhões destinados a investimentos na ZFM (SUFRAMA, 2008 *apud* BRIANEZI, 2013 pp.70). Dessa maneira, formou-se (em 2008) um comitê interministerial a fim de desenvolver propostas de gestão do CBA, encaminhando à Casa Civil (em 2010) a proposta de que esta instituição funcionasse como uma empresa pública; a mesma ainda aguarda aprovação no Congresso Nacional (SUFRAMA, 2010c *apud* BRIANEZI, 2013 pp.70).

De acordo com matéria do portal de notícias G1 (INMETRO ASSUME...2015) em 16 de junho de 2015 foi assinado pelo MDIC um termo de execução descentralizada²⁹, transferindo da SUFRAMA para o INMETRO a responsabilidade de administração da CBA³⁰. Isso implicará no fato de que o INMETRO será responsável principalmente por conciliar o setor produtivo com as instituições de pesquisa; com esta medida, a intenção a longo prazo do MDIC é transformar o CBA em um centro de relevância internacional. A reportagem ressalta que, desde sua criação, o CBA já chegou a contar com o trabalho de cerca de 200 pesquisadores, sendo que atualmente, devido às dificuldades enfrentadas, este abriga 48 pesquisadores; ainda, com o encerramento – na primeira semana de junho desse ano - do convênio com a Fundação

²⁸ Em janeiro do mesmo ano a SUFRAMA e a prefeitura assinaram um contrato de revitalização da “Praça 5 de Setembro” - na cidade de Manaus - no valor de R\$ 2,53 milhões, o que denota a diferença de tratamento dado ao CBA (SUFRAMA ASSINA...2008).

²⁹ Segundo a Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), “o termo de execução descentralizada é o instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito entre órgãos federais para a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento”(SG/PR, 2007).

³⁰ Em realidade, segundo matéria também do Portal G1, do dia 24/06/2015, a gestão do CBA ocorrerá de “forma compartilhada entre INMETRO, MDIC e SUFRAMA” (INMETRO...2015).

de Defesa da Biosfera (FDB), fundação esta que – segundo o site Portal Amazônia - representava o último contrato do CBA, os pesquisadores tiveram que manter as atividades do centro de forma voluntária, com a possibilidade de perderem suas pesquisas (CENTRO...2015). Outra reportagem do Portal G1 atesta o anúncio da concessão de 47 bolsas de caráter excepcional (com prazo máximo de três meses) para o centro por parte do INMETRO (com recursos da SUFRAMA), em função do fim do convênio e da necessidade de manter em “regime de operação mínima” as atividades do centro. Na opinião do pesquisador Flávio Freire, a ausência da personalidade jurídica do CBA se mostra fator crucial no sentido de que isso impossibilitou a captação de recursos de editais por parte da SUFRAMA³¹ (como por exemplo da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM – e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq)(INMETRO...2015).

De acordo com notícia da Ecoamazônia (uma entidade sem fins lucrativos) do dia 01/07/2015 (SENADORES...2015), senadores e representantes do governo federal estão em consenso de que esta medida envolvendo o INMETRO deve ser encarada como uma situação emergencial realizada apenas para impedir o cancelamento das atividades do centro³²; é consenso também de que a obtenção de autonomia da instituição seria benéfica no sentido de assegurar as potenciais patentes do setor de biotecnologia, o que representaria uma importante oportunidade de fortalecimento do próprio CBA e de um modelo econômico regional baseado na biodiversidade amazônica já que, segundo o diretor do Departamento do Patrimônio Genético da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Rafael de Sá Marques, o setor farmacêutico – por exemplo - é um setor que vem se mostrando em movimento de contracorrente em relação à crise, atingindo percentuais de crescimento acima de dois dígitos;

Segundo matéria do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) de 04/08/2015, o ministro do MCTI, Aldo Rebelo, se reuniu com o ministro do MDIC, Armando Monteiro, a fim de discutir a organização de “um arranjo institucional

³¹ Este pesquisador ressalta: “a única diferença que vejo é que teremos um órgão do Rio de Janeiro tomando decisões sobre o futuro da economia amazonense”.

³² Aliás, o discurso do MDIC se mostra de inclusão global do país também via Região Amazônica, quando o analista de comércio exterior Fernando Lourenço Nunes Neto afirma que “o CBA não é só da Amazônia, é do Brasil inteiro, e é uma oportunidade que temos de incluir a Região Amazônica no mundo e, incluindo a Região Amazônica no mundo, incluir o país” (SENADORES...2015).

adequado” para normalizar e permitir o impulsionamento das atividades do CBA. Acordou-se nesta reunião que “haverá um compromisso dos ministérios [MMA, MDIC e MCTI, que compõem o conselho responsável pelo CBA] de em curto espaço de tempo buscar uma solução para o CBA com a participação do MCTI” (MCTI, 2015).

Em 01/09/2015, o jornal amazonense “A Crítica” reporta que os pesquisadores do centro questionaram a eficácia da divisão da gestão do CBA entre o INMETRO e a SUFRAMA sendo que, até a data desta matéria, esta gestão não demonstrou ação alguma (salvo exceção do edital das bolsas de pesquisa, que segundo os mesmos, foi lançado com diversos erros)³³. Apesar das reportagens anteriores do G1 ressaltarem a existência de 48 pesquisadores atuantes no centro, e de que foi anunciada a concessão de 47 bolsas de caráter excepcional por parte do INMETRO, esta matéria do jornal “A Crítica” destaca a opinião da pesquisadora e membro do Conselho da CBA, Arlena Maria Guimarães, que ressalta o fato de que - na seleção do edital - “as vagas somam 50% do efetivo que atualmente desenvolvem pesquisas no Centro”, significando que “profissionais que desenvolvem pesquisas há anos no instituto, poderão ser substituídos, o que resultará em mais atraso para a ciência” (FUTURO...2015).

2) Iniciativas privadas em P&D, como o Instituto Genius, da Gradiente e o Instituto Nokia, da empresa de mesmo nome;

3) Criação, em 2001, da FAPEAM, cuja missão se dá pelo exclusivo amparo à “pesquisa científica básica e aplicada e ao desenvolvimento tecnológico experimental no Estado do Amazonas, nas áreas das Ciências Exatas e da Terra, Engenharias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Agrárias e Ciências Humanas e Sociais, com o objetivo de aumentar o estoque de conhecimentos científicos e tecnológicos [...]” (Lei nº 2.637/2001, art. 2º). (SERÁFICO, 2009, pp.98);

4) Apoio ao Instituto de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado do Amapá (IEPA), construção do Centro de Incubação de Empresas e Extensão Tecnológica do

³³ No Portal da Transferência da Controladoria-Geral da União (CGU) vemos que houve em 05/10/2015 uma liberação de R\$ 450.000 por parte do INMETRO para o Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas (IPEM – AM) em função de um convênio firmado entre as duas instituições em 2013. Neste caso, parece que o CBA somente seria beneficiado via serviços do IPEM-AM, os quais o governo do estado do Amazonas engloba como sendo “a verificação metrológica de instrumentos de pesar e medir, no âmbito da metrologia legal e científica, bem como a fiscalização de produtos e serviços na área da conformidade avaliada, contribuindo, dessa forma, no processo de conscientização e garantia da qualidade de vida da sociedade amazonense”.

Amapá e modernização de um laboratório de produção e controle de qualidade de produtos locais;

5) Apoio à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), nos estados do Acre, Amazonas e de Rondônia;

6) Vários acordos de cooperação com instituições internacionais de excelência em ciência e tecnologia, como por exemplo o francês Le PôleMinatec – Laboratoire d’Electronique de Technologie de l’Information, o alemão Fraunhofer-IZM, dentre outros (MENEZES, 2008 pp.3-4).

CAPÍTULO III: A QUESTÃO FISCAL

3.1 Guerra fiscal e aplicação de recursos

Segundo Soraia Cardozo, a guerra fiscal (GF) pode ser definida como “um fenômeno que ocorre em países federativos à medida que as Unidades da Federação (UFs) intensificam suas posturas competitivas para a atração de inversões produtivas através da utilização de instrumentos fiscais e orçamentários” (CARDOZO, 2010, pp.1).

A guerra fiscal no Brasil tem seu início nos meados da década de 60, quando em 1965-66 o governo federal realizou uma reforma tributária e instituiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). O fato principal desta questão ocorreu quando, em 1967, foi dado – pelo Governo Federal - aos estados autonomia fiscal em relação a este tributo (CARDOZO, 2010, pp.21). A princípio esta autonomia funcionava regionalmente, ou seja, os estados pertencentes à mesma região estabeleciam a alíquota do ICM para sua região inteira, criando-se assim uma disputa inter-regional em torno deste tributo (SILVA, 2001 *apud* CARDOZO, 2010, pp.21). Isto coincidiu com a crescente internacionalização da economia brasileira, ao passo que esta buscava e incentivava políticas atrativas do investimento externo (sobretudo o investimento privado). Dessa forma os estados, visando à atração das indústrias multinacionais, ofereciam pacotes de subsídios fiscais (isenção/redução de tributos), assim como em muitos casos os municípios também ofereciam concessões como “isenções de Imposto sobre Serviços (ISS), Imposto Predial Territorial Urbano e Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI)” (CARDOZO, 2010, pp.22).

Segundo Cardozo, é a partir da Constituição de 1988 que os elementos competitivos se acirram; quando se amplia a base de arrecadação do ICM (adicionando os “Serviços”), virando ICMS – deixando de ser uma alíquota de ajuste regional para ser uma de ajuste estadual -, e se incorporam “os impostos únicos sobre combustíveis e minerais” e também os impostos incidentes “sobre serviços como energia elétrica, transportes e telecomunicações”, os estados fortalecem as disputas entre si, mediatizadas pela liberdade fiscal (CARDOZO, 2010, pp.22). Dulci remonta este momento chave da política brasileira que assentou as bases propiciadoras da guerra fiscal:

Houve, em primeiro lugar, o processo de desmontagem do regime autoritário de 1964, culminando com a Constituição de 1988. Entre os elementos da referida desmontagem ocupava lugar de destaque um impulso muito claro de descentralização política e institucional, a traduzir-se em deslocamento de

poder em favor de estados e municípios. É inegável o sentido democrático da descentralização estabelecida na Carta de 1988; porém, ela estimulou uma espécie de anomia no que diz respeito ao quadro tributário no âmbito da federação, ao atribuir a cada estado o poder de fixar autonomamente as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o imposto que constitui a base da receita estadual. Estava preparado o alicerce jurídico para as escaramuças da guerra fiscal. (DULCI, 2002, pp.96).

Como pudemos observar, a grande questão é que essas políticas tributárias de autonomia do ICM (e posterior ICMS) conflitam com a constituição de União do país, pois à medida que geram competições entre os estados, digladiando-se pelo estabelecimento do investimento externo em seus respectivos territórios, fragilizam a união dos mesmos sob uma federação³⁴. Observamos também, ao longo da segunda metade do século XX (e majoritariamente nos anos 1990), um desmonte e uma progressiva diminuição das políticas de desenvolvimento regional, pois segundo Cardozo, os estados foram restringidos pela crescente crise fiscal financeira, em uma situação aonde as “noções de intervenção estatal e planejamento vão cedendo espaço à lógica da eficiência de mercado” (CARDOZO, 2010, pp.24). Além disso nota-se, com a guerra fiscal, um favorecimento das empresas ao passo que estas, mediante várias ofertas de incentivos fiscais, ganham poder de barganhar e escolher o estado que oferecer o “pacote fiscal” mais vantajoso, gerando resultados ainda mais desastrosos, sendo que já haviam inicialmente optado em investir no Brasil³⁵, no nosso caso.

³⁴ Pode ser destacado o caso da guerra fiscal realizado pelo Paraná em 2007 - segundo o site do Supremo Tribunal Federal - quando este estado, segundo Antônio Paulo, publicou uma lei e um decreto estadual “reduzindo de 7% para 3% o ICMS dos produtos de informática”, o que fez com que o governo do Amazonas entrasse com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (neste caso, a ADI 3936) contra as medidas deste estado; o STF julgou procedente esta ADI, determinando a favor do AM (PAULO, 2007 apud BRIANEZI, 2013, pp. 60). A matéria do STF está disponível em: <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14727280/medida-cautelar-na-acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-3936-pr>.

³⁵ É o que exemplifica Cardozo, quando pontua a questão no Nordeste: [...] “como já ressaltamos em vários momentos nesta tese, a atratividade dos estados do NE não se resume aos incentivos fiscais, mas também a elementos ligados à organização do mercado de trabalho da região, que é constituído de uma mão de obra com menores remunerações e menor organização sindical, elementos de elevada atratividade para os investidores. Vemos, portanto, uma certa tendência de realocação dos investimentos desse setor e, por outro lado, um conjunto de fatores atrativos nos estados da região NE, dos quais faz parte os incentivos fiscais. Nesse sentido, pode-se dizer que se trata de um caso de redundância, na acepção dada por Wells (2001), uma vez que já havia um certo movimento espontâneo do capital para aquelas localidades, que mesmo assim contemplaram as empresas com incentivos fiscais. A possibilidade de barganha das empresas com vários estados da região NE, simultaneamente, possibilitou que os benefícios assumissem elevadas proporções” (CARDOZO, 2010, pp.120) (grifo nosso).

Fato crucial é o de que essa renúncia fiscal por parte dos estados se constitui em uma expectativa de receita de “caráter potencial”, pois como o ICMS é cobrado no estado de origem das mercadorias e serviços (assim como também é recolhido no destino, porém com uma taxa menor), resulta em vantagem para o estado de “origem”, o que abriga a respectiva indústria. Logo, segundo Cavalcanti e Prado, as Unidades da Federação (UFs) realizam o máximo de esforço para atrair a instalação das indústrias, a fim de dinamizar suas respectivas economias, gerar mais empregos (diretos e indiretos) e arrecadar mais tributos. Porém essa própria receita não existe no momento em que a UF concede os incentivos, se constituindo assim em “potencial”, ainda por ocorrer mediante o estabelecimento das empresas (CAVALCANTI, C. E.; PRADO, S., 1998, pp. 32 *apud* CARDOZO, 2010, pp.18).

Na tentativa de sanar essa situação, foi criado em 1975 o Conselho Fazendário (CONFAZ), sendo este composto pelo Ministro da Fazenda e pelos Secretários da Fazenda de todas as UFs. Este órgão seria responsável pelo debate e aprovação/veto da instalação dos projetos industriais nas UFs, ao passo que nenhum projeto poderia ser aprovado se não houvesse unanimidade do CONFAZ. Porém o que ocorreu foi muito diferente do proposto inicial: como os projetos necessitavam de aprovação total do conselho para serem validados (pois os legisladores previram que, caso fosse necessária aprovação da maioria para tal, os estados se agrupariam em “grupos de interesse”; seria uma situação de “uma-mão-lava-a-outra”, aonde um estado tenderia a apoiar o projeto de outro estado se o seu também fosse apoiado pelo mesmo), nunca chegava-se a uma decisão unânime, de forma que – segundo Cardozo - os estados realizavam os investimentos e atraíam as indústrias deslegitimando a autoridade do CONFAZ (CARDOZO, 2010, pp. 22). Segundo Silveira, ao passo que se concede incentivos a empresas específicas quebra-se o princípio de isonomia da administração pública, aonde deve-se “tributar igualmente bases econômicas iguais” (SILVEIRA, 2006 *apud* CARDOZO, 2010, pp.23). Também em 1975 foi instituído o artigo 15 da Lei Complementar (LC) nº 24, que determina proteção fiscal à ZFM no que se refere a cobrança do ICMS:

Art. 15. O disposto nesta Lei não se aplica às indústrias instaladas ou que vierem a instalar-se na Zona Franca de Manaus, sendo vedado às demais Unidades da Federação determinar a exclusão de incentivo fiscal, prêmio ou estímulo concedido pelo Estado do Amazonas. (BRASIL, 1975).

A questão da diminuição dos investimentos públicos e das políticas regionais se encontra intimamente ligada ao financiamento do setor público. Observamos, a partir da abertura econômica e liberalização comercial iniciadas no final da década de 80, uma crescente vinculação do financiamento do setor público aos títulos da dívida pública, gerando a situação dos dias de hoje: parte importante das receitas da União (31,34% de média anual em 2014, de acordo com o Banco Central do Brasil) encontra-se previamente vinculada ao pagamento dos rendimentos dos mesmos títulos. Nessa situação, o setor público encontra-se “amarrado”, impossibilitado de maior ação já que precisa honrar seus compromissos financeiros para com os investidores, a risco de afugentá-los caso não o faça.

Esta crise fiscal e financeira encontra respaldo a nível internacional na quebra da paridade-ouro em favor da manutenção do dólar como moeda internacional pois, de acordo com Cardozo, os Estados Unidos e demais países do centro do capitalismo mundial estendem as crises dos anos 70 aos “países endividados da periferia” à medida que foram elevadas as taxas de juros estadunidenses. Isso, além de gerar constrição internacional de crédito aos países periféricos, os debilitou fiscal e financeiramente ao longo das décadas de 80 e 90 (CARDOZO, 2010, pp.30).

Cardozo atesta que, a princípio, todos os produtos do país que eram vendidos à ZFM, (inclusive a municípios do AM que não faziam parte da abrangência da ZFM) eram classificados como “exportação”. Assim, toda compra que as empresas da ZFM faziam (seja para “consumo interno, industrialização ou reexportação”) não sofria incidência de ICMS; então, as empresas instaladas na ZFM obtinham direito a acúmulo de crédito fiscal com os estados de origem dos produtos. Com a reforma tributária de 1988 essas condições são alteradas: somente os produtos industrializados fabricados no Brasil (e posteriormente vendidos para a ZFM) obtém esse benefício; também, somente as mercadorias que serão “comercializadas, exportadas, ou utilizadas como insumos industriais” observarão isenção fiscal³⁶ (excluindo as de categoria “consumo final”) (CARDOZO, 2010, pp.211).

³⁶ Segundo Rocha, o ICMS funciona da seguinte forma: quando uma empresa instalada na ZFM compra insumos/produtos de outro estado do país, para que se efetive a isenção fiscal, a empresa que vende para a ZFM deve fornecer desconto “sobre o preço da mercadoria em valor idêntico ao da isenção”; além disso, a empresa instalada na ZFM obtém um “crédito presumido de ICMS no valor da renúncia da unidade de origem”. Logo, a empresa da ZFM compra um insumo/produto com desconto e acumula um crédito

Cardozo elenca, após a estabilização da inflação gerada pelo Plano Real em 1994, três pontos fundamentais aumentaram significativamente a complexidade do sistema tributário brasileiro:

1) Na década de 90, observou-se principalmente a “diminuição das transferências não constitucionais, imposição de restrições à concessão de crédito a Estados e Municípios, criação de novos tributos pela União, principalmente contribuições sociais, que não são sujeitas a transferências intergovernamentais”. Assim, no que concerne ao último item “criação de novos tributos”, a União valeu-se enormemente de contribuições sociais como a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), assim como a criação do Fundo de Estabilização Fiscal, que permite a realocação de 20% das receitas destinadas aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios (FPE e FPM) para outros fins determinados pela União (AFFONSO, 1997 *apud* CARDOZO, 2010, pp.41);

2) As diferenças socioeconômicas regionais que o Brasil apresenta, dificultando a organização de competências entre os três níveis governamentais;

3) Segundo Lopreato, os entes subnacionais (estadual e municipal) sofreram restrições de suas respectivas autonomias à medida que o governo federal passou a implementar mecanismos de contingenciamento de recursos públicos a fim de sanar as dívidas públicas desses entes federativos (mediante ajuste fiscal impostos aos entes subnacionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal³⁷, assim como a privatização de bancos estaduais) (LOPREATO, 2002 *apud* CARDOZO, 2010, pp.44).

presumido de igual valor (este crédito pode ser utilizado para compras de materiais, máquinas e equipamentos) (ROCHA, 2008, pp.99 *apud* CARDOZO, 2010, pp.211).

³⁷ No ano 2000 foi criada a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº101 de 05/2000), que prevê “normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal”. Esta lei reafirma o processo de diminuição de alguns níveis de autonomia das esferas subnacionais, já que impõe limites de endividamento a estas, sempre respeitando a decisão do governo federal e buscando uma otimização dos gastos públicos.

Em 1999 soma-se a este contexto histórico as crises na Rússia, Ásia e Brasil, as quais resultaram em restrições impostas pelo FMI (em especial a manutenção de superávit primário 3% acima do PIB do país) (CARDOZO, 2010, pp.31). Dentre outros fatos, Elmer Matos afirma que essa situação desdobrou-se no Brasil em consequências como: a diminuição dos investimentos estatais em infra-estrutura; a crise das instituições de desenvolvimento regional; os Fundos Constitucionais de Financiamento³⁸ acabam sendo direcionados a cidades e regiões mais prósperas (em detrimento das localidades mais pobres) já que estas apresentam melhores condições de dinamizar o investimento público (MATOS, 2006a e 2006b *apud* CARDOZO, 2010, pp. 33). Esse movimento gera, segundo Vainer e também Brandão, uma preferência da União por ações locais descoordenadas, aonde essas esferas se tornam “espaços responsáveis pela promoção do desenvolvimento econômico” devido principalmente ao “esvaziamento dos instrumentos capazes de reduzirem as heterogeneidades regionais” (VAINER, 2000, 2001; BRANDÃO, 2003 *apud* CARDOZO, 2010, pp. 35).

A tese de Cardozo busca demonstrar, entre outras coisas, qual é a capacidade dos incentivos fiscais alterarem as estruturas produtivas regionais e possibilitarem um processo de desconcentração industrial no Brasil, no contexto da guerra fiscal. Resumindo, a autora elenca quatro fatores prejudiciais decorrentes da guerra fiscal:

- i - por serem iniciativas isoladas das unidades subnacionais e não terem uma coordenação por parte do governo federal, dentro de uma política nacional de desenvolvimento regional, as ações dos governos (sejam municipais ou estaduais) assumem uma dinâmica altamente competitiva, na qual a disputa desenvolve-se em torno de quem oferece os maiores incentivos. Dessa forma, quanto maior a competição, maior é o custo da atração de empresas. Ou seja, o processo de desconcentração desencadeado dessa forma assume custos cada vez mais elevados.
- ii – em muitos ramos de produção, já há uma tendência da atividade industrial se localizarem determinadas regiões, mas, mesmo assim, os governos subnacionais entram na briga oferecendo vantagens fiscais e financeiras que seriam desnecessárias, uma vez que a tendência já seria dos investimentos se dirigirem para aquela localidade;

³⁸Segundo Cardozo compõem-se, se desde a Constituição de 1988, a obrigatoriedade de se destinar 3% do IR e do IPI para os fundos de financiamento das regiões menos desenvolvidas do país, a saber: o FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste), FNE (Fundo Constitucional do Nordeste), FNO (Fundo Constitucional do Norte). Além disso, 0,6% deve ser revertido para o Fundo de Desenvolvimento da Região Norte, sob administração do Banco da Amazônia; 1,8% para o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, sendo administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil (desta quantia metade deve ser destinada ao semi-árido); assim como 0,6% para o Fundo da região Centro Oeste, devendo ser administrado pelo Banco do Brasil (CARDOZO, 2010, pp. 33).

iii – além dos incentivos fiscais, as empresas levam em consideração outros elementos, tais como proximidade de mercado, infra-estrutura, suprimento de matéria-prima. Dessa forma, quanto mais as empresas se afastam das localidades que lhe oferecem esses elementos, maior deverá ser o incentivo fiscal. Ou seja, existe um limite à desconcentração produtiva que é rompido de acordo com concessão de incentivos. Trata-se do custo de afastamento, conceito divulgado por Prado e Cavalcante (1998);

iv – muitas empresas anunciam a possibilidade de irem para determinadas localidades e iniciam a jornada para angariarem incentivos, mas a principal motivação é a redução do custo da mão-de-obra dados os diferenciais de salários e de relações trabalhistas existentes no território nacional. As localidades, além de oferecerem os mais variados benefícios, não formulam nenhuma política de proteção aos trabalhadores e de exigência de melhor remuneração, contribuindo para a realidade de diversidade regional nas condições de trabalho. (CARDOZO, 2010, pp.55)

Vemos então que a variável tributária assume, em função de diversos fatores (principalmente os de natureza logístico-estrutural como portos, rodovias, aeroportos), importância relativa quando se trata de sustentar políticas de desenvolvimento. Ao focar na ZFM, Trevisan ressalta que esta variável se constitui “no elemento mais importante para a manutenção e desenvolvimento do Pólo Industrial”, adquirindo seu vigor à medida que conflui incentivos fiscais dos três níveis governamentais (união, estado e município) (TREVISAN, 2012 pp. 82).

Segundo Cardozo esse esvaziamento de políticas regionais de desenvolvimento, somado a abertura da economia, se torna fator preponderante para pensar a atualidade, ressaltando a necessidade de que a política macroeconômica incorpore as diferenças regionais em suas pautas (com articulação entre as esferas de governo), no intuito de fortalecer o pacto federativo (CARDOZO, 2010, pp.111). O fator do pacto federativo se mostra determinante para analisar essa política tributária, sendo que se a mesma possibilita a guerra fiscal e desarticula as diferentes esferas governamentais, não pode ser considerada política de desenvolvimento à medida que ameaça a própria constituição da União (CARDOZO, 2010, pp.56).

Outro ponto importante destacado pela autora é que a guerra fiscal, por privilegiar em demasia as empresas, se mostra na realidade como uma “transferência de recursos públicos para as empresas privadas” (geralmente de grande porte, e muitas vezes de capital estrangeiro); em sua opinião esses recursos transferidos poderiam ser utilizados de maneira a impulsionar projetos que favorecessem a sociedade como um todo, ao invés de grupos empresariais (CARDOZO, 2010, pp.56). Algo consonante com o que Amayo Zevallos define como “políticas de desenvolvimento autônomo”, que é

dizer, quando a elite política de um país orienta-se para o desenvolvimento do mesmo (AMAYO ZEVALLOS, 2001, pp.106). Nesse sentido, a ligação entre produção e insumos regionais torna-se um elemento importante para que ocorra vinculação à região amazônica, contribuindo para o estabelecimento e manutenção de indústrias produtivas na mesma (evitando que o investimento se reverta ao encontrar novas localidades com condições mais favoráveis ao lucro); podemos qualificar medidas deste caráter como, por exemplo, os incentivos fiscais concedidos pelo estado do Amazonas no sentido de interiorizar o investimento.

3.3 Dados tributários e produtivos

TABELA 7. Relação entre ICMS Recolhido e ICMS Devido, e Relação entre ICMS Restituído e ICMS Devido – 2002 a 2014 (em US\$ 1,00)

ANOS	ICMS RECOLHIDO	CRESC. (%)	ICMS RESTITUÍDO	CRESC. (%)	ICMS DEVIDO	CRESC. (%)
2002	85.674.940	2,48	323.861.897	-2,55	409.536.837	-1,53
2003	81.354.092	-5,04	398.879.554	23,16	480.233.646	17,26
2004	117.489.473	44,42	631.923.103	58,42	749.412.576	56,05
2005	176.753.689	50,44	811.635.464	28,44	988.389.153	31,89
2006	235.314.221	33,13	1.058.673.747	30,44	1.293.987.968	30,92
2007	301.346.408	28,06	1.298.408.958	22,64	1.599.755.366	23,63
2008	316.596.177	5,06	1.456.515.524	12,18	1.773.111.701	10,84
2009	312.505.689	-1,29	1.325.853.065	-8,97	1.638.358.754	-7,60
2010	308.871.455	-1,16	1.798.950.940	35,68	2.107.822.395	28,65
2011	371.689.613	20,34	1.982.080.148	10,18	2.353.769.761	11,67
2012	321.755.737	-13,43	2.011.322.168	1,47	2.333.077.905	-0,87
2013	380.260.416	18,18	2.324.742.447	15,58	2.705.002.862	15,94
2014	357.664.955	-5,94	2.314.622.442	-0,43	2.672.287.397	-1,20

Fonte: SUFRAMA, Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus– 1988 a 2010, e Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015. Elaboração própria.

A Tabela 7 nos mostra a relação de ICMS do PIM, aonde o item “ICMS DEVIDO” representa o valor integral que as indústrias instaladas deveriam pagar ao estado; “ICMS RESTITUÍDO” representa o valor que foi restituído, devolvido às empresas sob a forma de incentivo fiscal; e o item “ICMS RECOLHIDO” significa o quanto o estado arrecadou efetivamente com a atividade destes agentes. Podemos

depreender que o valor de “ICMS DEVIDO” aumentou (em 6,5 vezes) principalmente devido à instalação de novos empreendimentos no PIM, porém observa-se uma renúncia fiscal maior: o valor de “ICMS RESTITUÍDO” aumentou em 7,14 vezes, ao passo que o “ICMS RECOLHIDO” aumentou 4,17 vezes, o que significa que o estado do Amazonas aumentou substancialmente a concessão de incentivos fiscais às indústrias do PIM.

Alguns autores como Ricardo Nunes de Miranda criticam a quantidade de incentivos fiscais cedidos às empresas do PIM; Outros como Rivas et al defendem a questão da sustentabilidade fiscal do modelo ZFM, expondo que, em 2007, ao cruzar os dados de sua arrecadação tributária e os das renúncias fiscais promovidas, obtém-se “um indicador cujo valor foi de R\$ 1,15 arrecadado para cada R\$ 1,00 renunciado”, representando um superávit nas contas públicas nacionais (RIVAS et al, 2008 pp.30).

Para o diretor da Federação da Indústria do Estado de São Paulo (FIESP), Fábio Arruda Mortara³⁹, um dos grandes problemas da indústria brasileira é o modo como o país interage e busca se integrar no comércio internacional (assim como disputar por investimentos produtivos), quando o faz sem uma uniformidade jurídica e fiscal. Cita o exemplo da Foxconn CMMSG Indústria de Eletrônicos LTDA⁴⁰ que, habilitada a produzir no território brasileiro (se instalando, além de SP, em Manaus⁴¹) e cumprindo

³⁹ Também presidente da Associação Brasileira da Indústria Gráfica (ABIGRAF) e coordenador do Comitê da Cadeia Produtiva do Papel, Gráfica e Embalagem (COPAGREM) da FIESP.

⁴⁰ Entre outros dados, a Foxconn é a “maior fabricante de produtos 3C (Computadores, Comunicações e Consumos Eletrônicos)”, tendo – em 2012 – 1,5 milhão de funcionários espalhados por toda a “Europa, Américas e Ásia”. Responsável por 5,9% das exportações chinesas no ano de 2011, foi classificada como a empresa da China que mais exportou por 10 anos consecutivos (segundo dados de comércio da ONU – UN COMTRADE -, as exportações chinesas de 2011 atingiram cerca de US\$ 1,39 trilhão; então a proporção correspondente à Foxconn deve ser de aproximadamente R\$ 82,3 bilhões). Além disso, ganhou prêmios mundiais como “líder de inovação e know-how técnico com mais de 42 mil patentes concedidas e cerca de 92 mil patentes registradas mundialmente”. Disponível em: <http://foxconn.com.br/Historia.aspx>.

⁴¹ Segundo matéria da Folha de São Paulo de 15/12/2012, a empresa Foxconn anunciou o fechamento de uma das fábricas “que produz peças plásticas para celulares na Zona Franca de Manaus” (a empresa passa a ter então uma fábrica - de câmeras fotográficas - no AM e outras seis unidades em SP), em decorrência da alteração do governo federal, que reduziu o número de etapas do PPB que define a fabricação de componentes de celulares. A Foxconn, que produzia 16 componentes para os celulares da Nokia, viu com as mudanças seu leque produtivo diminuir para 4 itens (a Nokia afirmou que esta medida não afetaria sua produção. De acordo com os Ministérios do Desenvolvimento e da Ciência e Tecnologia essas alterações “responderam a demandas de diversos fabricantes”, e que “o governo estuda medidas para aumento do valor agregado nacional para preservar as indústrias de plásticos” (segundo o Sindicato dos Trabalhadores

as especificações do PPB, obtém 95% de redução sobre o IPI produzir tablets, e ressalta que de nada adianta prorrogar o modelo ZFM se as “vantagens comparativas da área continuarem sendo eliminadas”. Além disso, segundo Mortara, a guerra fiscal é desdobramento desta falta de uniformidade; assim como afirma que “são tantos os incentivos concedidos por Estados e municípios que não há equívoco em afirmar que o Brasil tem inúmeras ‘zonas francas’”. Portanto, a manauara é quase uma ironia” (MORTARA, F. A., 2011 *apud* TREVISAN, 2012, pp.58).

De acordo com os dados do Ministério da Fazenda, em 2002 somente o AM respondia por aproximadamente 59,7% da arrecadação tributária federal na 2ª Região Fiscal⁴² (com R\$ 2,69 bi de um total de R\$ 4,52 bi), sendo – de longe – o maior contribuinte do governo federal nesta Região (assim como pode-se ressaltar o peso da cidade de Manaus nestes valores); em 2012 este estado respondia por 56,7% (com R\$ 8,95 bi de um total de R\$ 15,78 bi).

Vemos abaixo a Tabela 8, demonstrando a participação dos estados no valor da transformação industrial ao longo dos anos, oferecendo um breve panorama nacional:

na Indústria de Material Plástico de Manaus essas mudanças afetaram o emprego do setor, sendo que em 2012 foram demitidos 4 mil trabalhadores dos 12,5 mil empregados). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1201869-foxconn-fecha-fabrica-na-zona-franca-de-manaus-e-demite-300.shtml>.

⁴² Segundo Rivas et al, a 2ª Região Fiscal é composta por todos os estados da Região Norte (Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia e Roraima), exceto o Tocantins (RIVAS et al, 2008, pp.30).

Tabela 8. Participações Estaduais no Valor da Transformação Industrial (VTI) Nacional, estados selecionados, 2002-2013 (em porcentagem) - empresas industriais com 30 ou mais pessoas ocupadas⁴³

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil (RS Bilhões)	317,7	386,3	457,9	481,7	523,5	559,7	677,2	626,1	771,5	864,1	916,9	1001,7
Amazonas	3,63%	3,30%	3,79%	4,03%	4,26%	4,17%	3,96%	4,04%	3,77%	3,37%	3,23%	3,34%
Bahia	4,25%	4,24%	4,36%	4,86%	5,29%	5,16%	5,26%	4,42%	4,35%	4,10%	4,20%	4,00%
Ceará	1,19%	1,18%	1,17%	1,07%	1,12%	1,14%	1,13%	1,38%	1,27%	1,22%	1,22%	1,31%
Espirito Santo	2,02%	2,20%	2,29%	2,48%	2,49%	2,46%	2,74%	2,12%	2,51%	2,81%	2,89%	2,68%
Goiás	1,49%	1,65%	1,54%	1,57%	1,71%	1,94%	1,86%	2,28%	2,21%	2,14%	2,56%	2,46%
Minas Gerais	9,72%	9,89%	10,58%	10,56%	10,58%	11,04%	11,61%	10,32%	11,95%	12,03%	11,29%	11,87%
Paraná	6,46%	6,71%	6,38%	6,34%	6,48%	6,87%	7,32%	7,31%	6,80%	7,08%	6,81%	7,07%
Rio de Janeiro	9,86%	10,70%	10,65%	10,88%	10,99%	10,32%	10,91%	10,81%	10,77%	10,92%	11,66%	10,85%
Rio Grande do Sul	7,86%	7,73%	7,42%	6,80%	6,22%	6,56%	6,33%	6,77%	6,44%	6,44%	6,79%	6,87%
Santa Catarina	4,71%	4,59%	4,48%	4,21%	4,35%	4,37%	4,16%	4,48%	4,36%	4,47%	4,65%	4,85%
São Paulo	42,45%	40,85%	39,96%	39,74%	39,33%	39,04%	37,20%	37,65%	36,19%	35,37%	34,82%	34,40%

Fonte: Pesquisa Industrial Anual - IBGE, elaboração própria.

⁴³ Segundo o IBGE, o VTI pode ser conceituado como o “valor da diferença entre o valor bruto da produção industrial e os custos das operações industriais”. O valor bruto da produção industrial “corresponde ao conceito de valor das expedições industriais, a saber, o valor das vendas de produtos fabricados e serviços industriais prestados pela unidade local, acrescido do valor das transferências dos produtos fabricados para venda em outras unidades locais”. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/atividades/conceitoativ.shtm>. O IBGE dispunha de dados até 2013.

A Tabela 8 nos apresenta em que proporções se alteram as relações produtivas nacionais: vemos que apesar dos dados da Tabela 4 (no capítulo II deste trabalho mostrarem) um progressivo aumento do faturamento do PIM (pautado principalmente no consumo interno), observamos que o estado do Amazonas apresenta um leve decréscimo industrial em relação à concentração industrial do país, neste período de 2002 a 2013 (passando de 3,63% para 3,34% do valor de transformação industrial total).

Ocorre neste período um aumento de 3,15 vezes no VTI nacional, com uma significativa redução na participação industrial relativa de São Paulo (de 42,45% para 34,40% no período, o que - caso fosse mantida a porcentagem de 2002 para este estado - representaria uma redução de R\$ 80 bi), assim como um conseguinte aumento das participações relativas dos demais estados, com destaque para Minas Gerais (+2,15%), Rio de Janeiro (+0,99%), Goiás (+0,97%), Espírito Santo (+0,66%) e Paraná (+0,61%); os demais estados selecionados praticamente mantiveram suas participações (Bahia, Ceará e Santa Catarina) ou sofreram reduções (como o Rio Grande do Sul, com - 0,99%).

Segundo Rivas et al, as políticas do ICMS do estado de São Paulo fazem com que os produtos manauaras percam competitividade nos grandes mercados nacionais por se tornarem relativamente mais caros, além de gerar “dúvidas sobre a conveniência de suas permanências no PIM”; mesmo com o “poder de barganha” de estados como São Paulo (que é de longe a unidade federativa que mais concentra a produção nacional), vemos que este - neste período – incorre em expressiva perda de VTI (de -8,05%) (RIVAS et al, 2008, pp.27).

Tabela 9. Receitas líquidas estaduais de vendas no GI, GII e GIII⁴⁴ – dados gerais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, estados selecionados, 2007-2013⁴⁵

	Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis (GI)							Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários (GII)							Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo duráveis (GIII)						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil (RS Bilhões)	396,5	456,1	485,2	548,3	622,6	700,5	752,3	608,3	718,1	629,3	722,6	801,9	882,7	960,2	375,0	441,9	414,3	502,0	540,9	556,2	632,0
Amazonas	1,8%	1,6%	1,7%	1,7%	1,7%	1,7%	1,7%	1,1%	1,1%	2,4%	1,1%	1,1%	2,1%	2,3%	8,9%	8,5%	8,2%	7,8%	7,8%	8,0%	8,0%
Bahia	2,7%	2,8%	2,8%	3,1%	3,1%	2,5%	2,4%	7,6%	7,2%	6,3%	6,8%	7,0%	7,6%	7,8%	2,7%	2,9%	3,1%	2,7%	2,4%	2,7%	2,3%
Ceará	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%	2,7%	2,5%	2,5%	0,9%	1,0%	1,1%	1,2%	1,3%	1,5%	1,6%	0,3%	0,3%	0,4%	0,5%	0,4%	0,4%	0,3%
Espírito Santo	0,9%	0,9%	0,9%	1,0%	1,0%	1,0%	1,0%	2,3%	2,3%	2,1%	2,1%	1,9%	1,8%	1,9%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,4%	0,4%
Goiás	5,6%	6,6%	5,1%	5,1%	5,1%	5,3%	8,3%	1,3%	1,7%	2,1%	2,0%	1,9%	1,6%	1,8%	1,0%	1,4%	1,7%	2,0%	2,5%	2,0%	1,5%
Minas Gerais	9,2%	8,7%	9,4%	8,7%	9,3%	10,3%	8,3%	11,3%	11,9%	10,5%	11,2%	10,8%	10,5%	10,2%	9,9%	10,0%	10,6%	10,1%	10,1%	10,4%	9,8%
Paraná	8,9%	9,4%	8,8%	8,8%	8,7%	8,8%	9,4%	7,3%	7,7%	7,8%	7,4%	8,0%	7,8%	7,1%	8,0%	8,1%	8,5%	8,6%	9,1%	9,7%	10,1%
Rio de Janeiro	3,8%	3,8%	4,4%	4,5%	4,2%	4,2%	4,0%	9,0%	9,1%	9,4%	10,1%	11,0%	10,7%	9,8%	4,4%	4,9%	5,2%	5,2%	5,4%	5,0%	5,4%
Rio Grande do Sul	11,6%	11,7%	10,8%	10,2%	10,1%	9,9%	10,7%	8,0%	7,5%	7,3%	7,2%	6,9%	7,0%	7,1%	7,4%	7,6%	7,1%	7,5%	7,7%	8,0%	9,3%
Santa Catarina	7,2%	7,1%	7,1%	7,7%	7,2%	7,4%	7,6%	3,4%	3,2%	3,6%	3,9%	4,0%	4,0%	4,1%	4,0%	4,0%	4,1%	3,9%	4,0%	4,2%	4,1%
São Paulo	33,7%	31,8%	33,0%	32,9%	32,6%	30,8%	29,0%	41,5%	41,1%	40,6%	39,8%	38,9%	38,2%	39,1%	52,2%	51,2%	49,6%	50,1%	49,1%	47,8%	47,2%

Fonte: Classificação Nacional de Atividades Econômicas/IBGE – tabela 1849. Elaboração própria.

⁴⁴ As atividades que compõem os grupos GI, GII e GIII utilizadas para a elaboração das Tabelas 9 e 10 estão discriminadas no apêndice deste trabalho.

⁴⁵ A restrição de período das tabelas 9 e 10, compreendidas entre 2007 e 2013, se deve ao fato de que o IBGE não dispunha de tais informações fazendo referência aos anos anteriores, assim como a 2014.

Podemos observar pela Tabela 9 qual é a composição das indústrias do AM e quais são suas respectivas proporções em relação ao país (no período 2007-2013): o AM aumenta sua participação nacional nas receitas provenientes do grupo de produção industrial GII (bens intermediários, passando de 1,1% para 2,3%), assim como mantém relativamente suas participações no GI (bens de consumo não-duráveis, de 1,8% para 1,7%) e sofre reduções no GIII (bens de capital e de consumo duráveis, de 8,9% para 8,0%).

Vemos que o estado de São Paulo, apesar de apresentar participação majoritária nos três grupos, acumula perda agregada de 12,1% neste período, sendo que os estados que mais cresceram para cada grupo foram: Goiás no GI (2,7%), Rio de Janeiro no GII (0,8%), e Paraná no GIII (2,1%). As regiões Sudeste e Sul⁴⁶ juntas acumulam perda agregada de receita líquida igual a 8,8% no período (sendo -5,3% no GI, -3,5% no GII, e -0,1% no GIII), indicando uma possível redistribuição de igual valor no arranjo produtivo nacional.

Segundo Cardozo o forte aumento da participação do AM no GIII⁴⁷ se deve, em grande medida, às políticas federais de sustentação do PIM e aos incentivos fiscais estaduais (que complementam as políticas federais) (CARDOZO, 2010, pp.63). Além disso, observamos nos três grupos uma forte concentração industrial nos estados do Sudeste e do Sul (exceto pelo estado da Bahia no GII com 7,8%, Goiás no GI com 8,3% e AM no GIII, com 8,0%).

⁴⁶ A região Sudeste é composta pelos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A região Sul é composta pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

⁴⁷ Segundo dados obtidos pela autora, em 1999 o AM possuía participação igual a 6,6% no GIII (CARDOZO, 2010, p.61).

TABELA 10. Composição das estruturas industriais estaduais: participação do GI, GII e GIII nas receitas líquidas totais de vendas– Dados gerais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas– estados selecionados, 2007-2013 (em porcentagem)

	Grupo I: Indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis (GI)							Grupo II: Indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários (GII)							Grupo III: Indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo duráveis (GIII)						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	28,73%	28,22%	31,74%	30,93%	31,68%	32,74%	32,09%	44,09%	44,43%	41,16%	40,76%	40,80%	41,26%	40,96%	27,18%	27,34%	27,10%	28,32%	27,52%	26,00%	26,96%
Amazonas	14,94%	13,90%	14,17%	16,33%	16,77%	16,02%	15,21%	13,91%	15,11%	26,20%	14,67%	14,49%	25,03%	25,52%	71,15%	71,00%	59,63%	69,00%	68,74%	58,96%	59,26%
Bahia	16,08%	16,52%	20,47%	21,21%	21,90%	17,68%	16,88%	68,97%	66,99%	59,79%	61,72%	63,20%	67,45%	69,49%	14,94%	16,49%	19,74%	17,07%	14,90%	14,87%	13,63%
Ceará	60,38%	58,60%	60,02%	55,21%	58,03%	53,05%	52,46%	32,13%	34,61%	31,98%	34,16%	35,11%	40,70%	41,52%	7,49%	6,79%	8,00%	10,63%	6,86%	6,26%	6,02%
Espirito Santo	18,23%	18,38%	23,74%	24,16%	27,05%	27,86%	25,93%	75,02%	75,43%	69,76%	68,58%	65,06%	63,29%	65,51%	6,74%	6,20%	6,50%	7,25%	7,89%	8,85%	8,57%
Goiás	65,13%	61,76%	54,46%	53,36%	52,46%	59,18%	70,39%	23,57%	25,48%	29,66%	27,79%	25,62%	22,86%	19,00%	11,30%	12,76%	15,88%	18,85%	21,92%	17,95%	10,61%
Minas Gerais	25,62%	23,46%	29,42%	26,72%	29,00%	32,47%	28,08%	48,24%	50,54%	42,27%	44,99%	43,62%	41,50%	44,11%	26,14%	26,01%	28,32%	28,29%	27,38%	26,02%	27,81%
Paraná	32,00%	32,13%	33,67%	33,30%	32,32%	33,43%	34,87%	40,69%	41,17%	38,58%	36,78%	38,43%	37,44%	33,69%	27,31%	26,70%	27,76%	29,92%	29,25%	29,13%	31,44%
Rio de Janeiro	17,65%	16,72%	20,82%	19,83%	18,30%	19,25%	19,10%	63,18%	62,56%	58,09%	59,20%	61,33%	62,31%	59,41%	19,17%	20,72%	21,09%	20,97%	20,36%	18,44%	21,49%
Rio Grande do Sul	37,59%	37,83%	40,89%	38,28%	39,20%	39,59%	38,65%	39,68%	38,22%	36,04%	35,88%	34,76%	35,06%	32,99%	22,73%	23,95%	23,07%	25,84%	26,04%	25,35%	28,37%
Santa Catarina	44,02%	44,20%	46,56%	46,83%	45,74%	46,80%	46,82%	32,47%	31,63%	30,53%	31,42%	32,47%	32,04%	31,83%	23,52%	24,17%	22,91%	21,75%	21,78%	21,16%	21,35%
São Paulo	22,99%	21,77%	25,76%	25,08%	26,03%	26,32%	24,43%	43,37%	44,28%	41,15%	39,97%	39,93%	41,20%	42,11%	33,63%	33,95%	33,09%	34,94%	34,05%	32,48%	33,46%

Fonte: Classificação Nacional de Atividades Econômicas/IBGE – tabela 1849. Elaboração própria.

A Tabela 10 explicita a composição das atividades industriais em relação à produção dentro dos estados selecionados: vemos que o AM tem uma baixa receita proveniente das atividades do GI (15,21% em 2013, variando apenas 0,27% em relação a 2007; o segundo menor VTI deste grupo é do estado da Bahia, que passou de 16,08% em 2007 para 16,88% em 2013) e de longe o mais alto GIII como componente de suas receitas líquidas industriais (passando de 71,15% para 59,26% neste período; o segundo estado com maior representação é SP, que passou de 33,63% para 33,46%). No caso do GIII - que é notadamente o grupo com maior representação nas atividades industriais do AM – Cardozo atesta que este é o segmento industrial que mais recebe incentivos nos âmbitos federal e estadual (CARDOZO, 2010, pp.79).

Em relação aos incentivos conferidos à ZFM como um todo, Cardozo detalha, em relação aos incentivos de nível federal, a “redução do Imposto de Importação, isenções de IPI, PIS e COFINS”, e também “a isenção de ICMS nas operações de vendas de mercadorias industrializadas originadas de qualquer UF e destinadas para a Zona Franca de Manaus, uma vez que essas transações são equiparadas a exportações para o exterior” (CARDOZO, 2010, pp.108). Quanto aos incentivos de nível estadual a autora atesta que, desde 2003, o AM busca implementar políticas estaduais com o intuito de complementar as políticas federais assim como de interiorizar as atividades produtivas, sendo que os principais incentivos fiscais estaduais são: crédito estímulo, diferimento e redução de base de cálculo. Também destaca-se que, para que ocorra a aprovação destes incentivos, o projeto empresarial tem de passar primeiramente pelo crivo do Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (CODAM) (CARDOZO, 2010, pp.210-212). Os incentivos, nos três níveis governamentais, podem ser resumidos na Tabela 11:

Tabela 11. Incentivos fiscais federais, estaduais e municipais

Tributos federais	Redução de até 88% do Imposto de Importação (I.I.) sobre os insumos destinados à industrialização
	Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (I.P.I.)
	Redução de 75% do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, inclusive adicionais de empreendimentos classificados como prioritários para o desenvolvimento regional, calculados com base no Lucro da Exploração até 2013
	Isenção da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins nas operações internas na Zona Franca de Manaus
Tributos estaduais	Restituição parcial ou total, variando de 55% a 100% – dependendo do projeto – do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)
Tributos municipais	Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial urbana, Taxas de Serviços de Coleta de Lixo, de Limpeza Pública, de Conservação de Vias e Logradouros Públicos e Taxas de Licença para empresas que gerarem um mínimo de quinhentos empregos, de forma direta, no início de sua atividade, mantendo este número durante o gozo do benefício. (Lei Municipal nº 427/1998)

Fonte: Brianezi, 2013, pp.51

3.4. Interiorização do Desenvolvimento

Segundo Flávio Lyra, a atuação das autarquias gestoras (SUFRAMA e SUDAM) tem sido ineficiente à medida que estas funcionam quase que exclusivamente como aprovadoras dos incentivos fiscais, “sem cumprirem funções nos campos do planejamento e da avaliação das políticas pelas quais são responsáveis” (LYRA, 1995, pp.162 *apud* TREVISAN, 2012, pp.98-99). Como funciona a ação destes órgãos? No nosso caso a SUFRAMA, responsável pela gestão do modelo ZFM, é responsável pelas três áreas de atuação do modelo (agropecuária, comercial e industrial). Esta atua mediante projetos escolhidos (que passaram pelo crivo da instituição⁴⁸) e transfere os recursos através de convênios (cabe lembrar que a maioria dos recursos da SUFRAMA provém das Taxas de Serviços Administrativos – TSA - cobradas das empresas instaladas no PIM em contrapartida dos incentivos). São os convênios que mostram a ação insuficiente da SUFRAMA no sentido de gerar o desenvolvimento regional e interiorizado: Trevisan mostra que “a soma dos valores aplicados pela SUFRAMA nos convênios de 1997 a 2005 (9 anos) nos Estados do Amapá, Rondônia e Roraima e de 1997 a 2006 (10 anos) nos Estados do Acre e do Amazonas” resulta um valor

⁴⁸ Segundo a SUFRAMA os projetos, para serem aprovados, devem atender aos seguintes critérios: a) interiorização do desenvolvimento; b) ampliação da competitividade sistêmica; c) efeito multiplicador dos investimentos (SUFRAMA, 2000 *apud* TREVISAN, 2012, pp.99).

aproximado de R\$ 575 milhões⁴⁹, e conclui que estes investimentos, diluídos por praticamente uma década, em cinco estados e em centenas de projetos, “devem ter servido a pequenos projetos” pois foram “incapazes de provocar uma mudança significativa no quadro de atraso econômico e social existente na Amazônia Ocidental”, excetuando-se o desenvolvimento econômico do PIM (TREVISAN, 2012, pp.100).

Cardozo indica também que a “diversificação e interiorização da atividade industrial” não foram intensificadas pelos incentivos fiscais, já que as porcentagens de emprego formal mantêm-se concentradas na cidade de Manaus (CARDOZO, 2010, pp.116). Segundo a Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, do governo do estado do Amazonas (SEPLANCTI), em 2011, Manaus apresentava 1.477.000 postos formais de trabalho enquanto a segunda cidade com mais postos de trabalho do estado era Itacoatiara, com 257.000, ou seja, Manaus apresentava 5,74 vezes mais postos. Em 2013, essa relação foi de 1.512.000 para Manaus e 244.000 para Itacoatiara (6,19 vezes mais) (SEPLANCTI, 2012, pp.4 e 2011, pp.4).

⁴⁹ Trevisan compara este gasto com o gasto realizado em uma ponte que liga Manaus à cidade de Iranduba, em decorrência – também – da Copa do Mundo de 2014: orçada em R\$ 532, 2 milhões, esta foi concluída com mais de R\$ 1 bilhão de custo total (TREVISAN, 2012, pp.99-100).

CAPÍTULO IV:
QUESTÕES AMBIENTAL, POLÍTICA E LOGÍSTICA

4. IMPACTO AMBIENTAL E POLÍTICO DA ZONA FRANCA DE MANAUS E PRORROGAÇÃO DO MODELO DE INCENTIVOS FISCAIS

4.1 Pesquisa: “Impacto Virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a Proteção da Floresta Amazônica”

Esta pesquisa de Rivas et al foi encomendada ao Instituto de Inteligência Socioambiental Estratégica da Amazônia (Piatam)⁵⁰ pela SUFRAMA e, com o uso de modelos econométricos para medir o impacto do PIM na proteção ambiental da floresta amazônica, apresenta algumas conclusões como:

- 1) O desmatamento da Amazônia Brasileira, segundo Reis, Margulis e Young, vem ocorrendo em função de uma série de fatores inter-relacionados como: especulação fundiária, expansão da fronteira agropecuária, migração, rodovias, dentre outros (REIS e MARGULIS, 1991; YOUNG, 1998 *apud* RIVAS et al, 2008);
- 2) O desmatamento na cidade Manaus caso – hipoteticamente - não existisse o PIM nesta: para isso, adequou-se os coeficientes utilizados para os determinantes do desmatamento nos demais municípios do estado em relação à cidade de Manaus, chegando-se a conclusão de que este pólo evitou cerca de 85% do desmatamento previsto para a cidade e;
- 3) Ressalta-se também a influência do PIM nos demais municípios da área de influência da SUFRAMA, sendo que “as atividades econômicas pela dinâmica que criam, em função do PIM, acabam por inibir as atividades com maior potencial devastador.” (RIVAS et al, 2008, pp.54), chegando a atenuar, desde a sua criação, de 70% a 86% do desmatamento no estado do Amazonas (RIVAS et al, 2008, pp.77).

O estudo de Rivas et al, sugere também que as diferenças em termos de predação dos recursos naturais, entre a Amazônia Ocidental e Oriental brasileiras, se dá principalmente mediante o modo como estas estão estruturadas produtivamente. Um estado representativo da primeira, o Amazonas, por buscar uma “aceleração da industrialização e verticalização da produção” (RIVAS et al, 2008 p.), acaba por desvencilhar-se progressivamente em relação aos recursos da floresta. Já com o Pará,

⁵⁰O Instituto Piatam tem sede em Manaus - AM.

representante da segunda, podemos observar uma lógica perversa em que, segundo Rivas, “o uso da terra e seu processo de valorização estão ligados a uma sobrexploração dos recursos naturais. Implantou-se um sistema baseado na vinculação direta entre a exploração madeireira e o avanço da fronteira agropecuária”. De fato, o desmatamento mostra-se distinto entre essas regiões, sendo que – no período de 1985 a 2003 – o percentual de desmatamento da Amazônia Legal foi de 4,92% para o estado do Amazonas, e de 31,60% para o estado do Pará (RIVAS et al, 2008 p.).

4.2 Desdobramentos políticos da pesquisa

Segundo Brianezi (2013), esta pesquisa de Rivas et al – encomendada ao Instituto Piatam pela SUFRAMA - foi o elemento principal do lobby para a defesa do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que, desde 2011, propunha a prorrogação do modelo de incentivos fiscais da ZFM por mais 50 anos (alcançando a data limite de 2073) (BRIANEZI, 2013, pp.10). Vemos que a pesquisa, que segundo Rivas et al não utilizou-se dos termos sustentável ou não-sustentável pelo fato do “conceito de sustentabilidade requerer um aprofundamento teórico que vai além do escopo” do trabalho (RIVAS et al, 2009 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.81-82), foca em uma análise puramente ecológica, sem abordar de questões de cunho econômico e social.

Ricardo Nunes de Miranda também aponta este último na pesquisa de Rivas et al, atestando que a mesma não mostrou se houveram melhorias socioeconômicas para a população interiorana, além de observar que a pesquisa não abarcou os benefícios gerados para o restante do estado, já que não evidenciou se o modelo ZFM promoveu a preservação das áreas de floresta que não correspondem a Manaus e suas áreas de influência (MIRANDA, 2013, pp.5).

Brianezi mostra como o discurso científico da pesquisa tem sido propagado como “A Verdade”, definitiva e última, principalmente quando usada como defesa da ZFM por deputados e senadores, denominando-o de uso autoritário do conhecimento científico (BRIANEZI, 2013, pp.77). Isso se dá, segundo a autora, majoritariamente em função do conceito de *storyline* que a ZFM construiu ao longo de suas décadas de existência, sendo que *storyline* pode ser definido como:

[...] formas condensadas de narrativas, roteiros que atuam como redutores de complexidade e mediadores do debate público, ajudando a formar coalizões. E que, para isso, elas mobilizam metáforas. (HAJER, 1995; DRYZEK, 2005 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.98).

E o conceito de metáfora pode ser definido da seguinte forma:

A metáfora, aqui, é a tomada de uma palavra por outra (transferência=metaphora), dentro de uma dada formação discursiva. Assim, “palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes” (ORLANDI, 2003, pp.44 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.98). Terra para um latifundiário não tem o mesmo significado que para um agricultor ou para um indígena, por exemplo, já que as palavras e preposições “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. (PÊCHEUX, 1997, pp.160 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.98).

A *storyline* da ZFM, segundo Brianezi, tem se figurado como uma “narrativa de catástrofe” pois sendo o Amazonas o estado com maior porcentagem de preservação florestal, e somente o sendo devido à existência do parque industrial, assim que este – porventura – deixar de existir, as empresas irão embora e o grande contingente de trabalhadores desempregados avançará sobre a floresta e se utilizará dela de forma predatória (BRIANEZI, 2013, pp.98).

E é daí que surge esta forma de bipolaridade na política, ressalta Brianezi: como a prorrogação dos incentivos fiscais determina a continuidade - ou não – da ZFM, então ou se está a favor da ZFM ou se está contra ela; quando observamos que, segundo o IBGE, em 2009 a indústria de transformação do PIM correspondeu a 32% do PIB do estado do Amazonas e, no mesmo ano, o PIB estadual representou 1,5% do PIB nacional (esta última relação vem sendo mantida desde 2002 com variação máxima de 0,2% para cima), compreendemos um pouco do porquê de defesa tão ferrenha (IBGE, 2011 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.56).

Segundo Brianezi (BRIANEZI, 2013, pp.60), são oito as entidades de classe que lutam na defesa pela manutenção e possível ampliação das vantagens fiscais do PIM, a listar:

- Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam);
- Centro das Indústrias do Estado do Amazonas (Cieam), Associação Comercial do Amazonas (ACA);
- Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Amazonas

(Fecomércio -AM);

- Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus (CDLM);
- Associação dos Fabricantes de Bens de Informática e Componentes da Amazônia (Aficam);
- Associação de Comércio Exterior da Amazônia (Aceam);
- E a Câmara de Comércio Brasil-Japão.

A autora afirma que existe ainda a “Santa Aliança”, que funciona como uma “organização-chefe”. Seráfico demonstra a relação entre estas instituições e os respectivos agentes econômicos a que atendem:

Destas, quatro (ACA, FIEAM, FECOMÉRCIO e CDLM) são vinculadas ao empresariado local, quatro a empresas nacionais e transnacionais localmente instaladas (CIEAM, AFICAM, ACEAM e Câmara do Comércio Brasil-Japão) e uma (Santa ALiança) é uma reunião de representantes das demais, com o acréscimo da Federação da Agricultura do Estado do Amazonas (FAEA). (SERÁFICO, 2011, pp.191 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.60).

Como ressalta Seráfico, os empresários do Amazonas, por estarem submetidos “a um mecanismo de dinamização das forças produtivas cujo funcionamento depende de interesses que lhe são distantes, estranhos ou mesmo antagônicos”, precisaram se reconfigurar socialmente, assim como ajustar suas “funções econômicas, perspectivas ideológicas e estratégias de ação política” e, mediante a memória histórica de estagnação da região, se tornaram os fiéis defensores da ZFM, “mesmo não sendo seus principais protagonistas” (SERÁFICO, 2011, pp.28 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.60). Além disso, Leo Despres reforça essa ideia de dependência da elite local quando afirma que no modelo ZFM os “centros decisórios” das empresas “localizavam-se principalmente no Sul industrial, particularmente São Paulo, ou fora do país” (DESPRES, 1991, pp.32 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.61). Logo, o empresariado local, mesmo não sendo protagonista no PIM, age em sua defesa pois depende dele. Segundo Seráfico essa defesa é altamente conservadora no sentido de, por medo de inovar, talvez colocar em risco os privilégios deste segmento; isso faz com que se excluam “demandas por alternativas econômicas ou mesmo por inovações (ainda que apenas institucionais) na própria ZFM [por parte desta classe]” (SERÁFICO, 2011 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.61).

4.3 Prorrogação do Modelo ZFM

Brianezi descreve o processo de aprovação de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que é o que juridicamente possibilita a continuação da ZFM:

Para isso, o Congresso Nacional precisa aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o tipo de proposição legislativa com mais exigências no processo de tramitação. As dificuldades se evidenciam desde os requisitos para apresentação das PECs: é preciso ter a assinatura de pelo menos um terço dos senadores ou dos deputados federais; ou ser uma proposta do presidente da República ou, ainda, de metade das Assembléias Legislativas Estaduais. A partir daí, as PECs vão para análise e votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados – a não ser quando são de autoria de senadores, único caso em que são submetidas primeiramente à CCJ do Senado Federal. No plenário tanto da Câmara quanto do Senado, as PECs passam por dois turnos de discussão e votação, devendo em cada um deles ter voto favorável de pelo menos três quintos dos membros de cada Casa. Além disso, é comum acontecer um “pingue-pongue”: se a Câmara altera uma PEC enviada pelo Senado (vice-versa), ela volta à Casa anterior e recebe o tratamento de uma proposição nova (SENADO FEDERAL, 2011). É por isso que o tempo médio para aprovação final de uma PEC costuma ser de sete anos (PAULO, 2011). (BRIANEZI, 2013, pp.57).

O modelo de incentivos fiscais da ZFM já tinha sido prorrogado para 2023, através da PEC 42, de 2003. Em maio de 2012, havia seis PECs em tramitação no Congresso Nacional: uma da presidenta Dilma Roussef, quatro de senadores (duas de Artur Virgílio, uma de Jefferson Praia e uma de Vanessa Grazziotin) e uma do deputado federal Silas Câmara. A mais avançada era a PEC 17/2008 de Artur Virgílio, tendo já conseguido aprovação na CCJ da Câmara dos Deputados e aguardando votação no plenário (BRIANEZI, 2013 pp.57-58). Foi então que, em 16/07/2014, o Senado aprovou a PEC 103/11 que prorroga os benefícios da ZFM por mais cinquenta anos (até 2073)⁵¹.

4.4 Medidas ambientais do PIM

Brianezi levanta também dados sobre a gestão ambiental das empresas instaladas, em especial a de tratamento de efluentes. Segundo a autora, foi decretada em 2007 a lei municipal 1.192, que obriga qualquer empresa que tenha menos de 40

⁵¹ Disponível no site da Câmara dos Deputados:
<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/INDUSTRIA-E-COMERCIO/471776-PRORROGACAO-DE-BENEFICIOS-DA-ZONA-FRANCA-DE-MANAUS-ATE-2073-VAI-A-PROMULGACAO.html>

funcionários a instalar uma estação de tratamento de efluentes; que por sua vez é uma lei que não vem sendo cumprida, pois as indústrias do PIM apresentam uma média de 264 trabalhadores por empresa - o que faz com que praticamente todas precisem instalar a estação - e, segundo a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica), em 2009 somente 54,3% das indústrias de Manaus apresentavam tratamento de efluentes, o que evidencia o descumprimento legal (JICA, 2010a *apud* BRIANEZI, 2013 pp.84-85). Até que foi realizada então, com disponibilização de fundos do governo japonês (US\$ 2 milhões), a elaboração - de fevereiro de 2009 a julho de 2010 - de um “Plano Diretor de Resíduos Industriais no Pólo Industrial de Manaus⁵², fruto de uma parceria entre a SUFRAMA e a Agência Japonesa de Cooperação Internacional (Jica)” (BRIANEZI, 2013, pp. 12-13). O que faz sentido, quando a pesquisa de Rivas et al destaca que a participação do capital japonês no investimento fixo total das empresas de alta tecnologia ali instaladas representava, em 2007, uma porcentagem igual a 37,62%, evidenciando o maior interesse⁵³ (chegando a ser maior do que a participação nacional, que alcançava os 29, 98%) (RIVAS et al, 2008, pp.28).

4.5 Questão logística: Projeto Norte Competitivo

No sentido de destacar a importância da questão logística para o funcionamento do modelo ZFM, trazemos o projeto "Norte Competitivo": este foi elaborado em 2011 pela empresa de consultoria Macrologística⁵⁴, a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e, segundo Trevisan, repassado em março de 2011 ao Governo Federal

⁵² Amayo Zevallos destaca, com dados de Joelmir Beting, que quando se trata de tecnologia preservacionista – “não-destrutiva, limpa e adequada” – o Japão é referência mundial: “Exemplo é o fato daquele país responder [no início dos anos 1990] por 5% da contaminação industrial do mundo enquanto os EUA, com uma indústria apenas duas vezes maior que a do Japão, é responsável por 25%. Pode-se ainda citar que entre 1970 e 1990 o consumo de energia por produto fabricado no Japão passou de 100 para 62; na Europa Ocidental, de 100 para 74; nos EUA, de 100 para 79.” (JOELMIR BETING, 1992 *apud* AMAYO ZEVALLOS, 1993, pp.165).

⁵³As demais participações de capital, em porcentagem e país de origem, são: 15,84% estadunidense, 12,64% dos Países Baixos, 9,40% finlandês, 4,27% alemão, 4,19% francês, 1,63% canadense.

⁵⁴ Segue a descrição dos serviços desta empresa, segundo definição da mesma: "Fundada em 1998, [...] a Macrologística tem como ponto forte a sua capacitação para a criação de soluções inovadoras em Cadeias de Suprimentos, planejamento estratégico, estudos de demanda, Master Plan e desenvolvimento de projetos de Infraestrutura Logística. Desde sua fundação, a Macrologística tem trabalhado com [...] empresas nacionais e internacionais e Estado." Disponível em: <http://www.macrologistica.com.br/index.php/pt/a-empresa>.

pelo grupo “Ação Pró-Amazônia” (formado pelos presidentes das Federações das Indústrias dos Estados que fazem parte da Amazônia Legal Brasileira)⁵⁵. Trevisan atesta que "o projeto representa o anseio (sobretudo logístico) dos produtores situados na Amazônia Legal e pretende servir como base para as ações do setor público nos próximos 10 anos" (TREVISAN, 2012, pp.139).

Segundo a apresentação do projeto⁵⁶ feita pelos representantes da Macrologística Renato Casali Pavan e Olivier Girard, para o Fórum de Agronegócios Alemanha-Brasil (realizada em agosto de 2012), o objetivo do projeto é tornar a “Amazônia Legal [Brasileira] competitiva, produtiva e sustentável”, mediante integração física e econômica dos nove estados da região, eliminando gargalos do transporte de cargas da região, assim como diminuindo substancialmente os custos do mesmo.

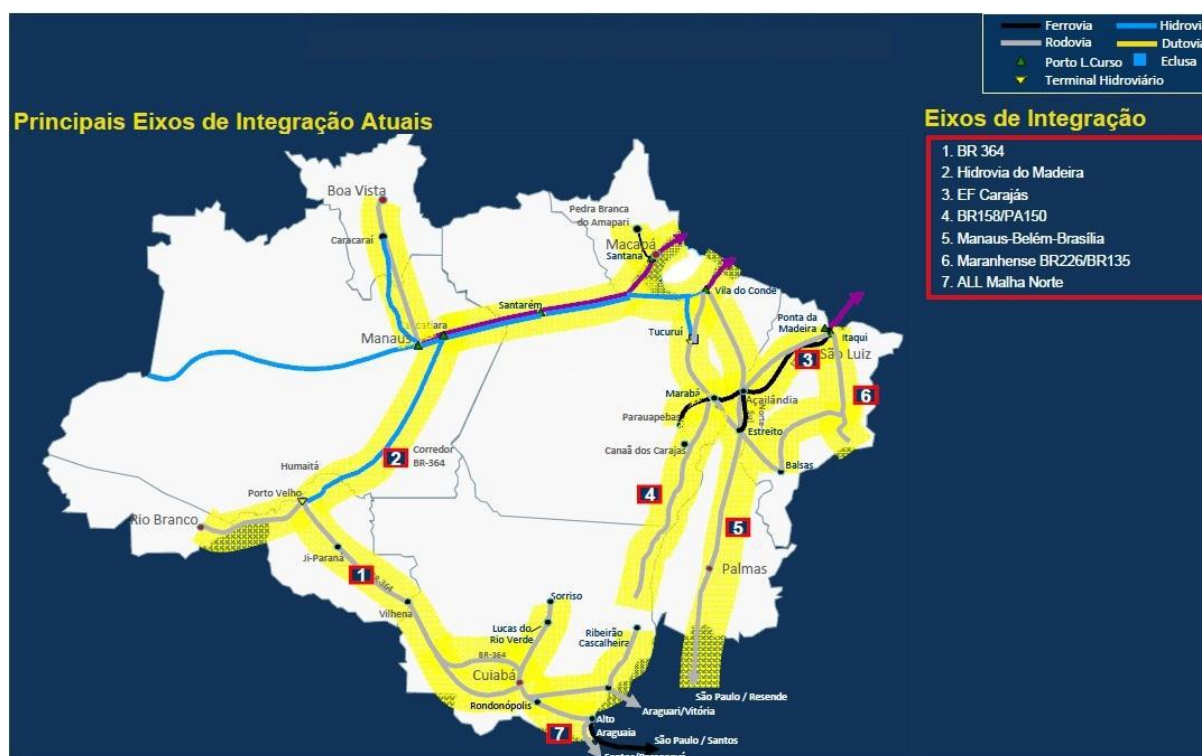
O projeto identificou os produtos⁵⁷ mais relevantes que compõem o fluxo da Amazônia Legal Brasileira, assim como 42 eixos de integração da mesma que, analisados, resultaram em: 7 eixos atuais (representados na Figura 1), 22 eixos com potenciais melhorias (Figura 2) e 13 eixos com potencial de integração internacional (Figura 3). A Macrologística levantou, para cada um dos 42 eixos de integração, os “projetos pertinentes para o desenvolvimento da infraestrutura de transportes na Amazônia Legal”, resultando em 151 projetos (112 para desenvolvimento de eixos de integração nacionais e 39 de integração internacionais) (Macrologística, 2011, pp. 35-36).

⁵⁵ Também foram elaborados pela Macrologística os Projetos Sul Competitivo, Nordeste Competitivo, Centro-Oeste Competitivo e Sudeste Competitivo, respectivamente nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, seguindo a mesma metodologia utilizada no Projeto Norte Competitivo.

⁵⁶ Disponível no site http://www.ceei.org.br/br/wp-content/uploads/2012/09/Renato-Casali-Pavan_Projeto-Norte-Competitivo.pdf.

⁵⁷ Os produtos identificados pelo projeto Norte Competitivo são: “alumínio, cana-de-açúcar, caulim, cobre, duas rodas, ferro e aço, fertilizantes, eletroeletrônicos, madeira, mandioca, manganês, milho, pecuária bovina, petróleo e derivados, refrigerantes e soja”. Maior volume de movimentação e peso na balança comercial foram os parâmetros para classificação de relevância dos produtos (Macrologística, 2011, pp.16).

Figura 1. Eixos de integração nacional existentes⁵⁸



Fonte: Macrologística (2011), pp.30.

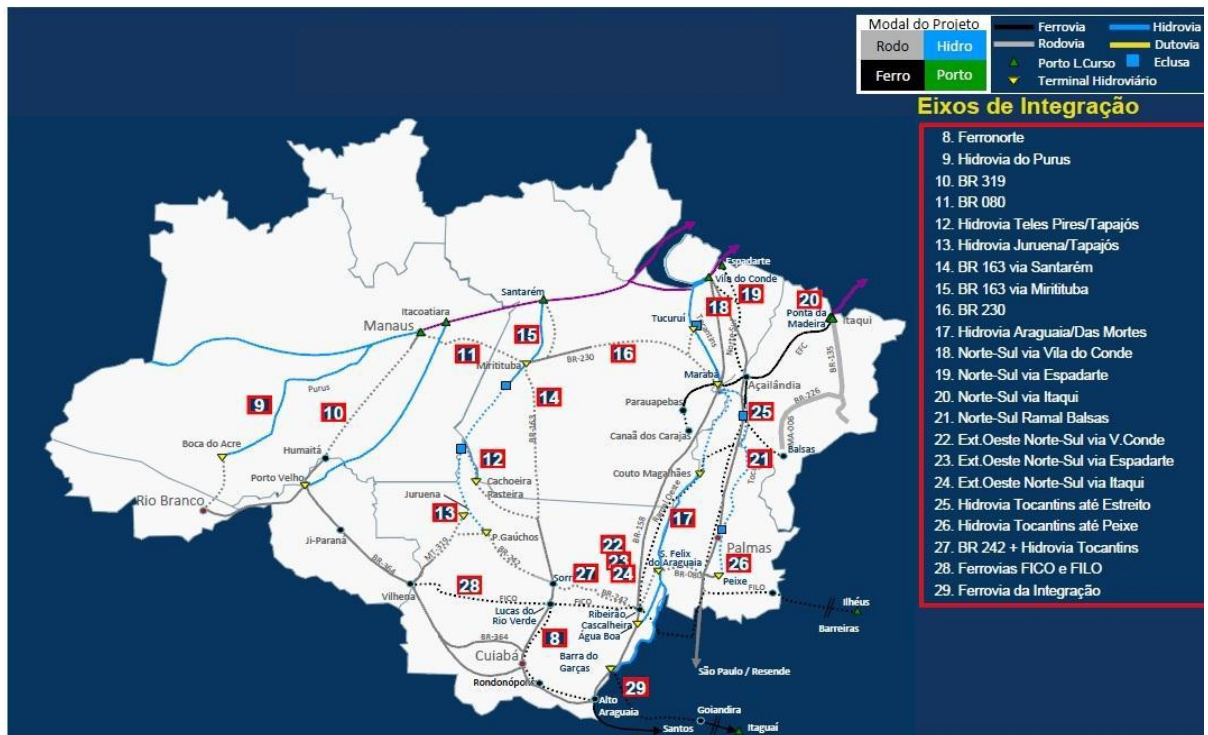
A Figura 1 elenca os eixos de integração existentes na Amazônia Legal Brasileira. Em suma, segundo a SUFRAMA, a logística de transportes do PIM é dividida da seguinte maneira:

- a) Entrada de Insumos: modal marítimo e aéreo (insumos importados, oriundos da Ásia, seguidos pela Europa e Estados Unidos) e rodo-fluvial (insumos nacionais vindos em sua maioria da região Sudeste do Brasil);
- b) Saída de Produtos Acabados: é realizada através de: a) modal rodo-fluvial, com distribuição a partir de Manaus, via Belém (via fluvial) e entrega em São Paulo/Rio de Janeiro em Centros de Distribuição (via rodoviária). Há ainda o envio de produtos acabados via modal aéreo, direto para a região Sudeste. Aqui, o custo de frete é um limitante para o envio de produtos acabados via aérea;
- c) Estratégias Logísticas de Transporte são definidas por cada empresa individualmente, de acordo com as suas próprias necessidades de mercado, tipos de negócio, bem como prazos de entrega. Não há iniciativas de se

⁵⁸ Segundo Trevisan (2012) as formas de logística empregadas na entrada/saída de cargas domésticas de Manaus por “modais de transporte” podem ser divididas da seguinte maneira: “[...] 70% são transportados pelo modal rodofluvial, 20% pela cabotagem [segundo o dicionário online Priberam, cabotagem é a navegação marítima entre portos da mesma costa ou entre ilhas vizinhas; disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/cabotagem>] e 10% pelo aéreo. Em dois trabalhos de campo realizados recentemente, nos foi informado a seguinte composição: rodofluvial – 60%, cabotagem – 35% e aéreo – 5% (trabalho de campo 2009); rodofluvial – 70%, cabotagem – 25% e aéreo – 5% (trabalho de campo 2010)”. (TREVISAN, 2012, pp.199).

redefinir uma ou algumas estratégias logísticas de transporte para todo o PIM. (apud OLIVEIRA, 2006, pp.220 apud TREVISAN, 2012, pp.199)

Figura 2. Potenciais eixos de integração nacional



Fonte: Macrologística (2011), pp.31.

Figura 3. Potenciais eixos de integração internacional



Fonte: Macrologística (2011), pp.32.

A Macrologística (2011), através de um modelo, calculou os custos logísticos da região amazônica brasileira, assim como simulou os fluxos futuros até 2020. São suas principais observações quanto aos eixos de integração:

- Com referência às cargas de 2008, os eixos de integração da Hidrovia do Juruena/Tapajós, da ferrovia Ferronorte até Lucas do Rio Verde, da BR 163 e da Hidrovia do Araguaia são os que trazem maior competitividade à Amazônia Legal Brasileira (na Figura 2, representados respectivamente pelos números 13, 8, 14 e 15, 17);

- Dos 42 eixos, 13 não apresentaram nenhuma economia no custo logístico total da Amazônia Legal Brasileira (não gerando competitividade à região). Entre estes eixos, encontram-se a maior parte dos eixos de integração internacionais, a BR-230 (número 16 na Figura 2) e a ferrovia que leva à Ilhéus;

- No que se refere às cargas potenciais até 2020, os eixos que trarão maior competitividade à região são a EF Carajás (número 3, na Figura 1) e a Hidrovia do Araguaia (número 17, na Figura 2);

- Os eixos que darão maior retorno sobre o investimento (ainda a ser realizado) são constituídos por: BR 364, hidrovia do Juruena/Tapajós, extensão da Ferronorte, BR 163 e hidrovia do Paraguai/Paraná (respectivamente os números 1, na Figura 1; 13, 8, 14 e 15 na Figura 2; 30, na Figura 3).

- O retorno sobre o investimento para a projeção de cargas em 2020 destaca os seguintes eixos: Manaus/Belém/Brasília, EF Carajás, hidrovia do Juruena/Tapajós, BR 163 e a hidrovia do Paraguai (números 5 e 3 na Figura 1; 13, 14 e 15, na Figura 2; 30, na Figura 3).

Deste modo, a Macrologística levantou 9 eixos de integração a serem priorizados (resultando em 73 projetos-chaves de caráter rodoviário, ferroviário, hidroviário – este último representando a maioria - e portuário) para a região. Segundo a mesma, pode-se economizar, anual e potencialmente, R\$ 3,8 bilhões, o que seria “uma redução de 11,3% no custo logístico da Amazônia Legal [Brasileira] utilizando-se os volumes previstos para 2020”. São estes os nove eixos (com os respectivos números e figuras em parênteses):

- BR 364 (melhorias) (1 na figura 1);

- Hidrovia do Madeira (melhorias) (2 na figura 1);
- EF Carajás (duplicação) (3 na figura 1);
- Manaus-Belém-Brasília (melhorias) (5 na figura 1);
- Ferronorte até Lucas do Rio Verde (8 na figura 2);
- Hidrovia do Juruena/Tapajós (13 na figura 2);
- Rodovia BR-163 via Miritituba (15 na figura 2);
- Rodovia BR-242 mais Hidrovia do Tocantins (27 na figura 2);
- Hidrovia do Paraguai/Paraná (30 na figura 3).

O projeto Norte Competitivo também mostra que os custos logísticos de transporte das mercadorias da região chegaram a R\$ 17 bilhões em 2008, e projeta que em 2020 - caso nenhum investimento seja feito - esse valor pode chegar a R\$33,5 bilhões. A última atualização disponível deste projeto é o sumário executivo apresentado ao Ministério do Planejamento (em 10 de Agosto de 2011), e nele consta o andamento e financiamento das obras naquele ano (MACROLOGÍSTICA, 2011, pp.53-54):

- Dos 73 projetos-chave elencados, 17 encontravam-se em andamento; 15 já estavam projetados; 27 planejados e 14 idealizados;

- Em relação ao financiamento, 7 seriam amparados por fundos privados; 30 entrariam na agenda do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do PAC 2⁵⁹; 2 projetos seriam responsabilidade de parcerias público-privadas; 1 teria fundos da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e 33 projetos (mais de 45% do total) estavam em aberto, sem definição de onde viriam as verbas necessárias às suas respectivas realizações.

⁵⁹ Segundo matéria da SUDAM de 05/06/2014, existe a possibilidade de que o Projeto Norte Competitivo seja incluído no PAC 3, de modo a incorporar quatro ou cinco projetos-chave do mesmo. De acordo com a reportagem e nenhum investimento for feito até 2020, pelo menos 13 malhas rodoviárias, ferroviárias e fluviais estarão sendo utilizadas acima da capacidade limite e quatro portos estarão com gargalos". Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/comunicacao-social/1007-norte-competitivo-podera-ser-incluido-no-pac-3>.

4.5.1 Integração internacional da ZFM

Eis então a importância do Bacia do Pacífico que, segundo Amayo Zevallos, crescentemente se torna o eixo da economia mundial:

A Bacia do Pacífico é o maior espaço econômico (histórico e social) do planeta. Os povos que compartilham essa Bacia conformam aproximadamente 60% da população mundial (constituindo um gigantesco mercado), mas seu peso, em relação ao mundo, cresce em termos absolutos e relativos. Em termos estritamente econômicos, essa Bacia conta atualmente com 60% do PIB mundial (e seu peso aumenta com o tempo) e também com um percentual parecido quando se trata da produção de alguns dos bens tecnológicos mais avançados do mundo (por exemplo, o “Silicon Valley”, na Califórnia; Japão, os Tigres Asiáticos, Austrália e partes muito importantes da China e da Rússia formam parte desta Bacia). Assim, dos produtores mundiais mais importantes, somente a Europa Ocidental não possui acesso direto à Bacia do Pacífico. É evidente, assim, que o GRAN possui vantagens *estratégicas* em relação ao MERCOSUL⁶⁰. (AMAYO ZEVALLOS et al, 2006, pp.327-328).

As possibilidades de integração internacional descritas pelo projeto vão de encontro ao teórico descrito por Amayo Zevallos, no qual o Brasil, se quiser estabelecer laços comerciais com a Bacia do Pacífico, terá de se integrar fisicamente com os países sul-americanos que têm costas para o Oceano Pacífico (AMAYO ZEVALLOS et al, 2006, pp. 307).

No projeto Norte Competitivo, vemos pela Figura 3 que três de seis saídas para o Oceano Pacífico estão localizadas no Peru (nas cidades de Callao, Matarani e Paita), duas no Equador (Guayaquil e Manta) e uma no Chile (Arica). Segundo Amayo Zevallos, a fronteira entre Brasil e Peru – em toda a sua extensão – se dá entre as porções amazônicas destes países, sendo esta uma região que possui mais de 2.000 km de rios, lagos e canais, sendo a maioria navegável e este, um dos países mais favoráveis a este tipo de propósito. O autor destaca que, partindo da ilha de Marajó (na desembocadura do Atlântico), é possível navegar o Rio Amazonas corrente acima com

⁶⁰ Do original: “[...] La Cuenca del Pacífico es el espacio económico (histórico y social) más grande de la tierra. Los pueblos que comparten esa Cuenca conforman aproximadamente el 60% de la población mundial (constituyendo un gigantesco mercado) sino que su peso, con relación al mundo, crece en términos absolutos y relativos. En términos estrictamente económicos, esa Cuenca en la actualidad cuenta con el 60% del producto bruto mundial (y su peso aumenta con el tiempo) y también de más o menos el mismo porcentaje de producción de algunos de los bienes tecnológicos más avanzados del mundo (por ejemplo, el Silicon Valley, en California; Japón, los Tigres Asiáticos, Australia y partes muy importantes de China y Rusia forman parte de esa Cuenca). Así, de los más importantes productores del mundo, sólo Europa Occidental no tiene acceso directo a la Cuenca del Pacífico. Es evidente, por ende, que el GRAN tiene ventajas *estratégicas* con relación al MERCOSUR”. (AMAYO ZEVALLOS et al, 2006, pp. 327-328).

navios de aproximadamente 700 toneladas “(o equivalente à carga de 25 caminhões com capacidade para transportar 30 toneladas cada)”, entrar no Peru (no qual nasce o Rio Amazonas) e chegar a Saramiriza, a cerca de 400 quilômetros do Oceano Pacífico (aonde se encontrariam os Andes) (AMAYO ZEVALLOS et al, 2006, pp. 316-317).

Figura 4. Corredores potenciais internacionais na Amazônia Legal



Fonte: Macrologística (2011), pp.26.

Além do Peru, vemos pela Figura 4 que, a partir de Manaus, o acesso ao demais países da América do Sul – compartilhadores e não-compartilhadores da Bacia Amazônica (BA) – é possibilitado e potencializado pela própria hidrografia da BA. Amayo Zevallos destaca também o senso de integração física expressado pelo ex-presidente Lula, que “em numerosas oportunidades, [...] manifestou sua opinião de que, se não há integração no campo das infraestruturas, através de pontes, caminhos, portos, etcétera, dificilmente haverá uma integração real”, ou seja, a BA – naturalmente unida – passa a se tornar meio possibilitador de integração entre os países da América do Sul (AMAYO ZEVALLOS et al, 2006, pp. 321). Nesse quesito, Schor e Oliveira atribuem importante papel à cidade de Manaus que, por situar-se “equidistante da fronteira oriental marítima e da fronteira ocidental da vasta rede hidrográfica”, pode admitir vínculos com variadas localidades da Amazônia e fazer com que esta cidade “seja um

importante centro de circulação de mercadorias e de pessoas para o *hinterland*⁶¹ e da região para o restante do país e outras partes do mundo” (SCHOR, T.; OLIVEIRA, J.; 2011, pp.18 *apud* TREVISAN, 2012, pp.124).

Porém, Brandão e Galvão fazem ressalvas de que propostas pautadas na ideia de eixos de integração e desenvolvimento (na qual se enquadraria o Projeto Norte Competitivo), com foco principalmente na criação de infraestruturas de logística e energia, teriam uma tendência de promover somente uma potencialização dos fluxos econômicos imediatos, “não propondo ações de fomento à constituição de novas estruturas produtivas”. Os autores ainda ressaltam que “certamente as ações propostas não seriam geradoras de novas atividades, nem ocupariam novos espaços de produção” (BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F., 2003, pp.200 *apud* TREVISAN, 2012, pp.144). Na opinião de Trevisan este projeto da Macrologística, se concretizado, realmente acelerará os fluxos e fortalecerá a conectividade do país com a Região Norte, porém o autor destaca que “se forem privilegiados os aspectos de cunho econômico (sobretudo no que se refere ao transporte de cargas), a fluidez efetiva neste compartimento do espaço geográfico se dará de forma seletiva”, pois segundo o autor é provável que boa parte das infraestruturas possuam “características que permitam que apenas alguns agentes as utilizem”; além disso, reforça que uma proposta de desenvolvimento para a Amazônia deve considerar não somente o “espaço geoeconômico”, mas também – e fundamentalmente – os “determinantes de ordem social e ambiental” (TREVISAN, 2012, pp. 144-145).

Por fim, cabe lembrar o aspecto ressaltado por Amayo Zevallos: o MERCOSUL possui uma das áreas de maior adensamento populacional e industrial do planeta, resultando em vantagens econômicas para este bloco econômico, ao passo que a Comunidade Andina⁶² (CAN) - ou Grupo Andino (GRAN) – possui 4.880 kms de costa pacífica e 3.183 kms de costa atlântica, assim como acesso ao Mar do Caribe⁶³ (sendo

⁶¹ De acordo com Pizzolato et al, “hinterland [...] é caracterizada como uma área contínua atrás do porto. Com o desenvolvimento do conceito, foram inseridas relações funcionais entre o espaço marítimo e suas localizações funcionais fora do porto como áreas industriais e centros logísticos” (PIZZOLATO et al, 2010, pp.3).

⁶² Bloco econômico atualmente composto pelos seguintes países: Bolívia, Colômbia, Equador e Peru (Chile deixou o bloco em 1977, Venezuela em 2006).

⁶³ Segundo Amayo Zevallos o Mar do Caribe (ou Mar das Antilhas) possui, em termos estratégicos para os Estados Unidos, importância equiparável à do Mar Mediterrâneo para a Europa (AMAYO ZEVALLOS, 1990, pp.112).

que o MERCOSUL tem vínculos somente com o Oceano Atlântico), o que confere vantagens estratégicas a este bloco. Logo, projetos autônomos e não-hegemônicos entre estes blocos somente teriam a beneficiar os países da América do Sul (AMAYO ZEVALLOS et al, 2006, pp. 327-331).

V. CONCLUSÕES

Durante os anos 2000 observou-se um expressivo crescimento do faturamento deste pólo industrial. Porém o custo das importações (sendo que estas são, segundo a SUFRAMA, majoritariamente matérias-primas e insumos que compõem a finalização dos processos produtivos da ZFM) ainda supera consideravelmente a renda obtida através das exportações, ou seja, este ainda não é um modelo economicamente autossustentável que mediante seus ganhos em produtividade e conseguinte exportação, valorizaria a moeda nacional, assim como seus produtos e serviços. Ainda assim, buscase alcançar a responsabilidade do modelo que é, segundo definição da SUFRAMA⁶⁴: o “desenvolvimento regional que utilize de forma sustentável os recursos naturais, assegurando viabilidade econômica e melhoria da qualidade de vida das populações locais”.

O planejamento do governo federal para a ZFM tem se mostrado em consonância com as instituições gestoras da mesma (visando proporcionar independência do modelo frente aos incentivos fiscais) já que tem investido em pesquisas baseadas em produtos da região (como por exemplo o CBA) e em ganhos de produtividade (como os PPBs); porém observamos que alguns investimentos são diminutos, como os convênios firmados para execução de projetos de interiorização, e os gastos realizados no próprio CBA.

Uma das grandes questões do Amazonas é que, como afirma o jornal amazonense “A Crítica”: “[...] em 42 anos, a Zona Franca de Manaus se consolidou não só como o principal, mas também único modelo de desenvolvimento do Estado” (REDAÇÃO, 2009e *apud* BRIANEZI, 2013 pp.128), de modo que a ZFM de fato buscou, segundo Leo Despres, “deslocar o centro dinâmico da economia para longe da indústria extrativista do passado” (DESPRES, 1991, pp.36 *apud* BRIANEZI, 2013, pp.46), e realmente alterou sua base produtiva mediante a instalação de indústrias urbanas do setor privado, mas ainda se situa como agente dependente do “grande negócio”.

⁶⁴ Disponível no site http://www.suframa.gov.br/suframa_o_que_e_suframa.cfm.

Vemos que a questão tributária é determinante no que se refere à manutenção do PIM e da ZFM, pois o contexto da Guerra Fiscal, somado à distância da Região Amazônica Brasileira dos principais centros consumidores do país, representam elementos que pressionam pela saída dos investimentos. Defende-se aqui políticas governamentais que rumem à fortalecer o pacto federativo e as UFs, sendo que vimos como as empresas privadas se apropriam de recursos pautadas na descoordenação do governo federal brasileiro.

Observamos também que a posição estratégica de Manaus, e logo do PIM, (que possibilita sua produção industrial desde a década de 1960 mediante os incentivos fiscais), fortalece a ligação do AM - e do Brasil - com os países da Bacia do Pacífico (principalmente na compra de insumos) e com os países da América Latina (principais destinos dos produtos do PIM): eis a importância dos incentivos e dessas relações sóciocomerciais no sentido de assegurar a existência da ZFM.

Para além, se a manutenção da ZFM é a opção escolhida, como pensarmos um modelo que agregue as características almejadas pelo modelo como uso sustentável, viável economicamente e que gere melhorias na qualidade de vida das populações? Parece-me que para este fim, a proposta feita por Becker é a mais acertada:

A floresta só deixará de ser destruída se tiver valor econômico para competir com a madeira, com a pecuária e com a soja. Mesmo com os grandes avanços na sua proteção, a questão de manter a capacidade sustentável da floresta ainda não foi solucionada. [...] Está na hora de implementar uma revolução científico-tecnológica na Amazônia que estabeleça cadeias tecno-produtivas com base na biodiversidade, desde as comunidades da floresta até os centros da tecnologia avançada. Esse é um desafio fundamental hoje, que será ainda maior com a integração da Amazônia sul-americana. (BECKER, 2005).

O profundo atrelamento das atividades econômicas à floresta; o “uso conservacionista” (assim denominado por Becker), sendo a linha mestra de uma mudança da dinâmica humana na Região Amazônica Brasileira. É o que defende Becker, segundo Menezes, quando propõe a criação de um possível Instituto de Tecnologia Aeronáutica (ITA) da Amazônia (MENEZES, 2009, pp.6).

Afinal, da forma como as conjunturas do passado influenciaram o desenho do modelo da ZFM (privilegiando e respondendo à ação do capital externo nesta região), seria uma maneira de inversão político-econômica, à medida que priorizaria o fortalecimento dos aparatos jurídico-políticos nacionais e produtivos, uma retomada dos

rumos da região para esta mesma e para o país; assim como buscar inovações de classe global seria uma forma de obter vantagens competitivas frente ao mercado internacional, assegurando a existência do modelo e da dinâmica produtiva da região. Todas estas condições necessitam - também - da identificação e do compromisso por parte das elites políticas para com as populações, o que implicaria em visar e agir sempre em direção à constante melhoria da qualidade de vida das mesmas, o que infelizmente não acontece.

4. BIBLIOGRAFIA

AB'SABER, Aziz. **Problemas da Amazônia Brasileira**. Estudos Avançados 19 (53), 2005.

ALMEIDA, Luciana L. de C. **A Zona Franca de Manaus como Estratégia de Desenvolvimento Regional**. Monografia, UNESP/FCLAr, 1992.

AMAYO ZEVALLOS, Enrique. **Como os Estados Unidos se apropriaram do nome América**. UNESP/FCLAr, Departamento de Economia, Araraquara, 1990.

_____. **Da Amazônia ao Pacífico cruzando os Andes**. Estudos Avançados vol.7, nº17, São Paulo, 1993.

_____ et al (Org). **El MERCOSUR en la integración latinoamericana y caribeña: contextos, dimensiones y procesos**, 2006.

_____. Entrevista à Iniciativa Econômica, revista dos estudantes de economia da UNESP/FCLAr, nº1, 2001, pp.103-113.

_____. **O impacto da globalização na Amazônia e no Pacífico Sul-Americano**. In: Ayerbe; L.F. (Coordenador).. (Org.). **Integração Latino Americana e Caribenha**. : , 2007, v. , pp. 79-114.

AMAZONAS (Estado). **Autarquias, Órgãos e Entidades: INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO AMAZONAS- IPEM-AM**. Disponível em: <http://www.amazonas.am.gov.br/entidade/instituto-de-pesos-e-medidas-do-estado-do-amazonas-ipem/>. Acessado em: 08/10/2015 às 20:25.35.

BACEN. **Série histórica da Composição da DLSP**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?COMPDLSP>. Acessado em: 14/09/2014 às 14:54.26.

BRASIL. Decreto-lei nº 288 de 28/02/1967, art. 1º.

_____. Lei nº 8.387, de 30/12/1991.

_____. Lei nº 2.637/2001, art. 2º.

_____. Lei Complementar nº24/1975, art. 15º.

_____. Lei Complementar nº101/2000.

BRIANEZI, Thaís. **O Deslocamento do discurso sobre a Zona Franca de Manaus: do progresso à modernização ecológica.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, USP, 2013.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia.** Estudos Avançados 19 (53), 2005.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: um pouco-antes e além-depois.** 2ª ed. Revisada. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2010.

CARDOZO, Soraia A. **Guerra Fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990.** Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico, UNICAMP, 2010.

CENTRO de Biotecnologia da Amazônia perde último contrato. PORTAL AMAZÔNIA. Disponível em: <http://portalamazonia.com/noticias-detalle/ciencia-e-tecnologia/centro-de-biotecnologia-da-amazonia-perde-ultimo-contrato/?cHash=cb00ec5b6b893835cd50afaaa484af33>. Acessado em: 10/08/2015 às 14:55.53.

CEPAL. **Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas.** Publicações das Nações Unidas, Santiago, 2007.

CEPALSTAT. **Población económicamente ativa, según sexo.** Consultas para o ano de 2008, em referência aos seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Disponível em: <http://interwp.cepal.org/sisgen/ConsultaIntegrada.asp?idIndicador=73&idioma=e>. Acessado em: 15/08/2015 às 15:23.53.

CGU. Portal da Transparência. **Convênio entre INMETRO e IPEM-AM.** Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/DetalhaConvênio.asp?CodConvênio=676984&TipoConsulta=1&UF=am&CodMunicípio=255&CodOrgão=28000&Página=&Período=>. Acessado em: 08/10/2015 às 17:32.53.

COGEC-SUFRAMA. **A Integração da Amazônia por Meio de Incentivos Fiscais Administrados pela Suframa: reflexos para o desenvolvimento nacional,** 2010.

COSTA, Catarina D. da. **As transformações que marcaram a Zona Franca de Manaus nos anos 90**. Monografia, UNESP/FCLAr, 2002.

DULCI, Otávio S. **Guerra Fiscal, Desenvolvimento Desigual e Relações Federativas no Brasil**. Revista de Sociologia e Política nº 18: 95-107, UFMG, Junho de 2002.

FUTURO do Centro de Biotecnologia da Amazônia ainda é incerto. JORNAL A CRÍTICA. Disponível em: http://acritica.uol.com.br/noticias/CBA-pesquisa_cientifica-Amazonas_0_1423057687.html. Acessado em: 08/09/2015 às 09:43.47.

IBGE. **Dados estaduais**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/>. Acessado em: 30/09/2014 às 20:20.20.

_____. **Conceitos (Atividades)**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/atividades/conceitoativ.shtm>. Acessado em: 23/07/14 às 21:43.23.

_____. **Mapas de biomas e de vegetação**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acessado em: 08/12/2014 às 15:21.43.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2002**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2002/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2003**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2003/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2004**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2004/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2005**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2005/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2006/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2007.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2007/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2008.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2008/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2009.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2009/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2010.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2010/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2011.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2011/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2012.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2012/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Pesquisa Industrial Anual 2013.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/empresas/2013/defaulttabzip.shtm>. Acessado em: 23/03/2015.

_____. **Sistema IBGE de Recuperação Automática. Tabela 1849 - Dados gerais das unidades locais industriais de empresas industriais com 5 ou mais pessoas ocupadas, por Unidade da Federação, segundo as divisões de atividades (CNAE 2.0).** Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1849&i=P&sec12762=117897&nome=on¬arodape=on&tab=1849&unit=0&pov=1&orc12762=3&OpcTipoNivt=1&nivt=0&orp=4&qtu3=27&formatomac=1&opv=1&pop=3&orv=2&sev=835&opp=2&opn3=2&opc12762=2&poc12762=2&ascendente=on&sep=51332&orn=1&dxpo=A&pon=1&proc=1&arquivomac=&cabec=on&decim=99>. Acessado em: 20/08/2015 às 13:42.29.

INMETRO anuncia bolsas de pesquisa para Centro de Biotecnologia, no AM. **G1.** Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/06/inmetro-anuncia-bolsas-de-pesquisa-para-centro-de-biotecnologia-no-am.html>. Acessado em: 11/08/2015 às 09:21.11.

INMETRO ASSUME gestão do Centro de Biotecnologia da Amazônia, diz MDIC. **G1.** Disponível em: <http://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2015/06/inmetro-assume->

[gestao-do-centro-de-biotecnologia-da-amazonia-diz-mdic.html](#). Acessado em: 10/08/2015 às 14:12.20.

MACROLOGÍSTICA. **Projeto Norte Competitivo**, 2011. Disponível em: http://www.fiemt.com.br/arquivos/712_norte_competitivo.pdf. Acessado em: 10/02/2015 às 16:02.55.

_____. **Sumário Executivo Projeto Norte Competitivo**, 2011. Disponível em: <http://www.macrologistica.com.br/images/stories/palestras/Projeto%20Norte%20Competitivo%20-%20Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Executiva%20no%20Minist%C3%A9rio%20do%20Planejamento%20-%20Agosto%202011.pdf>. Acessado em: 05/01/2015 às 14:48.00.

MCTI. **Ministérios querem fortalecer o Centro de Biotecnologia da Amazônia**. Disponível em: http://www.mcti.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/jIPU015RgRmq/content/ministerios-querem-fortalecer-o-centro-de-biotecnologia-da-amazonia;jsessionid=10D053E81CA7DA309735B0C61A8B412E. Acessado em: 11/08/2015 às 10:32.21.

MDIC. **O que é o PPB**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=1103>. Acessado em 04/11/2013 às 03:09:42.

_____. **Estatísticas de comércio exterior, dados de importação e exportação de Manaus/AM, para os anos de 2006 e 2014**. Disponível em: <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sistema/balanca/>. Acessado em 23/11/2014 às 10:51.26.

_____. **Plano Brasil Maior**. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>. Acessado em: 22/10/2014 as 13:57.33.

MENEZES, Elilde M. de. **Ações da Suframa no fortalecimento do Sistema Regional de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (ECTI)**. Anais da 61ª Reunião Anual da SBPC - Manaus, AM - Julho/2009.

MICHALET, Charles-Albert. **O que é a mundialização**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MIRANDA, Ricardo N. de. **Zona Franca de Manaus: desafios e vulnerabilidades.**

Núcleo de pesquisas do Senado. Texto para discussão nº126, abril de 2013.

PAIVA, Marilúcia de V. **A Zona Franca de Manaus e a Política Econômica Recente: Uma Análise dos Impactos.** Monografia, UNESP/FCLAr, 1997.

PIZZOLATO, Nélio D. et al. **Zonas de influência portuárias – hinterlands: conceituação e metodologias para sua delimitação.** Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 3, p. 553-566, 2010.

PORTAL DE FINANÇAS. **Cotações do Euro e Dólar PTAX Junho e maio de 2014.** Disponível em: http://www.portaldefinancas.com/dolptax_eu_2014_1s.htm. Acessado às: 21:25.23.

PORTAL DE FINANÇAS. **Cotações do Euro e Dólar PTAX Dezembro e Novembro de 2014.** Disponível em: http://www.portaldefinancas.com/dolptax_eu_2014_2s.htm. Acessado em: 09/09/2015 às 21:34.53.

POSSIGNOLO, Cristiane R. **A viabilidade econômica da Zona Franca de Manaus.** Monografia, UNESP/FCLAr, 2000. Orientada do Prof. Adjunto III Enrique Amayo Zevallos, Ph.D.

RIVAS, Almir F.; MOTA, José A.; MACHADO, José A. da C. (Coordenadores). **Impacto Virtuoso do Pólo Industrial de Manaus sobre a Proteção da Floresta Amazônica: Discurso ou Fato?.** Manaus: Instituto I-Piatam, 2008.

SG/PR. **Orientação CAM – Termo de execução descentralizada.** <http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/acoeseprogramas/comissao-de-avaliacao-e-monitoramento-das-parcerias-cam/minutas/termo-de-execucao-descentralizada>. Acessado em: 10/08/2015 às 14:30.15.

SENADORES pedem pressa em regulamentação do Centro de Biotecnologia da Amazônia. Fundação para o Ecodesenvolvimento da Amazônia – ECOAMAZÔNIA. Disponível em: <http://www.ecoamazonia.org.br/2015/07/senadores-pedem-pressa-regulamentacao-centro-biotecnologia-amazonia/>. Acessado em: 10/08/2015 às 16:20.20.

SEPLANCTI. **Anuário do emprego formal do estado do Amazonas**, 2012. Disponível em: <http://www.seplancti.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/2012.pdf>. Acessado em: 14/10/2014 às 20:35.32.

_____. **Anuário do emprego formal do estado do Amazonas**, 2011. Disponível em: <http://www.seplancti.am.gov.br/arquivos/download/arqeditor/2011.pdf>. Acessado em: 14/10/2014 às 20:35.32.

SERÁFICO, Marcelo. **O empresário local e a Zona Franca de Manaus: Reprodução Social e Globalização Econômica**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2009.

SG/PR. **Orientação CAM – Termo de execução descentralizada, 2007**. Disponível em: <http://www.secretariageral.gov.br/aceso-a-informacao/acoeseprogramas/comissao-de-avaliacao-e-monitoramento-das-parcerias-cam/minutas/termo-de-execucao-descentralizada>. Acessado em: 12/10/2015 às 08:21.42.

SUDAM. **Matéria “Norte Competitivo poderá ser incluído no PAC 3”**, de 05/06/2014. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/comunicacao-social/1007-norte-competitivo-podera-ser-incluido-no-pac-3>. Acessado em: 23/02/2015 às 08:32.18.

SUFRAMA. **Modelo zona Franca de Manaus – História**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm. Acessado em: 23/06/2014 às 13:12.43.

_____. **Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 1988 a 2010**.

_____. **Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus – 2010 a 2015**.

_____. **O que é Suframa?**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/suframa_o_que_e_suframa.cfm. Acessado em: 07/04/2013 às 15:32.40.

_____. **Incentivos fiscais do Estado do Amazonas à indústria**. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_incentivos_estado.cfm. Acessado em: 12/08/2014 às 20:12.42.

SUFRAMA ASSINA convênio com Prefeitura para revitalização da Praça da Saudade. PORTAL SUFRAMA, 30/01/2008. Disponível em: http://www.suframa.gov.br/suf_pub_noticias.cfm?id=5713. Acessado em: 21/07/2014 às 13:52.22.

TREVISAN, Leandro. **Os Usos do Território Brasileiro e o Imperativo da Logística: uma análise a partir da Zona Franca de Manaus**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, UNICAMP, 2012.

UN COMTRADE. **Dados de comércio internacional**. Disponível em: <http://comtrade.un.org/data/>. Acessado em: 18/03/2015 às 08:42.21.

Apêndice metodológico

Para elaborar as Tabelas 9 e 10 neste trabalho, nos utilizamos das seguintes classificações de Cano sobre os grupos GI, GII e GIII (CANO, 2008 apud CARDOZO, 2010, p.327-328) para discriminar e rearranjar os dados do IBGE (Sistema IBGE de Recuperação Automática - Tabela 1849):

Grupo I: Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Consumo Não

Duráveis

- 15. Alimentos e Bebidas
- 16. Fumo
- 17. Têxtil
- 18. Vestuário
- 19. Couros e seus artefatos
- 22. Edição, Impressão e Reprodução de Gravações
- 24.5. Farmacêutica
- 24.7. Perfumaria, Sabões e Velas
- 36.1. Mobiliário
- 36.9. Diversas

Grupo II: Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens Intermediários

- 19. Madeira
- 20. Papel e Celulose
- 23. Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool
- 24. Produtos Químicos (exceto 24.5 e 24.7)
- 25: Borracha e Plástico
- 26. Minerais Não-Metálicos
- 27. Metalurgia Básica
- 28. Produtos de Metal
- 37. Reciclagem

Grupo III: Indústrias Predominantemente Produtoras de Bens de Capital e de Consumo Duráveis

29. Máquinas e Equipamentos

30. Máquinas para Escritório e Informática

31. Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos

32. Material Eletrônico

33. Equipamentos Médicos, de precisão, de automação e óticos

34. Veículos Automotores

35. Outros Equipamentos de Transporte